



Anais da Assembléia

Nº 75

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1975 (SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basilio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpe-
lini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

○ SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

○ SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata das Sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

○ SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM:

Nº 26/75

Curitiba, 23 de junho de 1975

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 18 de abril de 1975, ao Acordo 01/75, celebrado em 30 de janeiro de 1975, entre o Governo do Estado, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, e o Departamento Nacional de Saneamento - DNOS, objetivando a instalação da Secretaria Técnica do Conselho Diretor do Projeto Noroeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR - Governador do Estado

OFÍCIOS:

of. 132/75

Curitiba, 25 de junho de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 40/

75, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 172/74, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo obrigar os autores, editores e impressores que publiquem obras no Estado do Paraná, a remeterem 2 (dois) exemplares destas obras à Biblioteca Pública do Estado, quer sejam livros, folhetos, revistas, jornais, mapas ou plantas.

O não acolhimento ao Plano de Lei em exame decorre do fato da matéria, pela forma como está lançada, constituir, a rigor, competência da Legislação Federal (a vigente Lei Federal 5250/67, estabelece obrigatoriedade semelhante apenas para jornais e outros periódicos) e também em face de contrariar aos princípios estabelecidos no parágrafo 25, do artigo 153, da Constituição Federal, onde figuram os direitos básicos dos autores das obras literárias, artísticas ou científicas.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR - Governador do Estado

Sob o nº 1129/75, do Sr. NACIM BACILLA NETO, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, no qual encaminha a essa Egrégia Assembléia Legislativa, para conhecimento dos eminentes Deputados, o Parecer Prévio emitido sobre as contas do Governo do Estado, relativas ao exercício financeiro de 74, bem como o Relatório das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas, no mesmo período. - Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 528, do Sr. TERUAKI EGUTI, Diretor da Divisão de Concessão de Serviços de Eletricidade, no qual responde a Requerimento do Deputado Federal ÁLVARO DIAS, relativo a desapropriação de áreas de Terras em Município do Estado do Paraná, que vem sendo promovida pelas Centrais Elétricas de São Paulo SA. Ao conhecimento da Casa e do Sr. Deputado interessado.

Do Sr. JOSÉ JOAQUIM DOS SANTOS, nos seguintes termos: PASTORES IGREJAS EVÂNGÉLICAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS COMUNICAM 15 CONVENÇÃO ESTADUAL 23 26 CORRENTE VG RUA SÃO VICENTE 168 LONDRINA PT INTERCEDEMOS DEUS PROGRESSO BRASIL PT. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 22/75, do Sr. Eng. Agrônomo RENATO SIMPLICIO LOPES, comunicando que ao dar continuidade à política de desenvolvimento rural estabelecida para o II Plano Nacional de Desenvolvimento, sob a esclarecida direção do Sr. Ministro ALYSSON PAULINELLI, informando a instalação da EMBRATER, bem como informando haver assumido a Presidência daquela Empresa. Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer seja consignado em Ata dos trabalhos desta Assembléia um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. ALYRIO DE JESUS DIPP, ex-Juiz de Direito da Comarca de Pitanga, que assinalados serviços prestou à coletividade e à causa da Justiça em nosso Estado.

Outrossim, da manifestação desta Assembléia, requer seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1975.

a) JURANDIR MESSIAS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições após ouvir o plenário, requer seja oficiado ao Exmo Sr Governador para que autorize ao DETRAN, a instalação em Iporá, de uma "CIRETRAN", abrangendo os seguintes Municípios Iporá, Francisco Alves, Sombri-Pérola, Altônia, Terra Roxa e Guaira.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1975

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita a V. Exa., após ouvido o plenário, a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr JOÃO MANOEL DOS SANTOS, ocorrido em Ponta Grossa, no dia 25 último.

Solicita também, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada, à Prefeitura e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA

O Sr João Manoel dos Santos, além de membro de tradicional família pontagrossense, exerceu destacados cargos políticos naquele Município, tendo sido vereador e Presidente da Câmara Municipal, representando uma autêntica liderança que era toda voltada ao bem público, através de um trabalho dedicado, profícuo e sempre em termos de comunidade.

Seu desaparecimento a todos consternou. Justo que esta Casa se associe às manifestações de pesar do povo pontagrossense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que no último dia 18 de junho o Dr. Lot Garcez do Nascimento, atendendo especial convite que lhe fora dirigido, compareceu perante a Comissão de Agricultura e Política Social da Câmara dos Deputados afim de analisar o momentoso tema "Problemática da Aftosa".

Considerando que, além de manifestar invulgar conhecimento do assunto, o renomado médico paranaense apresentou soluções práticas para debelar o mal enfocado, ressaltando a eficácia do medicamento químico curativo testado, divulgado e demonstrado pelo seu saudoso pai Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento, Professor Catedrático da então Universidade do Pr.

Considerando finalmente, que em notável gesto de patriotismo, ofertou ao Brasil a fórmula do magistral produto com a condição de vir representante da Federação buscá-la oficialmente do nosso Estado para que fique mais uma vez registrado o esforço dos cientistas paranaenses para o bem estar comum e progresso da Nação;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja inserto voto de louvor ao Dr. Lot Garcez do Nascimento, pelos motivos acima expostos.

Requer, outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado, ao Ministério da Agricultura, à Comissão de Agricultura e Política Social da Câmara dos Deputados e à Secretaria de Agricultura do Estado.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o plenário, seja consignado em Ata um voto de louvor ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Gal. Alcindo Pereira Gonçalves, assim como ao Dr. Moupir Amaral, Chefe de Gabinete, e demais componentes da Assessoria Civil, pela maneira dedicada e eficaz com que vem sendo atendidos os problemas afetos àquela Pasta.

A atuação da Secretaria tem-se destacado não só no reequipamento das delegacias do interior, construção e reparos nos seus próprios, como também por uma criteriosa seleção dos elementos que ocupam os seus vários postos, proporcionando-lhes condições de atingir suas verdadeiras finalidades, ou seja, a promoção, manutenção da ordem e segurança pública e a defesa das garantias individuais, decorrendo daí a paz social a que todos almejamos.

Solicita-se também, que da decisão da Casa dê-se ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1975.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer à Mesa, ouvido o plenário, a constituição de uma Comissão Especial, destinada a elaborar sugestões aos Projetos de Lei ora em tramitação na Câmara dos Deputados, que tratam do Código Civil, Penal e de Processo Penal e Leis das Contravenções Penais.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1975.

a) ACCIOLY NETTO

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem) Sr. Presidente, de acordo com o artigo 79, do nosso Regimento Interno, requiro a V. Exa. que seja levantado o número de Deputados para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE - V. Exa. pede verificação de quorum?

O SR. NILSO SGUAREZI - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE - Defiro o pedido. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada)

Responderam a chamada 20 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, nós fomos autores do requerimento para a convocação do Sr. Secretário de Educação e fizemos com a intenção, não de prestigiar ou desprestigiar alguém. Vemos que na Casa não existe número. Os Srs. Deputados, em número de 20, que responderam a chamada, não se encontram em plenário. Pedimos a V. Exa. que seja dado prosseguimento à sessão, para ser ouvido o Sr. Secretário de Educação, e para tanto, necessário se faz nova chamada nominal, porque no plenário não há quorum para realização da sessão.

O SR. PRESIDENTE - Respondendo a questão de ordem, a Mesa informa que responderam a chamada 20 Srs. Deputados, e que a palestra do Sr. Secretário de Educação será no anfiteatro, porque o Secretário tem alguns "slides" para projetar e nós aqui no plenário não temos condições. Assim, a sessão prosseguirá depois, no anfiteatro.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - (Pela ordem) Sr. Presidente, só

para esclarecer. O Secretário foi convocado para um assunto específico: Estatuto do Magistério. Acho que deveria ser aqui no plenário, porque já da outra vez, quando da visita do Sr. Secretário de Transportes, não foi possível suspender a sessão aqui e reabri-la no anfiteatro. Acho que a presença do Sr. Secretário deve ser neste recinto, desde que haja número suficiente de Deputados.

O SR. DEL CIEL - (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É feita a chamada)

Responderam a chamada nominal 24 Srs. Deputados. O Sr. 1.º Secretário fará a leitura da Sinopse do primeiro período ordinário de sessões da 1.ª Legislativa da 8ª Legislatura.

(O Sr. 1.º Secretário lê a Sinopse. A sinopse a ser publicada, acha-se transcrita no final desta Ata).

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica que o Sr. Secretário de Educação e Cultura já se encontra na Casa.

O Sr. Secretário em vista da matéria que vai ser arguida nessa reunião, ser matéria relativamente limitada, ele pretende, aproveitando a ocasião que se apresentou à sua convocação para prestar esclarecimentos nesta Casa, ele pretende também, se for interesse da Assembléia, fazer uma síntese da situação atual. Esta palestra poderá ser feita antes ou depois da arguição oficial da Assembléia.

A Presidência propõe à Casa, que esta exposição da situação geral da Secretaria de Educação seja feita inclusive antes da arguição do Sr. Secretário, e nestas condições, também propõe à Casa que esta sessão continue em baixo, no anfiteatro, porque o Sr. Secretário pretende apresentar "slides", que não temos condição de fazê-lo aqui no plenário.

Esta Presidência consulta à Assembléia, se aceita que a sessão continue no anfiteatro.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - (Pela ordem). Consulto V. Exa., nobre Deputado, qual é o assunto específico que Sua Excelência irá abordar, o assunto a que V. Exa. se referiu?

O SR. PRESIDENTE - O Sr. Secretário acha que não vai ter muito tempo porque haverão muitas perguntas dos Srs. Deputados, então ele queria, aproveitando a sua estadia nesta Casa, fazer uma síntese, um levantamento atual da Secretaria de Educação e Cultura.

Então a Presidência pergunta, se há interesse da Assembléia em que se escute o Sr. Secretário antes, ou depois da arguição.

Como o Sr. Secretário tem inclusive "slides" para serem projetados, a Mesa propõe então que se continue a sessão, no anfiteatro.

O SR. MUGGIATI FILHO - (Pela ordem). Sr. Presidente, o artigo 75 do Regimento Interno estabelece que, tanto as sessões ordinárias como as extraordinárias serão ouvidas, mas, poderão ser secretas quando assim for deliberado pelo plenário. Não é este o caso, mas, quer nos parecer que o auditório desta Casa criaria, inclusive em se tratando de uma sessão pública, dificuldades, até para o registro da sessão, uma vez que não há espaço reservado à imprensa, nem ao rádio, somente existem possibilidades de talvez à televisão.

Veja V. Exa. Sr. Presidente, que a nossa bancada se encontra diante de uma consulta que V. Exa. formulou no andamento da reunião e nós fomos assim surpreendidos pela consulta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE - O Sr. Secretário fará a explanação lá embaixo. O Sr. Secretário teria vontade de fazer a exposição antes da sessão.

O SR. MUGGIATI FILHO - Pediria a V. Exa. para não incorrer-

mos em um erro de interpretação de pensamento da bancada, que V. Exa. suspendesse a sessão por cinco minutos para podermos dialogar.

O SR. PRESIDENTE - Está suspensa a sessão por cinco minutos, para que possam as bancadas dialogar.
- (É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a sessão.

A Mesa convida o Sr. Secretário de Educação e Cultura que tome assento à Mesa, à direita da Presidência.

A Mesa esclarece ao Plenário que o Sr. Secretário, antes da arguição fará uma síntese da situação atual da Secretaria de Educação e Cultura. Tem a palavra pois, S. Exa.

O SR. SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

"Inicialmente desejamos externar nossa satisfação por nos encontrarmos nesta Casa, onde tivemos a oportunidade de conviver por quatro anos ao lado de muitos dos senhores que aqui ainda hoje se encontram.

Nossa satisfação também justifica-se pelo fato de que sempre desejamos estas oportunidades de dialogar com os ilustres representantes do povo.

V. Exas. são testemunhas de que logo após nossa posse na Secretaria da Educação e Cultura, aqui comparecemos em visita oficial, quando, por várias horas, expusemos às duas bancadas com assento nesta Casa, assuntos vinculados à Pasta da Educação e da Cultura.

Afirmamos naquela oportunidade nossa disposição de que a Secretaria da Educação e Cultura estaria sempre aberta a todos os senhores para receber sugestões, críticas construtivas e colaboração. Isso vem realmente ocorrendo e desejamos externar a honra não só deste diálogo, como das contribuições anteriores que nos têm oferecido os Senhores Deputados. Só podemos considerá-las valiosas, pois foi o espírito desta Casa, foi a salutar convivência parlamentar que agora Vossas Excelências exercitam, nas mesmas cadeiras onde hoje se assentam com dignidade em benefício do bem público, foi a disposição de trabalho e de dedicação à causa pública, que ainda aqui V. Exas. têm exemplificado, foi o que acrescentamos aos nossos conhecimentos para dirigir a Secretaria da Educação e Cultura e que para não deslumbrar temos envidado e não regatearemos todos os esforços.

Hoje, aqui comparecemos, por convocação desta Casa, para "pessoalmente prestar informações acerca do Estatuto do Magistério", magno diploma das legítimas aspirações dos senhores professores e, conseqüentemente, do alto interesse do Ensino e da Educação.

Cômo não se desvincula o professor da Educação e como não existe problema isolado, tanto que o diagnóstico e as soluções se configuram sob a denominação de "Sistema de Ensino" e ainda tendo em vista, como é do conhecimento de V. Exas. como o advento da Lei 6636 caber à Secretaria da Educação e Cultura, quanto à política do pessoal, o fornecimento de indicadores e não mais o estabelecimento da própria política agora afeta à Secretaria Estruturante (art. 26), faremos, data vênua, no discorrer do tema central, exposições referentes à infraestrutura do Ensino e da Educação, oferecendo aos Senhores Deputados as linhas gerais das atividades da Pasta nos setores tangentes, embora de maneira sucinta pelo reduzido prazo, visando, com isso, não só obter a colaboração e sugestões de V. Exas., mas também para tê-los como nossos companheiros na divulgação e principalmente na conscientização da comunidade, facilitando a difícil tarefa de promover a educação e a cultura de nossa gente.

No que se refere ao Estatuto do Magistério não desconhecemos V. Exas. que o mesmo tem sido constante preocupação não só desta Casa de Leis, como também do Poder Executivo, em seus diversos períodos e dos Senhores Titulares da Secretaria da Educação e da Cultura.

O Paraná dispõe do Estatuto do Magistério (Lei 5.871 de

6 de novembro de 1968).

Com o advento da Lei 5692/71, portanto posteriormente ao Estatuto, sentiu-se a necessidade de um novo dispositivo legal.

Foram feitas algumas tentativas, mas, por certo, a complexidade do problema, o desejo de realçar merecidamente os integrantes do magistério, a preocupação da retribuição pelos relevantes serviços prestados pelo professorado ao nosso Estado e principalmente a barreira financeira, foram impedimentos para vermos esses intentos concluídos.

O Governador Jayme Canet Junior também sensível a esse problema determinou que lhe oferecêssemos a devida atenção de nossa Pasta.

Assim, desde o início de nossa gestão procuramos coletar e obter subsídios necessários ao encaminhamento do assunto.

Trazemos como observações:

- Poucos são os Estados da Federação que dispõem de Estatuto do Magistério nos moldes da Lei 5692/71, sendo frequentes as solicitações de dados e informações sobre o nosso Estatuto.

- Há poucos dias quando em Brasília participamos do Encontro de todos os Secretários de Educação dos Estados e Territórios, pudemos, também, constatar, que em geral, os Estados que dispõem de estatutos posteriores à Lei 5692/71 estão empenhados em sua reformulação.

- A Lei 5692/71 (11-08-71) que fixa "diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus" e sua gradual implantação, demandaram experiências e ajustes que vinham impossibilitando uma perfeita tomada de posição para o estabelecimento do Estatuto. Podemos citar, como exemplo, o recente parecer 76/75 do Conselho Federal de Educação que abre uma nova possibilidade, em função da experiência da implantação da lei, para a abertura profissionalizante do II grau, e isto em menos de dois anos, após o parecer 45/72.

Apesar de todos esses aspectos estabelecemos um grupo de renomados especialistas que nos entregará a minuta dos Estatutos.

Há a se considerar que essa minuta receberá a audiência da Secretaria do Planejamento, Secretaria dos Recursos Humanos e Secretaria de Finanças, pois a lei 6636/74, que organiza o Poder Executivo no Sistema de Administração Pública, define em dois níveis de atuação a estrutura organizacional básica das Secretarias

- I - as de natureza instrumental;
- II - as de natureza Substantiva.

Com o objetivo de viabilizar a ação governamental, ficou a SERH encarregada do sistema de recursos humanos, cabendo às Secretarias de Natureza Substantiva, como a SEEC, a ação própria consoante a área que a ela foi definida.

Compreendo perfeitamente o desejo de V. Exas., como é do Executivo, no mais rápido encaminhamento a esta Casa do "Estatuto do Magistério", mas desejamos enfatizar:

- 1) - Esta Casa desenvolverá um Simpósio sobre o "Estatuto do magistério", para qual já foi solicitada a colaboração da SEEC e por certo dele receberemos notáveis contribuições.
- 2) - A SERH pretende para os primeiros meses do segundo semestre ter levantada toda a situação do funcionalismo estadual, também indispensável para a fixação do Estatuto.
- 3) - Há uma variada gama de classes a serem devidamente consideradas. Além dos estatutários temos os suplementaristas nos diferentes níveis.

Professoras formadas em licenciatura plena.

Todos os professores licenciados por Faculdade de Filosofia com diploma registrado no MEC, independe de área de atuação.

Todos os professores formados em licenciatura curta. Portadores do Registro D para 1º grau. Portadores do Certificado do PREMEX e CENAFOR devidamente registrados no MEC.

Professores com um ano de estudos adicionais em Estabelecimento autorizado com diploma registrado no MEC.

Professores não licenciados.

Nestas categorias temos ainda a considerar os que têm padrão e são detentores de aulas suplementares.

Outro aspecto de fundamental importância é a existência de estabelecimentos de rede de ensino regidos pela Lei 4024, enquanto que outros são regidos pela Lei 5692/71. Essa situação provocou em 1974 os quadros que desejariamos mostrar aos senhores para perfeita compreensão e que nos dá a oportunidade de observar que temos no primeiro grau um milhão e 415 mil matriculados e no segundo, 102 mil alunos matriculados. Através deste dispositivo, observamos a pirâmide de matrícula geral no Estado em 74, onde poderemos demonstrar a dificuldade na implantação da lei 5.692.

Os estabelecimentos estaduais apresentam, no 1º grau, um nível de matrícula praticamente equilibrado ao nível de matrícula à nível municipal. E o particular adiantou-se na reforma do ensino, tendo um número de matrícula maior na Reforma do que na Lei 4024.

Observa-se ainda que dentro dos estabelecimentos por dependência administrativa, em 1974, o quadro que se apresentava era o seguinte:

Estadual: 3 mil e 991 estabelecimentos, dos quais, 3 mil e 339 dentro da Lei 4024; e 652 já dentro da Lei 5.692;

No âmbito municipal: 9 mil e 724 estabelecimentos de ensino, dos quais, 9 mil e 632 na antiga lei, e 92 já dentro da Reforma;

Estabelecimentos particulares: 397; 233 na Lei 4024 e 164 na 5.692.

Podem considerar estranhos esses dados quanto ao número de estabelecimentos por dependência estadual e municipal. Há a observar que quase todos os estabelecimentos estaduais contam, em média, de 4 a 5 salas de aula, enquanto a maioria dos estabelecimentos municipais, contam com apenas uma sala de aula.

Dai a equivalência entre o número de matrículas entre a rede estadual e a municipal.

No 1º Grau, dados gerais de 1974, estabelecem alunos vinculados pela Lei 4024, ainda no 1º grau, 1 milhão, 13 mil e 819. E na Lei 5.692, 401 mil e 237, que perfazem um total de um milhão, 415 mil e 56.

Dentro da Lei 4024, professores, 40 mil, 928; e dentro da Lei 5692, 24 mil, 899 professores. O que dá, para o ensino de 1º Grau, 65 mil e 827 professores.

Número de estabelecimentos, na Lei 4024: 13 mil e 204; e na Lei 5692: 908 estabelecimentos.

À nível de 2º grau, agora, observamos que há uma predominância muito grande no número de matrículas para os estabelecimentos estaduais.

Em segundo lugar, o particular, e finalmente o federal. Temos, aqui em Curitiba, implantada, dentro da Reforma, a Escola Técnica Federal.

Desejaria mostrar aos Srs. Deputados as dificuldades que também decorrem da implantação da Reforma, no que diz respeito à habilitações técnicas e às habilitações menores. Quando, através desses gráficos que estarão à disposição dos Senhores Deputados, temos uma perfeita amostragem de como se distribuem as matrículas, em nosso Estado e também a implantação da Reforma, tanto em 1º e 2º graus.

E resumiria dizendo que matrículas por dependência administrativa, no 2º grau, contamos, na rede estadual, com 75 mil, 452 alunos; e na particular, 23 mil e 108 alunos; e na federal, 3 mil e 899 alunos.

A maior parcela da rede estadual já se encontra dentro da Lei 5692, da modernização administrativa.

E no que diz respeito à distribuição de professores; em 1971, temos, na rede estadual, licenciados, 3 mil, 576; e não

licenciados 2 mil, 348. Desses, têm vínculos efetivos, um mil e 142, e como suplementaristas, 4 mil e 782.

Na rede particular, contamos com um mil e 50 licenciados e 970 não licenciados.

E o vínculo total da rede particular é de 2 mil e 20 professores, todos contratados.

É evidente, Srs. Deputados, que além dessas dificuldades, haveremos de ter também uma imprescindível compatibilização com as disponibilidades financeiras do Estado. E, neste particular, é importante que se destaque os gastos que tivemos com aulas suplementares em mil cruzeiros.

Em 1974, iniciamos o mês de janeiro com 21.198.350 cruzeiros e foi encerrado no mês de dezembro com 23.948.390 cruzeiros. O que deu um total de 240.947.680 cruzeiros, para 1974.

Para o exercício de 1975, a nossa folha de pessoal suplementarista, computa-se da seguinte maneira:

Janeiro – 23.321.870 cruzeiros;
Fevereiro – 21.784.900 cruzeiros;
Março – 21.808.380 cruzeiros;
Abril – 23.884.160 cruzeiros;
Maio – 31.900.000 cruzeiros;
Junho – 31.900.000 cruzeiros.

A persistir esse valor de maio e junho, deveremos aplicar no pagamento de aulas suplementares em 1975, 344.999.330 cruzeiros.

Interessante também destacar a evolução dos recursos do Tesouro destinados à SEEC, de 1973 a 1976:

Em 1973 a Secretaria de Educação contou com um Orçamento de 555,5, o que representa 27,05 por cento.

Em 1974 – 777,5 o que representa 26,84 por cento.

Em 1975, a vigorar a suplementação pedida para pagamento de pessoal, teremos 24,09 por cento em relação à despesa.

Para 1976, a previsão é de 1.250.000, correspondente aproximadamente a 23,6 por cento da despesa total do Estado.

Com relação a pessoa, observamos o seguinte:

Em 1973 – 485,00, correspondente aproximadamente a 87,3 por cento da previsão do orçamento global da Secretaria.

Para 1974, 622,9, correspondente a 80,2 por cento da despesa da Secretaria.

Em 1975, 842,6, correspondente a 80,0 por cento de toda a despesa da Secretaria.

Para 1976, 990,00, correspondente a 80 por cento de nossa Secretaria.

Embora não seja assunto relacionado com o Estatuto, que se refere ao 1º e 2º grau, lembro aos Srs. Deputados que conta ainda o Estado do Paraná – e são poucos os Estados da Federação – que contam com uma rede de ensino superior estadual, com 3 Universidades e 9 Faculdades, que representam também grande despesa para a Secretaria de Educação e Cultura.

Pretende agora, o Sr. Presidente, Srs. Deputados, detalhar os problemas prioritários inseridos nos “objetivos e metas de desenvolvimento do Governador Jayme Canet Junior” 1975 – 1978, que diz respeito à Educação:

- implantação do programa de apoio à expansão do ensino municipal de 1º grau;

- ampliação significativa na compra de vagas de ensino de 2º grau em escolas particulares, para alunos carentes, visando dar maior rentabilidade social ao sistema educacional.

- gestionará o Governo do Estado para a federalização das 3 Universidades estaduais, propiciando dessa forma melhores condições ao ensino superior.

Atendendo a essas metas prioritárias e os objetivos previstos no plano governamental, antecedendo à posse da nova administração estadual e durante o primeiro mês após, nossa maior preocupação foi dotar a Secretaria do Estado da Educação e da Cultura de uma política administrativa voltada à realidade e perfeitamente adaptada à Modernização Administrativa que está sendo implantada em nosso Estado.

“Foi elaborado e aprovado o nosso regulamento da SEEC que passou a ter a seguinte configuração:

Concomitantemente à fase da adaptação necessária foram desenvolvidas diversas atividades, entre as quais, sucintamente relatamos:

- Na área de 1º e 2º graus foram tomadas providências para dar continuidade à implantação gradativa da Reforma do Ensino a esses níveis.

Intenso trabalho tem sido desenvolvido no sentido de apoiar o programa “Cooperação Estado – Município”, amparando-se financeiramente numa primeira etapa, 21 municípios.

- 2.682 elementos ligados às Inspetorias receberam orientação no sentido de aprimorar a coleta de dados que se destinarão ao Serviço de Estatística da Educação (FUNDEPAR).

- No que diz respeito à problemática educacional do município de Curitiba – foi criado o Grupo de Trabalho de Curitiba (Prefeitura – Fundepar – SEE) que fornecerá os indicadores para o equacionamento do problema.

- A fim de dar maior apoio ao ensino especial, firmamos convênio com o MEC, para atender alunos excepcionais, carentes de recursos e matriculados em estabelecimentos particulares. A SEEC está, também, desenvolvendo com a OEA o Projeto Multinacional de Educação Especial.

- Extenso programa de treinamento de pessoal e de difusão do processo de realização de exames supletivos, está sendo desenvolvido a fim de incrementar em todo o Estado o Ensino Supletivo.

- Visando levar, através da televisão, uma nova oportunidade de escolarização, foi lançado pela SEEC o projeto João da Silva elaborado pelo MEC.

- A Secretaria tem mantido intenso fluxo de informações, transmitindo à rede particular de ensino, diversas diretrizes.

- Um trabalho de conscientização vem sendo desenvolvido, visando a participação da comunidade nos problemas do ensino, através das Associações de Pais e Professores.

- Um grupo de Trabalho com a finalidade de levantar a real situação da prática desportiva em nossas escolas, foi constituído e já vem executando uma série de projetos.

- Na área cultural temos a ressaltar os programas levados ao interior, exposições realizadas no Museu Paranaense, Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu de Imagens e do Som, Casa de Alfredo Andersen e Biblioteca Pública.

- O Teatro Guaíra vem desenvolvendo atividades que o coloca em destaque no cenário nacional.

- Com recursos do convênio MEC/SEC firmamos convênio com 38 municípios, para aquisição de livros didáticos em 1976, além dos fornecidos às bibliotecas de Prefeituras.

- Foram distribuídas mais de 15.000 carteiras, adquiridas pela Fundepar, aos estabelecimentos escolares.

- No primeiro quadrimestre foram concluídas 27 unidades escolares, a cargo da Fundepar, que aumentam em 159 o número de salas de aula.

- O COLEPAR desenvolveu intensa atividade visando o aperfeiçoamento e treinamento de professores.”

É interessante, também, destacar que de 15 de março a 26 de junho, portanto, quinta-feira passada, foram protocolados em nossa Secretaria 11.015 processos; de 7 de abril a 25 de junho foram concedidas 724 audiências todas ligadas ao problema de educação.

“Compreendem, por certo V. Exas., que a complexidade de um órgão que conta com várias entidades vinculadas e mais de 30 departamentos, impossibilitando que numa oportunidade como esta tivéssemos todos nossos assessores presentes, deverá impedir o fornecimento de todas as informações que possam ser solicitadas, mas não nos furtaremos a estudá-las e na própria Secretaria complementá-las.

Desejamos, finalmente, ressaltar que embora nossa presença nesta Casa, hoje, se deva à uma prerrogativa legal desta Assem-

bléia, fizemos questão de atendê-la prontamente para demonstração da espontânea satisfação com que voltamos a este convívio e para exemplificar a filosofia de prestígio a nossa classe política, recomendada pelo Exmo. Sr. Presidente da República e por nosso Governador."

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

○ SR. PRESIDENTE - O Sr. Secretário deve se encaminhar à direita da Mesa e em seguida esta Presidência concederá a palavra aos Deputados inscritos.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, primeiro Deputado inscrito para arguir Sua Excelência o Senhor Secretário.

○ SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, inicialmente farei uma consulta à Mesa: se há uma limitação no número de perguntas que o Deputado pode fazer, e qual a limitação de tempo.

○ SR. PRESIDENTE - O número de perguntas normalmente seria de 5 quanto ao tempo, depende do que o Sr. Secretário tiver de responder. O tempo que a Mesa estabeleceu foi o tempo geral total, da sessão, duração de 3 horas.

○ SR. NILSO SGUAREZI - Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Sr. Secretário de Educação e Cultura, pela maneira cordial e cavalheiresca como tem sabido receber, indiscriminadamente, dos deputados que acorrem à Secretaria de Educação e Cultura.

Em primeiro lugar formularei a V. Exa. a seguinte pergunta:

O atual Estatuto do Magistério teve em 1971, pela Lei 171, revogado o artigo 14, que estabeleceu a lista triplíce para a nomeação de diretores de estabelecimentos.

Dei entrada nesta Casa, Sr. Secretário, de um projeto de lei que visa revogar aquela lei que revogou o artigo 14, em consequência, voltaria a ter vigência este artigo 14, com alguns reparos que formulei no meu projeto.

Minha pergunta é a seguinte:

É de interesse do Governador do Estado e da Secretaria de Educação e Cultura, que volte a ter vigência o artigo 14 do atual Estatuto?

○ SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica ao nobre Sr. Secretário, que pode consultar sua assessoria, todas as vezes que for necessário.

○ SR. SECRETÁRIO - Muito obrigado.

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, em primeiro lugar agradeço as referências iniciais de V. Exa. Entendo que a frente das diferentes Secretarias estão companheiros nossos, por determinação de Sua Excelência o Sr. Governador, que estarão à disposição de todos os Srs. Deputados, para tratarem de assuntos que digam respeito aos interesses da administração.

No que diz respeito à pergunta de V. Exa., realmente existiu num determinado período, a prevalência da lista triplíce para a escolha dos cargos de Direção. Havia, na aplicação desses dispositivos legais, em algumas unidades de ensino, dificuldades. Posteriormente esta própria Casa de Leis revogou este artigo do Estatuto, cumprindo portanto ao Poder Executivo e à Secretaria seguir estas determinações.

Devo esclarecer a V. Exa. que não vejo nenhum inconveniente de que tal prática seja adotada, e onde tem sido possível, nossa assessoria tem procurado dialogar com o corpo docente dos estabelecimentos, para a escolha dos titulares na diferentes Direções.

○ SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Secretário, é mais uma questão de ordem, se as perguntas podem ser encaminhadas diretamente ao Sr. Secretário ou deve passar pelo crivo da Mesa.

○ SR. PRESIDENTE - Diretamente ao Sr. Secretário.

○ SR. NILSO SGUAREZI - Diversas vezes que estive na Secre-

taria de Educação, procurei, através de Vossos Assessores, conseguir a legislação que existe sobre Educação no Paraná e fui informado de que não há uma compilação dessas leis e regulamentos, leis, portarias, resoluções, perguntaria a V. Exa. se V. Exa. tomou alguma medida no sentido de registrar uma compilação dessas leis e regulamentos, das disposições legais que estão vigentes ou fazer uma compilação para se fazer uma pesquisa ou um estudo comparatório, comparativo do grau de evolução que nossa Educação atravessa e poder aproveitar para o futuro.

○ SR. SECRETÁRIO - Existe na Secretaria de Educação uma série de publicações feitas, inclusive, algumas de entidades vinculadas, como o caso da Fundação Educacional do Estado do Paraná. É provável que nem toda a legislação esteja realmente compilada e devidamente agrupada, mas nos dispomos na nossa Secretaria de um grande número de publicações a respeito de leis vinculadas a Educação e também, respondendo especificamente a pergunta de V. Exa., temos nos preocupado com isto tanto que existe junto ao Chefe de funcionamento do pessoal uma equipe que trabalha obtendo todas as informações. É uma pena que não tenha sido dada a oportunidade de apresentar a V. Exa. as transparências, preparamos para trazer aqui, quando eu mostrasse dentro da modernização administrativa de nossa pasta, poderia V. Exa., através das assessorias que estabeleci, verificar a existência de uma assessoria que trata especificamente deste assunto e que está tratando, especificamente deste assunto a que V. Exa. se refere. Teria a mais grata satisfação de, ainda amanhã, fazer chegar a V. Exa. as publicações que temos na Secretaria e na própria Fundação.

○ SR. NILSO SGUAREZI - Os dois Secretários que antecederam V. Exa. na Pasta da Educação, entregaram dois Estatutos do Magistério, um deles que está com o nosso colega Gabriel Sampaio e o outro do Professor Cândido Martins de Oliveira, o que tem levado o Governo do Estado do Paraná a não enviar a Assembleia Legislativa tais projetos.

○ SR. SECRETÁRIO - Sr. Deputado, me foi dada a oportunidade há poucos instantes, embora sucintamente, relatar série de publicações que demandam da implantação do novo Estatuto do Magistério, deixei ressalvada a intenção, não só desta Casa como do Poder Executivo e dos titulares que me antecederam na Secretaria de Educação, como também é do nosso desejo, do pronto atendimento a esta aspiração justa do professor paranaense. Em mais de oito itens que rapidamente abordarei, se assim fosse permitido, um breve histórico sobre o Estatuto do Magistério do Paraná. Em 15 de outubro a Associação dos Professores do Paraná recebeu do então Secretário da época o ante-projeto de lei, em 6 de novembro de 1968, a lei 5.861/68 torna o Estatuto realidade. Vou deixar de enumerar as disposições contidas neste plano de lei. Apenas gostaria de enfatizar que o quadro próprio do Magistério estipulado através da lei 5.957 de 59 e a competente tabela de vencimentos fixados em consequente lei 5.871/68, apresentaram-se naquela época além daquilo que constituía a reivindicação da classe. Posteriormente, com o advento da lei 5.694/71, que nos seus diferentes artigos trata do concurso do Estatuto do Magistério, da remuneração e da concessão de auxílio federal, tornou evidentemente, a lei de 1968 não adequada a estas imposições da Lei 5.692/71.

Posteriormente, o próprio decreto que estabelecia normas para concessão de auxílios financeiros aos sistemas estaduais de Ensino foi alterado, eis que, o Decreto 71.633 alterou o Artigo 19 do Decreto 21.244 da seguinte maneira:

"Artigo 19 - Fixação pelo órgão competente do sistema estadual, do prazo máximo para o início do pagamento dos avanços verticais ou horizontais, resultantes de maior titulação, devidamente comprovado"

Posteriormente, Sr. Deputado, observou-se que alguns entendiam que apenas a alteração de poucos capítulos do atual estatuto, poderia atender ao Artigo 36 da Lei 5.692/71. Outros

entendiam, entretanto, e queriam a revisão total. Em 3 de outubro de 72, o Governo constituiu um grupo tarefa. Em 26/12/72, o grupo concluiu os estudos e o entregou à Secretaria de Educação e Cultura. Em 7/5/73, a Secretaria de Educação enviou ao Governador e à Associação esta minuta para estudo. Devolvida à Secretaria, o grupo tarefa o analisou em 26 de outubro de 73.

Em 26/12/73, um grupo apresenta um trabalho à Secretaria de Educação, e em 21/12/73, o Sr. Secretário de então, enviou minuta do Estatuto ao Governador.

Tenho, além daquelas implicações a que me referi quando falava há poucos instantes, a observação, de que o parecer do grupo de Trabalho, examinou os Estatutos e teceu as seguintes considerações: "A formulação do Estatuto do Magistério é de medida de relevância indiscutível". Há necessidade de um prévio conhecimento de condições, de escolaridade e profissionalização do atual quadro de Magistério. A Secretaria de Estado e Recursos Humanos, eu disse, está fazendo este levantamento e espera, até o fim de agosto, dispor desses elementos. Outro aspecto de relevância indiscutível, é a repercussão financeira da aplicação do Estatuto. É imprescindível que seja suficientemente explicitado com indicação precisa e detalhada das contas, valores, épocas e recursos de origem federal para que o Governo do Estado possa avaliar previamente o montante dos recursos, a fim de se assegurar que estes serão suficientes para cobertura das vantagens financeiras advindas da implantação da parte permanente e da expansão do ensino.

Um estudo que foi feito no fim do ano passado, considerando apenas a elevação proposta de dois níveis para o magistério, para promoção dos professores - e tenho os cálculos detalhados que poderei fornecer - indicam, para aquele ano, um total de acréscimo de 170 milhões, 439 mil e 388 cruzeiros.

Estas têm sido as dificuldades, Sr. Deputado. Além disto, revii também as alterações constantes que temos da lei 5692, no que diz respeito à sua implantação gradativa.

Trata-se de uma experiência em todo o País e que por certo vem merecendo atenção.

O Parecer 76/75, agora discutido em Brasília, em menos de dois anos, reformula, ou passa a adotar o Parecer 45/72, que não contava com dois anos de aplicação.

Estas, algumas das dificuldades, Sr. Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Acredito que os nobres colegas farão algumas perguntas com referência ao Estatuto do Magistério. Para não me prolongar, vou fazer uma pergunta específica à minha região. O último Secretário de Educação, ex-Deputado Cândido Martins de Oliveira, editou um livro "Política da Educação - Utopia e Realidade". Na página 88, desta obra, consta a fotografia de um prédio construído em Pato Branco. Esta construção foi inaugurada ainda no ano passado. Não tenho bem certeza se em outubro ou setembro. Acontece, que essa obra inaugurada, até o presente momento não foi ocupada, não vem sendo ocupada pela Secretaria de Educação. Justiça se faça ao Governo do Estado que cedeu esta obra às futuras faculdades de Pato Branco, que ocuparão por um só turno. Ora, em Pato Branco o Estado paga a locação de um prédio particular para ministrar as aulas ao curso de segundo grau.

Sr. Secretário, quais as dificuldades que a Secretaria de Educação vem encontrando para ocupar este prédio? Posso informar a V. Exa. que na minha cidade de Pato Branco muitos alunos não tiveram matrículas por falta de capacidade física de nossos estabelecimentos.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa comunica ao interlocutor que o

Sr. Secretário de Educação foi convidado para responder perguntas sobre o Estatuto do Magistério. E, se não for sobre o mesmo a sua pergunta, não deve nem ser considerada pelo Sr. Secretário, porque vai perturbar a questão de tempo, pois temos trinta inscritos e não dará tempo a que todos os Deputados

arguem o Sr. Secretário sobre o Estatuto.

O SR. NILSO SGUAREZI - Gostaria, Sr. Presidente, de esclarecer a V. Exa, que se minha pergunta não referendou o Estatuto do Magistério, acredito que a resposta do Sr. Secretário se baseará no referido Estatuto.

O SR. PRESIDENTE - O Sr. Secretário não terá a obrigação de responder.

O SR. NILSO SGUAREZI - Deixo ao critério do Sr. Secretário, mas acredito que não se furtará à resposta, porque ela é esclarecedora para se situar no quadro vigente.

O SR. SECRETÁRIO - com muito prazer.

Sabe muito bem V. Exa. Sr. Deputado, que especialmente, quando se trata de problema de educação, as necessidades ultrapassam, e muito, às possibilidades.

Acredito que a construção dessa obra, a que V. Exa. se referiu, tenha sido considerada como uma das prioridades. Mas, posso trazer aqui uma das dificuldades: o Paraná necessita, hoje, de 76 mil carteiras. Conseguimos, nesses 90 e poucos dias, distribuir 15 mil carteiras em todo o Paraná. Há possibilidades de se adquirir mais 5 mil carteiras. Estamos gestionando neste sentido. E S. Exa. o Sr. Governador está altamente interessado na liberação de recursos para que possamos, de pronto, atender os outros estabelecimentos também.

Houve dificuldades de mobiliar este prédio, e temos conhecimento deste problema, porque, como já disse, nos foi solicitado pelo Deputado Ivo Thomazoni, e agora, em julho, o prédio ficará totalmente equipado para que, a partir de agosto, possa ser o mesmo utilizado para 1.º e 2.º graus.

O SR. NILSO SGUAREZI - A Associação dos Professores do Paraná e o Conselho de Professores, estas duas entidades que disputam a primazia de representar a classe, têm muito interesse no Estatuto do Magistério.

Tramita, nesta Casa, um projeto a este respeito. A Secretaria recebeu algumas manifestações destas entidades a respeito deste projeto para que a Secretaria intervenha?

O SR. SECRETÁRIO - Oficialmente, a Secretaria nada recebeu a respeito deste projeto.

Entretanto, temos sido constantemente visitados e temos e temos recebido representantes de classe que têm gestionado neste sentido. No sentido de que o Poder Executivo envie esse diploma à Assembléia Legislativa.

O SR. NILSO SGUAREZI - V. Exa. confirma, que oficialmente, essas Associações não se manifestaram.

O SR. SECRETÁRIO - Oficialmente, não.

O SR. NILSO SGUAREZI - Era só, Sr. Secretário. Obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - A Mesa, para dar oportunidade a todos os Srs. Deputados, restringe a três perguntas a cada Deputado.

Alternadamente, concederá a palavra a um representante do MDB e a um da ARENA.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO - Sr. Secretário Borsari Neto, também queria registrar a minha satisfação em vê-lo de volta nesta Casa, já agora exercendo as funções de Secretário da Educação, e é como Secretário, e portanto, falando em nome do Governo do Estado do Paraná neste setor, que eu queria perguntar a V. Exa., tendo em vista divergências que me parecem já foram denunciadas na sua fala inicial quando declarou entender que existe, em vigor, o Estatuto do Magistério do Paraná de 1968, quando o Secretário anterior de um Governo que sucedendo um outro, a meu ver sem solução de continuidade, este Secretário, em livro que publicou relatando o seu trabalho à

testa daquela Secretaria, considerou praticamente inexistente o Estatuto do Magistério do Paraná

Tendo em vista esta divergência e tendo em vista, que me parece, que a discussão está em nível de filosofia de educação, eu perguntaria a V. Exa., em dois pontos

1) - Se, realmente, existe o Estatuto do Magistério

2) - Se a dificuldade para a implantação de novo Estatuto do Magistério do Paraná advém de divergências, ou da inexistência de recursos para implantação do novo Estatuto

Este precedente, esta pergunta a quem caberia a angariação de recursos, e quem deve responder pela inexistência desses recursos, para que se implante de uma vez por todas o Estatuto do Magistério?

Porque, ao que me parece, para complementar, porque V. Exa. declarou que espera a decisão do simpósio nesta Casa para o Estatuto do Magistério, me pareceu que não está havendo muita pressa para a elaboração deste Estatuto por parte da Secretaria, e não havendo solução de continuidade entre os Governos, os professores do Paraná já esperam por muito tempo este Estatuto.

O SR. SECRETÁRIO - Também agradeço a referência de V.

Exa. O prazer é nosso de nos encontrarmos nesta Casa, também, Sr. Deputado, o único dispositivo legal e sabe V. Exa., em vigência, diz respeito ao Estatuto, é a Lei de 68. Quanto a isto entendo que não poderá haver divergências, porque é um diploma legal existente. Nada houve posteriormente que a revogasse e nenhuma outra Lei que a substituisse. Portanto, a Lei de 68 a que se encontra em vigor. Disse V. Exa., que nós não estamos, pelo que parece, preocupados com a brevidade da remessa do Estatuto.

Nós estamos preocupados e afirmamos isto, procurando abreviar tanto quanto possível, mas levantei uma série de atributos que precedem e que nós necessitamos, para que possamos mandar um plano adequado e exequível. Um deles é o levantamento do pessoal que está sendo feito pela Secretaria de Estado de Recursos Humanos. Disse também, e o nobre Deputado, Sr. Luiz Alberto Oliveira, me comunicou há duas semanas passadas que em agosto realizaria este simpósio aqui nesta Casa, pedindo que, inclusive, mandássemos assessores da Secretaria, para acompanhar este trabalho. Dai a minha referência, de que por certo deste simpósio em que todos terão assento, obteremos subsídios valiosos para complementar os estudos que estão sendo realizados. Além disso, Sr. Deputado, dificuldades de ordem financeira existem. Por outro lado, a lei que fixa, através do seu artigo 34, a necessidade dos Estados adequarem seus estatutos à 5692, estabelece que quanto aos recursos para as vantagens financeiras adviesse da implantação por parte permanente se vincula aos recursos federais que deverão ser carreados para os Estados. Então, por isto foi que quando fiz ao Deputado Nilso Squarezzi este resumo de parecer do grupo de trabalho, afirmei que era imprescindível que fosse suficientemente explicitado com indicação precisa e detalhada das fontes e recursos de origem federal para que o Governo do Estado possa avaliar previamente o montante de recursos, se estes serão suficientes para a cobertura das vantagens financeiras advindas da implantação da parte permanente. Então, Sr. Deputado, somente depois do levantamento completo do pessoal e realmente estudado este novo quadro permanente, dentro do Estatuto, é que o Estado poderá aquilatar dos seus recursos financeiros e por isso também, é que eu disse que havíamos de mandar esta minuta que está sendo elaborada à consideração, evidentemente, da entidade de classe, à Secretaria de Recursos, de Planejamento e de Finanças, para em seguida vir à consideração desta Casa.

O SR. OSVALDO MACEDO - Agradeço e gostaria de perguntar até que se aprove de uma vez por todas, o Estatuto do Magistério, porque o Governo do Paraná não promove, ou não convoca o concurso para atender aos cerca de 17 mil professores su-

plementaristas, que segundo as entidades de classe nos informa, é o número que existe no Estado e porque também não faz com que fez o Governo de São Paulo, que conferiu nos termos da Constituição de 67, a estabilidade àqueles que, prestando serviços, tiverem comporvadamente cinco anos, até aquele ano.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Deputado, inicialmente, gostaria de dizer a V. Exa. que nós temos realmente, pessoas ministrando aulas suplementares, em termos de 17 mil. Mas deve V. Exa. considerar as diferentes categorias de classes que compõem estas 17 mil atividades. Muitos professores possuem um padrão, na própria Secretaria de Educação. Veja V. Exa., nós temos professores suplementaristas, com um padrão e um determinado número de aulas suplementares. Conta o suplementarista com dois padrões e um determinado número de aulas suplementares. E temos realmente, o professor suplementarista que não tem qualquer vínculo com a Secretaria de Educação.

Além disso, Sr. Deputado, há uma série de professores suplementaristas que embora não tendo vínculo com a Secretaria, o têm com outros estabelecimentos públicos federais, estaduais ou municipais.

Então, passe a se divergir deste número 17 mil, uma gama enorme de pessoas que já possuem vínculo com o Estado. E V. Exa. também há de convir, de que o problema de pessoal suplementarista remonta a 1.956.

Conseguí anotar referências iniciais sobre o professor suplementarista de 14-12-56, através do Decreto 7202. Posteriormente, o Governo do Estado, o último e o atual também, têm procurado dotar uma série de medidas que venham em benefício do professor suplementarista. E haja visto, posso citar aqui, Sr. Deputado, que em 29-11-74, através da Resolução 5363/74, a Secretaria prorrogou todos os atos de atribuição de aulas suplementares vigentes até 31/12/74. E foi um benefício muito grande que o professor suplementarista ainda não tinha.

Por outro lado, Sr. Deputado, já no dia 11 de dezembro de 74, através do Decreto 6259/74, foram estabelecidos os valores das aulas a partir de março de 75. Baseado nisto, nestes valores inclusive, já na lei 5692 estabelece esta diferenciação por habilitação.

E sabe o Sr. o valor da aula da licenciatura plena, da licenciatura curta e dos licenciados implantados em dezembro para vigorar já a partir de 1º de março.

Gostaria também, Sr. Deputado, por certo o Sr. tem conhecimento disso, de que os professores em outros Estados em razão da alta carga obrigatória, não têm condições para poderem ministrar aulas em quantidades maiores como ocorre no Estado do Paraná.

Aqui, num padrão é exigido dez horas de aulas, enquanto que nos Estados vizinhos, 22, 24 ou 26 horas semanais, devem ser computadas. Daí este grande número de professores com um padrão e dando 22 horas de aulas suplementares ou um professor com dois padrões de 20 horas e mais 12 horas. Quando fazemos estas comparações, temos que levar em conta o valor relativo, considerando o número de horas aulas atribuído a cada padrão.

Além do mais, o pessoal suplementarista foi incluído com as mesmas vantagens do pessoal complementar, incluído dentro da lei que rege o pessoal complementar, com as vantagens de previdência, férias, recebendo doze meses, etc.

O SR. OSVALDO MACEDO - Evidentemente que isto não satisfaz os suplementaristas e V. Exa. disto sabe.

Mas vamos à última pergunta. Sabe V. Exa. que o registro de diplomas do curso superior feito pela Reitoria da Universidade Federal do Paraná, por delegação do MEC, é excessivamente demorado. Para cada 600 diplomas que entram diariamente, saem apenas 100. De tal forma que se hoje estão sendo liberados diplomas de quem concluiu o curso por volta de 73.

Parece que a Secretaria de Educação estabelece uma distinção não muito justa para professores que têm diploma regis-

trado e para os que não têm registrado, no pagamento de aulas. 17 e 22 cruzeiros. Parece injusto e até contrário às normas de direito, mas isto provoca uma reação por parte do professorado.

Tenho em mãos uma circular chamada de "confidencial", assinada pelo então Diretor Geral da Secretaria de Educação, Ernesto Knauer, encaminhando aos diretores de escolas e estabelecimentos de ensino público do Paraná, cópia do Decreto Lei 477, inclusive grifando as penas previstas e grifando um trecho que pede aplicação imediata quando de qualquer reunião para tratar de assuntos reivindicatórios do âmbito escolar.

Pergunto se esse critério prevalece sob sua administração, e se está a Secretaria interessada em aplicar esse Decreto 477, contra professores que, honestamente, reivindicarem seus direitos? — (Sem revisão do orador).

O SR. SECRETÁRIO — Sr. Deputado, conhece V. Exa. que militou e ainda milita há tanto tempo na mesma região em que militamos politicamente, e da minha formação democrática de tal maneira, que começaria a responder V. Exa. de que não há nenhum temor a ser levado em conta pelos professores.

Nossa Secretaria se encontra aberta aos diálogos; se encontra disposta a receber toda sorte de reivindicações e sugestões, no sentido de melhoria do ensino.

É evidente que sempre que essas reivindicações forem em prol e melhoria e adequadamente colocadas, serão bem recebidas por nossa Secretaria.

Por outro lado, Sr. Deputado, reconheço, como também sei, que nossa própria Universidade reconhece as dificuldades que tem na tramitação e no registro de diplomas. E nós seguimos um decreto baixado anteriormente, e que fixava diferentes categorias e valores, às aulas suplementares. E os jornais de hoje demonstram a preocupação da Reitoria de nossa Universidade Federal do Paraná e estabelecendo convênios com as nossas universidades estaduais, para que estas possam efetuar o registro de diplomas, para que esses que têm necessidade do diploma para obterem o benefício desse decreto, de fato tenham possibilidades. Obtenham uma melhoria em função de sua classificação e enquadramento dentro desse decreto, que estabelece os valores das aulas suplementares.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Secretário, é com muito prazer que vejo V. Exa. na tribuna desta Casa, pois que bem conhecemos, na legislatura passada, a sua atuação de parlamentar, e agora, a sua atuação também brilhante na Secretaria de Educação.

A primeira pergunta refere-se a um item de sua exposição, com relação ao apoio que a Secretaria de Educação pretende dar à municipalização do ensino de 1º grau.

Sabe V. Exa. político do interior também que o é, que as Prefeituras Municipais estão sobrecarregadas. Curitiba por outro lado, a cidade universitária que é, é a cidade que proporcionalmente menos aplica no setor da educação.

Perguntaria a V. Exa. se haveria condições, ou como V. Exa. encara uma gestão que existe no Ministério de Educação, no sentido de que a par do salário educacional cota federal e estadual, gerido neste Estado pela Fundepar, seja criado neste Estado um mecanismo de trabalho, salário educacional cota municipal, para propiciar às Prefeituras, principalmente àquelas que possuem menos recursos orçamentários, para manutenção do ensino de 1º grau, o ex-curso primário e o ex-curso ginasial.

O SR. SECRETÁRIO — Inicialmente, também quero agradecer a manifestação de V. Exa. porque mais uma vez digo que tenho satisfação em estar dialogando com V. Exa.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao apoio à expansão do ensino do 1º grau. Através de um trabalho de levantamento feito em todos os municípios do Estado do Paraná — a

Fundepar dispõe de dados — se pode observar um número de professores pagos pelas Prefeituras Municipais e um número pago pelo Governo do Estado.

Pode-se também, através destes dados, verificar quanto é aplicado pelos municípios em educação. Diante destes elementos, se estabelece uma média ponderada, um coeficiente para distribuição às Prefeituras Municipais, como um auxílio ao pagamento dos professores.

No ano passado, a Fundepar distribuiu 12 bilhões e 500 milhões de cruzeiros às Prefeituras do Paraná.

Este ano, temos já no orçamento da Fudenpar, 18 bilhões de cruzeiros e S. Exa. o Sr. Governador está gerenciando e já nos garantiu que essa importância será, no mínimo, dobrada para o corrente ano, a fim de que, com isso, se possa realmente oferecer um apoio à expansão do ensino municipal em Curitiba.

No que diz respeito a sugestão de V. Exa., entendo perfeitamente viável, porque é evidente que a Secretaria de Educação tem que ver a possibilidade de tudo aquilo que vem em benefício da educação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Permito aduzir a V. Exa. que o Paraná — é o Estado pioneiro em serviço de estatística. Foi, inclusive, o Departamento de Estatística da Fundepar, elogiado pela UNESCO, ao respeito do levantamento estatístico do Paraná desde 1973.

O SR. SECRETÁRIO — Sr. Deputado, com muita satisfação acrescento que o único órgão no Brasil que teve a Delegação do IBGE para ter os dados de todo esse levantamento do Paraná.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Permita-me uma segunda pergunta, fazer referência à pergunta formulada pelo Deputado Nilso Sguarezi.

Sabe V. Exa. que a lista tríplice foi uma reclamada conquista dos professores, por ocasião do primeiro Estatuto do Magistério.

Hoje, pelo diálogo constante que mantemos com as lideranças de professores, entendemos que eles precisam reclamar e o estabelecimento da classe de diretor da parte permanente do Estatuto do Magistério, sendo que a lista tríplice diríamos que já é uma conquista que os professores pretendem como segundo plano, entendendo que o necessário seria o estabelecimento, no próximo Estatuto, do cargo de Diretor Efetivo dos estabelecimentos de ensino. Como vê V. Exa., este aspecto Sr. Secretário?

O SR. SECRETÁRIO — É evidente, Sr. Deputado, que o plano de lei elaborado terá, realmente que dispor sobre esta situação.

Conhece, V. Exa., muito bem, o nosso Estado. Dificilmente a nível de todos os estabelecimentos teremos condições de estabelecer a carreira para os cargos de direção. Então, o restabelecimento da lista tríplice, pelo menos, em alguns estabelecimentos, onde dificilmente teríamos condições de estabelecer esta distinção entre o pessoal vinculado ao Magistério apenas a administração, poderia, perfeitamente, prevalecer. Realmente, o assunto poderá ser discutido e encontrar uma forma para estes estabelecimentos onde não haja possibilidade de implantação, como carreira, para o cargo de direção.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — A terceira pergunta, Sr.

Secretário, seria como V. Exa. vê uma das grandes aspirações do professorado paranaense no sentido de que haja uma melhor numeração ao professor melhor titulado. Isto é que o professor receba seus salários de acordo com a sua capacitação, a sua habilitação legal, o seu aperfeiçoamento, a sua especialização, a sua formação profissional, a sua atualização em termos de magistério, desvinculados dos graus de ensino de acordo, inclusive, com o que prevê a legislação federal, atinente à matéria.

O SR. SECRETÁRIO — Perfeitamente, Sr. Deputado, isto está previsto na Lei 5692. É evidente que qualquer estímulo,

que qualquer desejo que possa ter o professorado em se especializar em progredir dentro do magistério terá fatalmente, principalmente no mundo em que vivemos uma comutação de ordem financeira e ela portanto, é justa. Mas cabe, com responsabilidade ao Poder Executivo compatibilizar as suas possibilidades para o estabelecimento deste plano de carreira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O Governo Federal, Sr. Secretário, está estabelecendo o tempo integral e dedicação exclusiva para seus professores. V. Exa., também, como vê este aspecto para os professores estaduais?

O SR. SECRETÁRIO - Realmente na área federal foi dado um grande passo neste sentido. Observa-se hoje que a carreira do professor universitário permite que ele faça dedicação exclusiva o tempo integral. É medida salutar porque vem em benefício do ensino. E algumas medidas, neste sentido, já estão sendo tomadas pela própria Secretaria que inclusive, estabelece pagamento de 50 por cento às professoras que ministrem mais alguns períodos de aula no curso primário. É uma medida que deve ser estudada porque é salutar para o ensino.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - A última interferência, Sr. Secretário, é para me congratular com V. Exa. com a disposição de, mais uma vez, prestigiar esta Assembléia quando, na resposta ao Deputado Osvaldo Macedo, estabeleceu o seu desejo, do desejo de sua pasta em, através do simpósio do Estatuto do Magistério previsto nesta Assembléia por iniciativa do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, prestigiar e dialogar com a classe política para que encontremos todos nós, Poder Legislativo e Poder Executivo, uma solução que atenda os interesses do professorado e os interesses da administração pública.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. SECRETÁRIO - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS - Sr. Secretário, professor Borsari Netto, é com satisfação que vemos hoje V. Exa. ocupando a mesma tribuna que por durante tanto tempo ocupou, como Deputado. Quero reafirmar, nesta oportunidade, o profundo respeito do qual V. Exa. é merecedor. Da nossa parte, Sr. Secretário, gostaríamos, como primeira pergunta que vamos dirigir a V. Exa. muito embora esta pergunta talvez possa fugir um pouco ao tema da colocação, no entanto, confiamos no espírito liberal de V. Exa. e temos certeza V. Exa. a responderá, então, parece-nos quase que uma praxe, quando governos se sucedem ou secretários se sucedem, assistimos, ou ouvimos não oficialmente mas pelo menos oficiosamente, que a primeira preocupação seria de colocar a casa em ordem, assim sendo, eu perguntaria a V. Exa.:

Sr. Secretário, como recebeu V. Exa. a Secretaria da Educação e da Cultura? Se V. Exa. recebeu a casa em ordem, ou em desordem? Antes, devo dizer a V. Exa., que tem toda a liberdade de responder ou não, esta minha pergunta.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Deputado, reafirmou V. Exa. inicialmente, o respeito dispensado à nossa pessoa. A recíproca é verdadeira.

O SR. TRAJANO BASTOS - Obrigado.

O SR. SECRETÁRIO - Afirmou também V. Exa., ter sido praxe nas metas de Governo, limpar a casa.

Não desconhece V. Exa. que nós fizemos parte do Governo passado. Desempenhei com muita satisfação e com muita honra, a Vice-Liderança, nesta Casa de Leis, liderado por um homem que ainda hoje é líder nesta Casa pela bancada da Aliança Renovadora Nacional, o Deputado Ivo Thomazoni.

Evidente não se trata de um Governo de continuísmo, é um Governo de continuidade e quando um Secretário assume uma Pasta ele há de querer como é natural, imprimir a filosofia

do Governo ao qual ele pertence, e imprimir a maneira como ele entende a mais correta para administrar a sua Pasta.

É nesse sentido que eu venho me preocupando nesses 90 dias à frente da Secretaria da Educação e Cultura.

Não desconhece V. Exa. que, na sua alta sabedoria, o Governador Emílio Gomes quando da Lei 6636 que implanta a modernização administrativa do Governo do Estado, teve a preocupação de fazer com que ela fosse implantada após 15 de março, quando os novos titulares já se encontrassem à frente de suas Pastas, para que eles pudessem examiná-la e adequar as suas respectivas Secretarias. E isto que nós estamos procurando fazer à frente de nossa Secretaria. Dificuldades, é evidente que nós encontramos. A pasta é enorme. Volto mais uma vez a frisar sem querer ser enfadonho, o que falei, as necessidades são enormes, as possibilidades, realmente são poucas. Sabe muito bem V. Exa. de que uma série de outros fatores inerentes ao próprio desenvolvimento do nosso Estado, agrava ainda os problemas vinculados à Secretaria de Educação e Cultura, um deles, o crescimento demográfico deste Estado, ultrapassa em muito a média nacional. Por outro lado, as zonas urbanas passam a ter um inchaço com a evasão rural, a tal ponto, Sr. Deputado, de que estarecidos nós observamos nas nossas estatísticas, que o índice de escolaridade na nossa zona urbana é de 104 por cento hoje numa demonstração de que o pessoal também, na zona rural, vai à zona urbana para ter o seu aprendizado. É evidente que numa situação como esta, numa pasta que envolve 289 municípios do Estado, que por certo não deixa de ter uma família vinculada a ela, quer por ser um filho aluno, ou porque uma pessoa está vinculada ao Magistério, ela terá que ter uma série de dificuldades e não vai nenhuma pretensão de nossa parte, ao sair-mos de lá, quando isto ocorrer, termos deixado também alguma contribuição para a Educação e o Ensino de nossa terra, e sem pretender ter tal veleidade de ter dado solução a todos os problemas que afligem a Educação no Paraná.

O SR. TRAJANO BASTOS - Sr. Secretário, gostaria de ouvir de V. Exa., como V. Exa. encara o problema da interferência política no Ensino.

O SR. SECRETÁRIO - Muito bem, Sr. Deputado, Eu disse da disposição, os Srs. Deputados mesmo são testemunhas disto, de manter, como vem mantendo, a Secretaria de Educação e Cultura à disposição de V. Exas. para o diálogo, à crítica construtiva e para sugestões.

Tão logo assumi a Secretaria de Educação, na sexta que aqui fiz estabelecemos que às segundas, quartas e quintas, pela manhã, seriam destinadas aos Srs. Deputados e nestes cento e poucos dias, impreterivelmente, às segundas, quartas e quintas, com raras exceções, determinadas para viagens a serviço da Educação, eu recebi os Srs. Deputados. Afirmar, 724 audiências foram concedidas neste período e sempre em assuntos voltados para a Educação e para o Ensino, então, entendo ainda mais considerando o princípio constitucional de que os Poderes devem ser independentes mais harmônicos entre si, então, toda conotação política que eu puder dar, no sentido da harmonia entre os Poderes, assim eu desenvolveria minhas atividades dentro da Secretaria da Educação.

O SR. TRAJANO BASTOS - Pois não. Minha última pergunta, professor Borsari Netto, V. Exa. como Deputado que foi, compreende e compreenderá por certo a pergunta que vamos fazer a V. Exa., como sendo a última. Temos recebido constantemente a reclamação das zeladoras e sabe V. Exa. que o artigo 78 da Constituição prevê, ou melhor, proíbe que os funcionários públicos não poderão perceber vencimentos inferiores ao salário mínimo para a Capital do Estado etc. Chega-nos ao conhecimento, Sr. Secretário, que as zeladoras vêm recebendo salários mínimos, salários inferiores...

O SR. PRESIDENTE - A Mesa pede aos Srs. Deputados, ao

arguir o Sr. Secretário de Educação e da Cultura, que se cijnam a perguntas atinentes ao assuntos a que ele foi convocado a esta Casa. Eu pedia a V. Exa., Sr. Deputado Trajano Bastos, que não fizesse perguntas fora do que foi estabelecido para esta sessão.

O Sr. Secretário de Educação e Cultura, como os demais Srs. Secretários de Estado, têm tido com a Assembléia Legislativa a máxima atenção. E têm vindo aqui, em palestra, sobre qualquer assunto todas as vezes que foram convidados. Sendo este assunto específico hoje, do Estatuto do Magistério, e tendo ainda vinte e tantos deputados inscritos, para arguir sobre a matéria, eu pedia a V. Exa. que não insistisse.

O SR. TRAJANO BASTOS – Eu atenderei. Só me consulto junto a V. Exa., se este assunto pertinente a esta minha última pergunta não estaria ligado ao ESTATUTO.

O SR. PRESIDENTE – O Sr. Secretário provavelmente irá responder. Eu estou falando neste momento, mas para alertar os próximos oradores, sobre o que se pretende hoje aqui.

O SR. TRAJANO BASTOS – Agradeço a orientação de V. Exa.

Mas parece-me, Sr. Secretário, que esta zeladoras vêm percebendo, então, a maioria delas, salário inferior ao mínimo estabelecido pela Lei. Gostaria de ouvir de V. Exa. se é verdade o que está acontecendo, e em caso de resposta afirmativa como V. Exa. pretende resolver ou atender esta reivindicação que, a nosso ver, se reveste da mais alta justiça junto a esses funcionários.

O SR. SECRETÁRIO – Por certo, o Sr. está se referindo ao pessoal suplementar do Estado?

O SR. TRAJANO BASTOS – Exato.

O SR. SECRETÁRIO – No dia 13 de novembro de 73 a Lei 6508/73, instituiu a categoria de pessoal suplementar que dispõe sobre o seu regime jurídico. Esta Lei, basicamente, autoriza a criar no Serviço Público Estadual, a categoria do pessoal suplementar para o desempenho de trabalhos e tarefas complementares aos dos cargos ocupados por funcionários públicos.

O pessoal suplementar por esta Lei, e a Constituição facultam uma lei, que seja expresso em Lei, regulamentado por lei estadual, o pessoal suplementar. O pessoal suplementar será sempre admitido ou reconduzido para o exercício financeiro e perceberá salário na base da jornada semanal de trabalho efetivamente realizado. Então esta Lei, 6508/73, estipula três categorias. O PS-1 que é o trabalhador braçal do qual se inclui as zeladoras a que V. Exa. se referiu; PS-2, Auxiliar; e PS-3 o Profissional. E tem por base o salário 24, 32 ou 40 horas por base no salário mínimo fixado para a Capital.

É interessante aqui, ainda, citar que este pessoal, por esta lei, percebe salário-família, tem direito à percepção de diárias, tem direito às férias, à contagem de tempo e participam do IPE. Através do Decreto 4766, de 14 de dezembro de 1973, se regulamentou essa lei, e inclusive agora, o Sr. Governador do Estado, através do Decreto 452, de maio de 1975, estabeleceu novo salário-mínimo, em função da majoração do salário-mínimo, para esse pessoal suplementarista.

Paga-se em função do que estabelece a lei, lei estabelecida por esta Casa, dentro das diferentes categorias estabelecidas nas diversas jornadas de trabalho.

Posso complementar ainda mais: no caso específico da Secretaria de Educação, temos 5 mil e 662 servidores nessa categoria, e maioria deles percebendo por 32 horas de trabalho semanal. E essas 32 horas baseadas no salário-mínimo.

O SR. TRAJANO BASTOS – Agradeço a V. Exa. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – Primeiramente, desejaria

saber se poderia fazer uma indagação fora do tema delineado por V. Exa.?

O SR. SECRETÁRIO – Perfeitamente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – Sr. Secretário, eu somente dispense de fazer uma gentileza costumeira, porque sabe V. Exa. o grau de afetividade que vincula com o ex-Deputado, o amigo e, hoje, o Secretário da Educação do Paraná.

Mas, Sr. Secretário, percebo que até este momento, tem sido tratado o caráter mais instrumental da função educativa do Estado do Paraná, e sei bem das enormes dificuldades que incidem sobre este tema.

V. Exa. disse bem que as necessidades estão sempre crescendo em superação das possibilidades.

Sei que os problemas transcendem os homens. Mas, o que desejaria perguntar era a respeito da qualidade do ensino. V. Exa. pode me considerar até “advogado do diabo”, mas o que tenho percebido é que o nível qualitativo da Educação do Estado do Paraná está muito aquém do permissível. Exatamente quando se opera uma verdadeira revolução educacional em todo o mundo, com uma série de teorias e pensadores que transformaram a função educativa, indagaria de V. Exa., basicamente, o seguinte:

Em primeiro lugar, se está se fazendo alguma experiência inovadora em termos de educação, no Paraná. E dependendo da resposta, faria uma segunda pergunta.

O SR. SECRETÁRIO – Sr. Deputado, também tendo V. Exa.

como Líder da nossa bancada, no período que tive assento nesta Casa, a recíproca é verdadeira quanto ao grau de afetividade. Especificamente, no que diz respeito a qualidade de ensino, me permita V. Exa. que não concorde totalmente com sua observação. Haja visto que em vários setores do Paraná tem servido de exemplo, qual seja, no estabelecimento de curriculum, previsto pela Lei 5692, e mesmo especificamente em alguns setores. Citaria como exemplo, e me sinto muito à vontade para dizer, porque evidentemente, não é consequente de minha gestão, por me encontrar há pouco tempo à frente da Secretaria de Educação, mas o Ensino especial no Paraná foi citado como exemplo em todo o País, e frequentemente tem tido dificuldades a minha Secretaria para contratar nosso professorado, que é constantemente solicitado para cursos, até no exterior.

Lembro aqui, os excepcionais, porque eles representam, – e foi até uma surpresa que tive, – um em cada 10 alunos, está classificado nessa categoria. Mas, de qualquer maneira, Sr. Deputado, temos nos preocupado também com a qualidade do Ensino e nisso a nossa Secretaria tem trabalhado muito. Mais uma vez lamento que não tenha tido oportunidade de mostrar aos Srs. aqueles esquemas, aqueles “slides”, quando poderiam observar que na nossa Secretaria foi instituída a assessoria de controle, onde há um grupo permanente, cuidando da avaliação do Ensino em nosso Estado. Além disso, temos uma assessoria que está desenvolvendo um projeto sobre custos e qualidade do Ensino no Paraná e esse grupo, recentemente, foi convidado para participar de um Seminário no Rio de Janeiro, cabendo a ele ser o expositor e relator sobre custos e qualidade de Ensino no Paraná.

Temos o setor de treinamento do Magistério, talvez aí a resposta à segunda pergunta que V. Exa. queria fazer. Estamos altamente preocupados, e em convênio com o Ministério da Educação, com a CENAFOR, com a SENESC e a própria instituição dos Estados Americanos, estamos realizando cursos de aperfeiçoamento de nossos professores.

Ha, Sr. Deputado, e concordo com V. Exa., algumas dificuldades, principalmente na reformulação de uma reforma do Ensino. Temos uma série de estabelecimentos de Ensino, de acordo com a Lei 4024, outros que se encontram dentro da Lei 5692. Há de compreender V. Exa. que isso traz uma série de dificuldades para se avaliar, inclusive, a qualidade do Ensino.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES – Evidentemente, Srs. Secre-

tário, o setor de treinamento do Magistério, pode melhor qualificar o Magistério, mas a minha indagação, é se existe alguma escola dentro da mais moderna técnica pedagógica, principalmente depois que se operou a revolução da comunicação. Por exemplo, utilizando um ensino avançado, capaz de dar ao aluno uma fisionomia mais atual do presente estágio de sua utilização. Mas, direi, a V. Exa. e farei a indagação, de que pessoalmente, estou convencido, não só dos efeitos da lei de reforma número 5692, como da sua própria inviabilidade, mas isso não está em curso, e não é V. Exa. o responsável por isso.

A culpa não é de V. Exa., que ainda se vê envolvida com problemas quase de ordem logística, como falta de carteiras. É evidente que, necessariamente, terá que ser uma educação, em termos educativos, não muito razoáveis, pois nem sequer ainda se conseguiu resolver um problema básico, como material. É evidente que a culpa não é de V. Exa. e de nenhum outro Secretário, é problema de estrutura.

Há dois poderes que entendem que a exigência da lei 5692 foi e não foi atendida. Quero saber se V. Exa. entende que o presente vigente estatuto responde a necessidade legal ou não responde.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Deputado, fui pelo menos, entendendo assim claro quando dei a conhecer o parecer que emitiu a Comissão encarregada de analisar o problema do Estatuto e disse que, realmente, havia, um decreto que regulamentava a Lei 5692. Esse decreto sob nº 71.633 de 29 de dezembro de 1972 estabelecia o prazo para que os Estados tivessem seus estatutos e aquela progressão exigida para o quadro do Magistério Público.

Temos a dizer que a Secretaria da Educação e da Cultura, continua a receber as cotas federais de educação e realizando uma série de convênios com o Ministério da Educação.

Entendo perfeitamente, Sr. Deputado, que o fato de existir o Decreto 71.633 revogando o anterior 21.244, não deve se constituir no fator de não pesarmos mais no Estatuto do Magistério.

Acho que devemos continuar e pensar e apressar a sua tramitação e a sua aprovação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - Fiz essa indagação porque o Conselho do Ministério da Educação, em uma consulta formulada pela Secretaria, entendeu que o diploma vigente não atende exigências contidas na lei maior.

O SR. SECRETÁRIO - Perfeitamente. Conheço esse parecer do antigo Secretário do Ministério da Educação. Entretanto, esse parecer foi elaborado anteriormente a esse decreto a que me referi que fixa novo prazo, que não estipula mais o prazo melhor dizendo, para que os Estados se adaptem a essa sistemática.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL - Sr. Secretário da Educação, outros companheiros que me antecederam já fizeram ver a V. Exa. da satisfação dos Srs. Parlamentares desta Casa em receber a sua visita em atendimento à convocação de um dos nobres pares desta Assembléia Legislativa.

Antes de lançar a nossa primeira interrogativa a V. Exa., gostaria tão somente de reafirmar a expressão feita pelo ilustre Secretário, quando da participação de um nosso companheiro de bancada, que focalizava aspectos relacionados aos vencimentos das zeladoras do Estado do Paraná.

V. Exa. então buscava, na Constituição, a justificativa para o posicionamento do Estado do Paraná e consequentemente para a Secretaria da Educação. Mas nós temos em mãos, ações da Justiça do Trabalho da cidade de Ponta Grossa, que oferecem ganhos de causa às zeladoras do Estado, que entrarão com recla-

mação trabalhista, o que vem, portanto, contrariar o posicionamento dado por V. Exa. Nesta oportunidade temos ainda a ação da Justiça com relação a uma reclamatória trabalhista dos professores suplementaristas do Estado do Paraná - perdoem-me se me alongo um pouco na elaboração das perguntas vinculadas ao professorado suplementarista principalmente nesta primeira parte - tenho em mãos também, jornal que traz a acertiva: SUPLEMENTARISTA PRECISA AGORA DEVOLVER ATÉ O PAGAMENTO, lembrando que o Secretário prorrogou o contrato até o mês de dezembro, para os professores suplementaristas, e que com os salários pagos em março, estão sendo agora cobrados de volta, pelo Estado; que a situação é humilhante. Como é que um professor vai devolver dinheiro a que ele tem direito e do qual ele já se utilizou?

Qual a posição do Estado do Paraná na Secretaria da Educação, com relação às reclamações trabalhistas ajuizadas pelos professores suplementaristas do nosso Estado?

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Deputado, agradeço também as referências iniciais, mas eu não disse propriamente que buscava só na Constituição, a justificativa para o pessoal suplementarista. Afirmava que uma lei emanada desta Casa determinava ao Executivo que procedesse daquela maneira que me referi, quanto ao número de horas e quanto às categorias.

Por outro lado, Sr. Deputado, também tenho em minhas mãos ações julgadas improcedentes, dos professores suplementaristas. Então, realmente, a questão está sub-judice. Cabe portanto, por ora, aguardar esta decisão das juntas conciliatórias e da própria Justiça. Conheço as ações que foram impetradas por suplementaristas mas algumas delas também foram julgadas improcedentes.

No que diz respeito aqui, OS PROFESSORES DEVEM DEVOLVER O QUE RECEBERAM, talvez haja aqui uma pequena interpretação não perfeitamente correta, de quem possa ter dado esta notícia através do jornal; o que ocorre, Sr. Deputado é o seguinte:

No ano passado foi baixada uma portaria determinando que todos os detentores de aulas suplementares de 1974, as teriam prorrogadas até dezembro de 1975. Veja V. Exa., o alto benefício que trouxe isto. Tanto assim que já no dia 10 de cada mês a Secretaria de Educação e Cultura está pagando o mês anterior, como que iniciativa única neste setor de pagamento do professor suplementarista. Agora, é evidente que um procedimento de tal ordem acarretaria algumas dificuldades, uma delas é provavelmente este a que V. Exa. se refere. Alguns professores que deixaram de dar aulas, ou então que em decorrência de uma evasão escolar, tiveram seu número de aulas reduzido, evidentemente, a professora não poderia ganhar o mesmo e fatalmente terá que devolver em agosto e já está totalmente feito pela Secretaria para o Departamento de Despesa Fixa. Talvez seja esta a informação que tenha V. Exa.

O SR. DEL CIEL - Sr. Secretário, em pronunciamento do ilustre Presidente classista do Magistério paranaense, que relacionou que este recolhimento de vencimentos do mês de março e com relação à sentença que relacionou às zeladoras do Paraná, cuja decisão da Justiça do Trabalho é favorável às requerentes, portanto, contra o Estado e dando ganho de causa às professoras suplementaristas aqui da Capital do Estado em número aproximadamente de 663 professoras. Ainda parate desta pergunta, e eu pediria ao Presidente que considerasse como tal, gostaria de analisar como V. Exa. se as custas destes processos não acabam sendo maiores para o Estado do Paraná do que a realização de concurso para o Magistério Público do Paraná, onde contrariamos a diferenciação do que justificasse o comportamento do setor responsável pelo setor de Educação no Estado do Paraná, com relação ao Estado de São Paulo que observa, como nós, o rigor das leis maiores do País e que teve convocado o seu concurso para o Magistério Público. Acredito e indago a

V. Exa. se poderia encontrar a solução para este problema que realmente é cruciante. Como V. Exa. sabe e reconhece que os professores suplementaristas do Paraná, nos baseando no princípio de que o Poder Central se fundamenta principalmente no fator desenvolvimento e segurança e nós se relacionarmos desenvolvimento com Educação, sem dúvida como fator primordial e de ordem prioritária. Então, não admitimos, não concordamos e procuramos nos preocupar com tal problema, buscando às vezes as soluções. Assim sendo, indago de V. Exa. se, a exemplo de São Paulo, não poderíamos partir para o concurso do Magistério, deixando os processos com suas custas processuais, dispendendo recursos do Estado para pagamento dos Srs. advogados, srs. ~~bacharéis~~ em defesa do Magistério Paranaense.

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Deputado, tenho aqui, um ofício que me foi enviado pelo Sr. Procurador Geral do Estado, todas as ações ordinárias que entraram em Juntas, e as ações que entraram também em Juntas de Conciliação. O Paraná, Sr. Deputado, na 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, a reclamação foi julgada improcedente em 1ª Instância, e atualmente, em grau de recursos ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho.

V. Exa. fez referência ao Estado de São Paulo, entretanto, São Paulo adotou o Regime de CLT e depois voltou para um novo posicionamento com relação aos suplementaristas. Então, foi um comportamento completamente diferente ao adotado pelo Estado do Paraná, porque este, o Estado do Paraná, inclui todos os srs. suplementaristas, dentro do pessoal suplementar, de acordo com a Lei que rege a utilização do pessoal suplementar no Estado, para atender a estas tarefas, como a exercitada pelo professor suplementarista de caráter praticamente eventual e que há que se considerar que há uma integração no número de aulas de ano para ano, V. Exa. sabe muito bem disso. Além disso, Sr. Deputado, volto mais uma vez a enfatizar, que um grande número dos professores incluídos entre os 17 mil suplementaristas têm veículos com órgãos públicos quer municipal, quer estadual, quer federal, mas não pode V. Exa. negar que o Paraná está procurando, gradualmente, trazer benefícios ao pessoal suplementarista. O maior dele, que eu entendo, é esta possibilidade de fazer com que todos aqueles de 1974, tivessem prorrogado suas aulas para 1975. E outro, de incluí-lo no dispositivo legal de 1973, e considerá-lo no quadro suplementar.

O SR. DEL CIEL - Somente como uma observação à resposta de V. Exa., ficaria com uma dúvida que gostaria que V. Exa. me esclarecesse. Se um grande número dos professores suplementaristas do Estado do Paraná já estão vinculados ao Estado ou à Federação ou a municípios paranaenses, não estaria no caso, então, contando com um fator favorável para a Secretaria de Educação e Cultura, que com a realização do concurso para o Magistério Público, daria guarida, ou entendimento aos professores que têm esta cingulação, e que estariam tendo oportunidade de profissionalizar-se como professor.

O SR. SECRETÁRIO - Por certo, figurará no diploma legal que instituirá, o Estatuto do Magistério no Paraná, estas duas possibilidades de admissão, deste pessoal pela CLT, ou então, como prevê, a forma constitucional através do concurso, isso deverá figurar como tem figurado em todos os estudos que têm sido feitos no Estatuto do Magistério para adequar este pessoal suplementarista.

O SR. DEL CIEL - Sr. Secretário, a nossa última pergunta, face à limitação e a norma de trabalho que a Comissão Executiva estabelece para esta visita de V. Exa. Acompanhando as respostas de V. Exa., ainda a um companheiro de nossa bancada com relação ao Decreto-Lei 477, V. Exa. fez valer para a resposta, o espírito democrático, e até mesmo, a formação de V. Exa.

Então, gostaria que ficasse esclarecido, nesta oportunidade, quando V. Exa. nos visita, o caso relacionado ao município de Assaí, e apresento minhas escusas a V. Exa. e a meus companheiros por não tratar, na oportunidade, de um problema genérico,

mas é um caso que ocupou manchetes de jornais durante algum tempo, fazendo ver a ingerência política na educação paranaense, quando manchetes de jornais traziam a assertiva de que professores se reunirão com deputados que mantêm o comando político em Assaí para indicar o diretor para o estabelecimento de Ensino do Estado naquele município.

Se. V. Exa., dado a formação, o espírito democrático, admite, permite a ingerência política em sua pasta.

O SR. SECRETÁRIO - Se me permite, Sr. Deputado, tive a oportunidade de responder a esta pergunta, mas vou situar o caso de Assaí. Pouco ou praticamente nada tenho a acrescentar ao que disse por ocasião do episódio.

O diretor da época havia pedido demissão. Procuramos, dentro os elementos vinculados à Educação do município, Inspeção Regional, Inspeção Auxiliar e Inspeção municipal, que fizessem a indicação de uma pessoa habilitada para assumir a direção, face ao pedido de exoneração do então diretor. Os titulares das três inspetorias nos fizeram a indicação de uma pessoa cujos méritos são indiscutíveis, porque exercia a direção, inclusive, de outro estabelecimento. Isto o que realmente ocorreu e que foi de nosso conhecimento, com relação a Assaí. O restante V. Exa. teve conhecimento e também atuamos com o envio de um delegado de nossa Secretaria para que a situação fosse restabelecida, voltasse à normalidade.

No que diz respeito à interferência política, afirmo a V. Exa. que tenho procurado manter a minha pasta aberta ao diálogo e tenho recebido todos os Srs. Deputados que desejam apresentar sugestões, que desejam colaborar nesta difícil missão de conduzir o ensino e a educação no Estado. Pela minha formação política e evidentemente também tendo em vista que deve haver sempre uma harmonia entre os Poderes, desde que atendida a parte administrativa e atendido o interesse do Ensino, procuramos também a harmonia com poderes político.

O SR. DEL CIEL - Eram estas as três perguntas e agradecemos a V. Exa. pela oportunidade que nos ofereceu nesta Casa, quando procurou elucidar dúvidas, esclarecer fatos relacionados com a Educação, deixando aqui registrada nossa esperança de que realmente se pautem o poder educacional pelos princípios que V. Exa. prega publicamente na oportunidade de sua visita ao Parlamento paranaense. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - A Mesa esclarece que não são obrigados os deputados a fazer três perguntas. Podem fazer menos. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Secretário, Dr. Francisco Borsari Neto, queremos nos congratular com V. Exa. pelo magnífico posicionamento que V. Exa. está fazendo, nesta tarde, a respeito do trabalho que está sendo desenvolvido frente a essa importante pasta de nosso Estado.

Fariamos, nesta oportunidade, uma pergunta a V. Exa., que consideramos oportuna para o esclarecimento do professorado de nossa terra e de todos aqueles que relações têm com o Ensino.

A pergunta é relacionada com a reforma do Ensino.

Considerando-se que a reforma do Ensino vincula-se com Estatuto do Magistério, perguntaríamos a V. Exa. o que nos pode adiantar sobre a implantação da referida reforma?

O SR. SECRETÁRIO - Sr. Deputado, inicialmente, agradeço as referências de V. Exa. E quero agradecer, nesta oportunidade em que me é dado poder tecer algumas considerações sobre a reforma do Ensino.

A Lei nº 5.692, estabelece a implantação gradual da reforma. E o Estado do Paraná, preocupado com esta implantação, estabeleceu, inicialmente, já logo após a edição da lei, em 1972, 9 municípios para integrarem como municípios pilotos da reforma.

Desta maneira, esses 9 municípios, em 1972, tiveram implantadas a 1ª, 2ª e 5ª séries do 1º grau.

Em 1973, esses nove municípios pilotos, implantaram a 3ª, 4ª e 6ª séries.

Em 1974, foi implantada a 7ª série. E este ano, teremos a primeira turma do 1º grau que é a 8ª série, com a reforma completamente implantada nesses 9 municípios.

Paralelamente, em 1973, foi feita a expansão 1, compreendendo 32 cidades do Paraná e mais 5 sedes de micro-regiões.

A situação nessas 32 cidades e 5 municípios sedes de micro-regiões, iniciaram também a reforma com a 1ª, 2ª e 5ª séries.

Em 1974, implantaram a 3ª, 4ª e 6ª séries.

Neste ano de 1975, estão implantadas as 7ªs séries nessas 32 cidades e 5 sedes.

A seguir, está a expansão 2, que compreende 3 cidades, e que em 74, tiveram implantadas as 2ª, 1ª e 5ª séries. E, neste ano de 75, já estão em funcionamento a 3ª, 4ª e 6ª séries.

Então, observe V. Exa. que a implantação é gradual. Usamos duas séries do antigo primário uma série do antigo ginásio, para que haja, em todo o sistema de ensino, ser adequado às necessidades físicas como humanas, para implantação da reforma. Semelhante critério é adotado para o 2º grau, evidentemente com número mais reduzido de municípios e estabelecimentos.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Estou plenamente satisfeito. –
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO – Eminente Sr. Secretário, V. Exa. vinculou a Lei 5.692/71 no Estatuto do Magistério. Nós entendemos que realmente o problema cruciante do Ensino no País seja a reforma. Por isso, diante, principalmente, de terem sido muitas as indagações existentes, já respondidas, nós perguntamos inicialmente a V. Exa.: a Secretaria de Educação tem planificação a respeito do ensino agrícola? Quantas escolas agrícolas existem atualmente e se elas agrangem o ensino profissionalizante?

O SR. SECRETÁRIO – Mais uma vez, Sr. Deputado, peço excusas por fazer uma explanação bastante suscinta sobre esse assunto, porque realmente tinha preparado um dispositivo que tinha uma completa explanação e um capítulo sobre nossos colégios agrícolas.

Dispõe o Paraná de 10 colégios agrícolas:

Colégio Agrícola Manoel Ribas de Apucarana, com 146 alunos;

Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu com 160 matrículas;

Colégio Agrícola de Guarapuava;

Colégio Agrícola de Irati;

Colégio Agrícola de Ponta Grossa;

Colégio Agrícola de Palmeira;

Colégio Agrícola de Rio Negro;

Ginásio Agrícola de Santa Mariana;

Ginásio Agrícola de Castro e Ginásio Agrícola de Clevelândia.

Totalizando 1.300 matrículas, aproximadamente. Além disso, dentro do que prevê a Lei 5.692, uma série de estabelecimentos dão habilitação no setor agrícola, oferecendo, então, a oportunidade dos alunos escolherem a habilitação profissional dentro desse setor primário.

O SR. MUGGIATI FILHO – Gostaria, se fosse possível, que V. Exa. nos esclarecesse, eminente Secretário, quantos alunos se formam este ano em análise clínica? Quantos laboratórios existem, e quantos novos vêm se formando e se a situação dos formandos em análises clínicas, é idêntica a dos formandos em desenho de arquitetura.

O SR. SECRETÁRIO – Sr. Deputado, quando manuseava os dados relativos às habilitações técnicas, observei que realmente havia um pico no que diz respeito a matrícula para essas habilitações que são chamadas dentro da reforma de "laboratório de análises clínicas". Ensino de 2º grau em 1974, nós tínhamos

2.300 alunos matriculados no total, dos quais, Sr. Deputado, 1.600 aproximadamente em estabelecimentos do Estado, 700 em estabelecimentos particulares e a nossa Escola Técnica Federal não adota esta habilitação.

Realmente, no setor terceário é a habilitação que se apresenta com maior número de matrículas.

Recentemente, estive participando da reunião de secretários de todos os estados e territórios de nosso País e observei a preocupação nos Srs. Secretários de que havia uma implantação muito grande desta habilitação, também, nos outros estados. Por certo, para o próximo ano, deveremos fazer uma reverificação na oferta de matrículas para essa área a fim de que não coloquemos o risco de saturar o mercado de trabalho neste setor.

Perguntou-me também, V. Exa. quanto à habilitação de desenho de arquitetura. É outro pico que observamos no setor secundário. Em 74, a nível de segundo grau tínhamos um total de 2740 alunos, dos quais 2.340 aproximadamente na rede estadual e 400 na rede particular.

Observa-se, Sr. Deputado, que, no setor secundário, ainda houve oferta de matrícula em 74 para auxiliar técnico de eletricidade, auxiliar de sanitarista, corretor de imóveis e auxiliar de laboratório de análises clínicas. Estes os picos que observamos nesta distinção de matrículas nesses dois setores.

Ainda no setor terceário o Magistério ainda se destaca, temos ainda contabilidade, secretariado, redator auxiliar, laboratórios médicos e decoração.

No setor secundário há predominância em edificações agrimensura, eletrotécnica, eletrônica e mecânica e depois decrescem as outras habilitações, química, estradas etc.

O SR. MUGGIATI FILHO – Parece-nos, Sr. Secretário, que o ensino profissionalizante está sendo, pelo que se tem observado, principalmente em relação ao ensino particular, mais de acordo com o interesse imediato da própria escola do que com aqueles que se poderia imaginar como o sentido e a filosofia da reforma. Sob este aspecto nos parece socializante. No entanto, vemos que o interesse imediato ou a oportunidade primeira que aparece é que tem determinado essa adoção da facilidade, em vez daquilo que fosse a necessidade do mercado.

Por isto gostaríamos de ter a sua opinião para que pudessemos sentir, dentro do Estado, se há realmente a presença de uma filosofia ou qual a filosofia que o Governo pretende adotar com relação a isto. Sabemos que a reforma do Ensino é ordenado por lei federal e que, até certo ponto, isto constitui uma barreira para a administração estadual com relação a reforma. Temos ouvido de pessoas credenciadas que a reforma se constitui e está constituindo já para o ensino profissionalizante, para o ensino de segundo grau um caos.

Como V. Exa. se coloca para colocar a administração estadual com capacidade para o que puder realizar no sentido de fugir a este caos, se é que realmente ele quer, no entender de V. Exa., que se pronuncie para o ensino de 2º grau.

O SR. SECRETÁRIO – Observação muito oportuna esta de V. Exa., tanto assim, que recentemente a Conselheira Therezinha Saraiva – Conselho Federal de Educação – estudando a implantação da Lei nº 5692 a nível de 2º grau, baixou um parecer que levou o número de Parecer 7675, onde fez uma análise profunda sobre a dificuldade: da implantação dessa lei a nível de 2º grau.

E esse parecer foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, e homologado por S. Exa. o Sr. Ministro de Educação, abriu-se uma nova perspectiva para a implantação do segundo grau no País, verificou-se que em torno de 70 por cento os alunos do segundo grau tinham pretensões de seguirem ao 3º grau, e face à sua alta profissionalização, de encontrar maior dificuldade ainda no vestibular.

Dentro desta observação, também este Parecer 7675, estabelece que, na 1ª e 2ª Séries do 2º grau, deve ainda

prevalecer a educação geral, e na 3ª Série uma abertura para a profissionalização.

Nossa preocupação coincide com a de V. Exa. E tal, que nós já determinamos a continuidade da equipe de currículos, para que estude em função das necessidades locais, o tipo que deve ser apresentado pelos nossos estabelecimentos, porque, enfatizou muito bem V. Exa., a lei federal possibilita que se ofereçam apenas duas habilitações, uma técnica e outra habilitação menor, para que aqueles estabelecimentos possam ser credenciados a serem implantados dentro da reforma. E é evidente que com as salas especializadas, o pessoal especializado demanda numa formação inicial.

Agradeço a V. Exa. e registro a satisfação de vê-lo novamente na tribuna desta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. SECRETÁRIO — Eu é que externo esta satisfação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Secretário, é para mim motivo de imensa satisfação, poder nesta oportunidade, antever nos debates que procuram elucidar os Srs. Deputados sobre os problemas no setor educacional.

Folgo com satisfação imensa, eminente Secretário, ver V. Exa., antigo companheiro de bancada, dedicado parlamentar, técnico e político que nós procuramos admirar, hoje alçado à chefia da Pasta da Educação, respondendo nesta Casa com total segurança, as arguições que os Srs. Deputados estão fazendo, procurando todos sentir o posicionamento do Governo através da Pasta que V. Exa. no setor tão importante para o desenvolvimento do Estado, que é o setor educacional.

E, ao agradecer o fato de, tão logo soube da intenção dos Srs. Deputados em trazê-lo nesta Casa, ter telefonado Liderança dizendo que era seu desejo vir aqui rever companheiros e, quem sabe, viver nesta Casa, que já foi sua por quatro anos, viver momentos de enorme satisfação.

Antes de arguir, farei duas perguntas a V. Exa., mas desejava apenas, para esclarecimento da Casa, dizer que a unidade escolar que o Governo do Estado, através a Fundepar, construiu na cidade de Pato Branco, com recursos do salário educacional, quota parte federal, agora a Fundepar dotou aquele estabelecimento de aparelhagem de alta precisão e também de custo elevado, para serem colocados à disposição dos alunos dentro do que preconiza o Prenem ao Ensino de primeiro grau, para dizer que a coletividade patobranquense está agradecida ao Governo por ter consentido que aquela unidade servisse para abranger no período noturno as futuras escolas de Ensino Superior que, se Deus quiser, haverá de funcionar.

Quero significar todavia, que está faltando é o Prenem, a reciclagem de professores para depois encontrar, junto a V. Exa. a forma de contrato do pessoal e colocar esta unidade a serviço da população estudantil, e desejava, neste momento, agradecer a V. Exa., pelas providências que já adotou, inclusive de visitar aquele estabelecimento no próximo mês de agosto. Se Deus quiser, estaremos lá e sei que o Sr. Governador não poderá se furtar às exigências que V. Exa. haverá de fazer.

Mas, Sr. Secretário, desculpe quando eu falo de V. Exa. sempre fujo até do princípio porque fui de V. Exa. um companheiro nesta Casa e quero crer, tenho o privilégio de poder contar também com sua amizade pessoal, e é um privilégio para mim a pergunta como se situam, porque se discute muito nesta Casa sobre os vencimentos de professores, como se situam os vencimentos no Paraná com relação aos outros Estados da Federação, esta seria uma das perguntas que considero também importante para o conhecimento desta Casa, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO — Deputado Ivo Thomazoni, permita que eu também externe minha profunda admiração porque eu convivi há tempos com V. Exa., não só pelo meu convívio ante-

rior, mas também pelos contatos subsequentes que temos mantido, através dos quais tenho sempre podido observar a maneira correta, eficiente sempre voltada aos interesses públicos com que V. Exa. tem se conduzido.

Srs. Deputados. Considerando ainda a Lei 4024, nós vamos observar que o Estado do Paraná, professoras que se situam entre o nível 16 e 19, percebem salários de 825 a 1.203,00 (oitocentos e vinte e cinco a mil, duzentos e três cruzeiros), só é ultrapassado por São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul. Da 5ª a 8ª Série, onde se situa o nosso professor em nível 22 e 24, temos 1.584,00 e Cr\$ 1.838,00.

Na carreira inicial, nos encontramos em segundo lugar, somente ultrapassado por São Paulo, que paga 1.932,00. E na extrema desta carreira, nos situamos em terceiro lugar, ultrapassados por São Paulo e Rio Grande do Sul.

Há ainda a acrescentar, Srs. Deputados, que no caso dos especialistas em Educação, como é o caso dos nossos inspetores, seu salário é de 2.756,00, ultrapassado por São Paulo, que é de Cr\$ 2.201,00.

Por outro lado, há a considerar também o pessoal suplementarista, que apresenta diferentes possibilidades. Assim, por exemplo, professor com licenciatura plena, com 32 aulas semanais, considerando quatro e meia por mês, recebe 3.196,00. Licenciatura curta, 2.459,00 e não licenciados 2.236,00.

Se o professor for suplementarista, encontra-se no nível 22 e for detentor de um padrão, receberá o padrão, e se ministrar 32 aulas suplementares, receberá 3.781,00. No nível 22, e tendo dois padrões, ministrando doze aulas suplementares, receberá 4.366,80. Esta era a informação que tinha.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. perdoe se a pergunta não foi oportuna.

É que temos estado em contato com pessoas do setor de ensino de alguns Estados, como Minas Gerais, Santa Catarina e observamos que o Paraná — muito embora todos entendamos que os níveis salariais devem ser melhorados à medida que o Estado possa, através do Tesouro, arcar com esta responsabilidade — observamos que o Paraná paga acima dos níveis destes Estados, sendo que a disparidade é enorme.

No intróito da palestra, V. Exa. citou algumas prioridades constantes do projeto "Objetivos e Metas do Desenvolvimento do Estado do Paraná para o Setor de Educação e Cultura".

Além do já citado, há alguma coisa que conste deste programa, que mereça ser enunciado para conhecimento da Casa, Sr. Secretário?

O SR. SECRETÁRIO — Por certo, é de conhecimento da Casa que na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Paraná, S. Exa. o Sr. Governador teve a aprovação dos objetivos e metas do desenvolvimento, e hoje pela manhã, numa feliz coincidência, recebi da Secretaria de Planejamento o volume que edita este documento e que será levado ao conhecimento de todos os paranaenses que o desejarem para que seja amplamente discutido, como enfatizou S. Exa. o Sr. Governador, por ocasião da aprovação deste plano e que também para satisfação nossa, V. Exa. se encontrava presente no início da reunião.

Além dos objetivos prioritários, separados em três itens, há um capítulo completo no que diz respeito à educação e cultura. Este documento por certo estará a caminho desta Casa para distribuição aos Srs. Deputados, através da Secretaria de Planejamento.

A definição da política educacional, sintonizada com a dinâmica de uma administração, possibilita determinado desvelo, na composição de objetivos quantitativos, que norteiam a melhoria no sistema de educação do Estado.

Deve o Governo estimular o uso intensivo de recursos da Comunidade. Pretende, num programa prioritário de expansão do Ensino, estimular a ampliação de matrículas no ensino pré-primário, incentivando a iniciativa particular. Ampliar a taxa de

escolarização de primeiro grau, para obter 90 por cento da população escolar de 7 a 14 anos, em 1978.

O que deverá se dar através da expansão da rede de ensino de primeiro grau, com apoio técnico e financeiro do Estado.

Construção de colégios polivalentes, para atender a geração de ofertas de opções profissionalizantes, para oportunizar 3 mil matrículas a nível de segundo grau, e na série de habilitação do setor primário até 1978.

Pretende o Governo possibilitar a matrícula de 200 mil anos no ensino de segundo grau em 1978.

Criar incentivos à rede de ensino de segundo grau, de iniciativa privada ou municipal, para cessão gratuita das dependências escolares com vagas ociosas.

E aqui me permite tecer uma consideração que também complementar uma resposta ao nobre líder do MDB, Muggiati Filho: consta do plano maximizar o aproveitamento das escolas agrícolas, para oportunizar 3 mil matrículas, a nível de segundo grau, como oferta da habilitação, ao setor privado, até 1978.

Ampliar a oferta de matrículas no Curso Supletivo; ampliar a assistência técnico-financeira da rede especial voltada à criança e adolescente excepcional. Ampliar e estimular a prática de esportes. Melhorar de padrões de qualidade específica. Implantar e incrementar a administração da Secretaria de Educação.

Centralizar e institucionalizar um sistema de informações que subsidie o planejamento com avaliações, bem como um sistema decisório.

Oferecer aos professores leigos cursos supletivos, estudos adicionais de licenciaturas curtas.

Criar mecanismos permanentes de atualização e aperfeiçoamento de pessoal.

Apoiar técnica e financeiramente os municípios na expansão de serviços educacionais, dando cumprimento à Lei 5692.

Reordenar o Fundo Estadual de Ensino.

Desenvolver modernas estruturas administrativas, ou departamentos de educação principais.

Introduzir mecanismos de permanente assistência técnica e administrativa.

Promover a implantação de currículos ajustados aos distritos e zonas rurais.

Oferecer habilitação profissional para o exercício de 5ª e 6ª séries do Ensino de 1º grau.

Programa de ação popular: o Governo do Estado, na medida de suas possibilidades, continuará a apoiar as iniciativas populares, e para se criar essa consolidação harmônica com a sociedade devem ser cultivadas todas as manifestações de suas tradições, dando incentivo ao poder criativo.

Como pode observar, em linhas retas, são as diretrizes que estamos imprimindo à frente da Secretaria de Educação, em consonância com "objetivos e metas do Governo".

O SR. IVO THOMAZONI – Ouvi com satisfação e tenho que confessar que V. Exa. foi muito além do que eu esperava que V. respondesse.

Realmente, ninguém melhor que V. Exa. à frente da Pasta da Educação, para ajuizar o que o Sr. Governador do Estado propõe no seu programa de objetivos e metas de desenvolvimento.

Cumprimento V. Exa., ao agradecer a oportunidade que tive de interferir neste debate e quero me confessar mais uma vez ao lado daqueles que aplaudem o Sr. Governador do Estado, quando aconselha que os Srs. Secretários compareçam a esta Casa para um diálogo que é sempre salutar, no interesse da coletividade paranaense.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica que o Sr. Secretário está em pé falando há mais de 3 horas. E consulta neste momento o Sr. Secretário, já que existe um requerimento de prorrogação da Sessão, se tem condições de continuar respondendo às perguntas dos Srs. Deputados.

Se assim for, convidaria o Sr. Secretário para vir sentar à Mesa, depois de suspender a Sessão por 5 minutos, para que o Sr. Secretário tome água.

O SR. SECRETÁRIO – Eu me disponho e estou à disposição dos Deputados para continuar a dialogar.

O SR. PRESIDENTE – Sobre a Mesa, requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Muggiati Filho. (Lê):

“Senhor Presidente.

Requeiro, na forma do Art. 76, do Regimento Interno, a prorrogação por 1 (uma) hora, da Presente Sessão.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1975”.

Em votação. – APROVADO.

Suspendo a Sessão por cinco minutos.

– (É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE – Está reaberta a Sessão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ – Sr. Secretário permita-me que dirija algumas perguntas desculpando-me, porque, acredito, esteja bastante cansado. Mas a Educação é muito importante para nós e nosso Estado.

Sr. Secretário V. Exa. falou nesta Casa que 40 por cento dos professores não dão aulas. Esses 40 por cento aproximadamente estão lotados em cargos administrativos burocráticos. Tem-se conversado muito sobre Estatuto do Magistério.

Usando o Estatuto atual, que está em vigência, é que farei algumas perguntas.

O Estatuto “a quo” no art. 4º fala sobre a previsão do pessoal da administração. Tenho comigo que um dos graves problemas da educação é a burocratização do professor.

Qual a razão que os cargos de administração não foram lotados por pessoas formadas em administração como prevê o Estatuto?

O SR. SECRETÁRIO – Nobre Deputado V. Exa. disse bem.

Esse Estatuto está em vigor e o art. 4º prevê a possibilidade de contratação de pessoal a nível de administração.

Mas, o problema tem que ser analisado por completo. Complementa esse dispositivo legal outro que estabelece o quadro permanente vinculado à Secretaria da Educação e da Cultura. Nesse quadro não foram previstas essas vagas. Então, realmente, entendo que deveremos procurar separar essas duas atribuições.

É neste sentido que estamos trabalhando na Secretaria da Educação. Disse, respondendo a pergunta feita pelo Deputado Accioly Neto, que estamos altamente interessados em procurar desvincular estas duas atribuições.

O SR. DENI SCHWARTZ – V. Exa. só me permite o comentário seguinte.

Então, o problema não é de lei, é das administrações anteriores que não usaram o Estatuto como deveriam.

A segunda pergunta é a seguinte: Alguns diretores de colégios estão exigindo para seus professores uma certidão do DOPS. Francamente não conheço legislação que exija isto. O Estatuto exige apenas, como se diz, estar em gozo dos direitos políticos, e para estar em gozo dos direitos políticos, quem dá a certidão é o Tribunal Regional, e me parece não ser regra geral no Estado, diretores e inspetores exigirem certidão do DOPS, para inscrição como professor suplementarista, o que ocorre ocasionalmente no meu município.

Perguntaria a V. Exa. se aí não está uma maneira discriminatória que fique à mercê do inspetor ou do diretor do colégio, pois eu não vejo exigência legal para este instrumento.

Qual é a sua opinião?

O SR. SECRETÁRIO – Permita-me, antes de responder a 2ª pergunta de V. Exa. eu me reportar a anterior.

O problema é de lei, porque o quadro próprio do Magistério foi estabelecido pela Lei 5957/69. Então ainda o problema é de lei.

Com relação à segunda pergunta, Sr. Deputado, gostaria de enfatizar que existe uma disciplina – OSPB – Organização Social Político Brasileira – que determina que o professor tenha um atestado do DOPS para ministrar esta matéria, e apenas a esta matéria é que nossas inspetorias exigem um atestado do DOPS, para que possam ser enquadrados nesta categoria.

O SR. DENI SCHWARTZ – Comunico ao Sr. Secretário, que, infelizmente, uma pessoa em Francisco Beltrão, gozando dos direitos políticos da classe, dela foi exigido um atestado, do DOPS, para ministrar uma matéria.

Tarei documentos, oportunamente, a V. Exa. Felizmente não foi na gestão de V. Exa.

O SR. SECRETÁRIO – Obrigado, Sr. Deputado.

Terei toda a satisfação de averiguar o caso, para dar um pronto atendimento à justa pretensão desse professor.

O SR. DENI SCHWARTZ – O Sr. fez, rapidamente, infelizmente não pudemos ver a projeção de “slides”, fez, como eu dizia, uma comparação de vencimentos dos nossos professores e realmente eu estou entre aqueles que acham que em termos brasileiros os homens, os concursados estão, em termos brasileiros, relativamente em boa posição. Mas estranho e acho um paradoxo que se permita que se dê apenas 10 aulas, e é o menor número de aulas que se dá a um concursado, em todo o País, aqui no Paraná se permite a este cidadão dar até 22 aulas, o que demonstra que ele tem capacidade de dar 32 aulas por semana, e que se não estude uma forma de aumentar o número mínimo de aulas, com melhoria de vencimentos, porque se ele não ganhar 3 vezes mais o seu vencimento e ser obrigado a dar 30 aulas por semana?

O SR. SECRETÁRIO – Sr. Deputado, realmente, considero esta observação de V. Exa. de grande significado e de grande importância, e devo confessar que já se encontra em estudo esta observação feita por V. Exa. no sentido de que haja melhor pagamento do professor que já detém padrão alto, que nós possamos aproveitá-lo com maior número de aulas. Evidentemente, V. Exa. que já ministrou aulas, V. Exa. sabe que nós não podemos somente computar o número de horas efetivamente dedicadas, vamos dizer, ao quadro-negro, porque o professor tem uma série de outras atividades extra-escolares, mas em decorrência da sua atividade de sala de aula – correção de provas, preparo das próprias aulas, além de um aperfeiçoamento. Então nós não poderíamos, evidentemente, estabelecer um número muito grande, para não impedir que o professor tenha oportunidade de se desenvolver em outras atribuições atinentes ao próprio cargo de professor. Mas esta é uma ponderação que eu entendo válida e justa e nós já estamos recomendando a este grupo-tarefa, que considere esta possibilidade e também trago aqui, ao conhecimento de V. Exa., que algumas professoras da 1ª a 4ª séries já estão sendo aproveitadas, com um aumento de vencimentos a nível de 50 por cento para ministrarem mais algumas aulas, em alguns períodos.

O SR. DENI SCHWARTZ – Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL – Sr. Secretário, gostaria de formular uma pergunta, antes porém, entendo como dever registrar que a presença de V. Exa. neste tribunal hoje nos traz, assim, a lembrança do brilhante parlamentar que aqui teve assento. Observei a segurança de V. Exa. e vejo nisto o mais honesto propósito de devotamento à causa da Educação e da Cultura e digo mais, Sr. Secretário, o trato respeitoso e mais do que isso, carinhoso que V. Exa. recebe hoje nesta Casa de Leis é a mais ine-

quívoca demonstração do alto conceito que goza junto às duas bancadas, devido ao seu passado e às suas lutas na vida pública. Hoje, V. Exa. tem confirmado aqui o verdadeiro aval para que funcione como Secretário de Educação e Cultura. Tantas perguntas que foram formuladas, uma delas porém entre outras que deveria fazer, já foram esclarecidas por V. Exa. Gostaria, então, que V. Exa. apenas, já que se tratou muito a respeito da Lei 5692, de ter o seguinte esclarecimento, qual a implicação da implantação da Lei 5692/71, no que diz respeito às necessidades de vagas, Sr. Secretário.

O SR. SECRETÁRIO – Sr. Deputado. Agradeço as ponderações iniciais de V. Exa. e também não desconhece V. Exa. o apreço e admiração pelo seu trabalho, pelo seu denodado amor à causa pública, no que diz respeito à pergunta de V. Exa., com a implantação da Lei 5692, nós passamos a ter o primeiro grau da primeira a oitava série. Portanto, o estabelecido pela Lei 4024 era que o primeiro grau iria do primeiro ano primário a oitava série do ginásio. Portanto, o primário ia da primeira a quarta série e o ginásio da 5ª série a oitava série. Portanto, da primeira a quarta série do ginásio, estabelecia a passagem do primário para o ginásio um ponto que nós poderíamos chamar de estrangulamento em que o aluno se via obrigado a realizar o exame de admissão para garantir a oportunidade de ter a sua passagem para o ginásio. Da quarta para a quinta agora é automática, independente de exame de seleção. É evidente que com isto a demanda é muito maior de necessidades de vaga. Por outro lado, com a implantação da Lei 5862, estabelecia-se ao nível da oitava série, uma sondagem de aptidão e que exigia por tanto necessidade de professor especializado para aquela área, o que vem encarecer a todo aluno o custo dentro da implantação dessa reforma. Há ainda a considerar que na zona rural quando o aluno tenha a sua terminalidade na quarta série do primeiro ano, ele dificilmente procurava a zona urbana para completar o ginásio. Só em alguns casos, hoje, com esta possibilidade de sequência do primeiro grau de uma a quarta série, há um número muito grande de matrículas no primeiro grau. É por isso que a primeira explicação que fiz quando esplanava inicialmente, mostrei a irregularidade da pirâmide no que diz respeito ao primeiro grau.

Ao passo que no segundo grau, as matrículas já é bem mais uniforme do que no primeiro grau.

O SR. DÁCIO LEONEL – Obrigado a V. Exa., Sr. Secretário. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Sr. Secretário de Estado, Francisco Borsari Neto, estivemos acompanhando o desenrolar dessa sua presença na tribuna, e constatamos de que realmente aquela impressão que já tínhamos de vossa pessoa, como político que foi, militante desse Legislativo, referendado neste posicionamento que ora ocupa, de Secretário de Estado, fez com que nós outros que estamos imbuídos do mesmo propósito, qual seja, o de nos situarmos com o desenvolvimento e, principalmente, com o progresso que se implanta em todo o território nacional, e consequentemente, aqui no Estado do Paraná, queríamos inicialmente com que a nossa palavra fosse de estímulo e, acima de tudo, de uma posição igual que tenta somar em termos de Educação do Paraná. E queríamos que também fizesse nesta convocação que ora referendada com a sua presença, fosse em termos para o Paraná, levado em um sentido amplo de dar mostras realmente, de que Secretários da sua estirpe, deveriam ter como vossa pessoa, a educação política e, acima de tudo, a vontade de servir, de auscultar e principalmente de se posicionar com os homens públicos do Paraná.

Queira aceitar inicialmente, Sr. Secretário, os nossos respeitos e admiração pela vontade de ficar neste debate, mesmo que incomodamente situado, fazendo com que ao Paraná seja trans-

figurada a palavra oficial da Educação através de seu Secretário, queríamos tão somente uma pergunta, e em contra-resposta a esta pergunta, oferecer nossos préstimos aqui na nossa legislatura, em termos de ajudá-lo a solucionar os problemas de Educação do Estado do Paraná.

Sr. Secretário, temos em mãos dois pedidos de professores do nosso município, aonde os mesmos estão lotados em um educandário localizado em uma das áreas da cidade de Ponta Grossa. Trocada a diretora deste estabelecimento, já que o assunto foge, à convocação da vossa presença na tribuna, mas peço a liberdade de transferi-las desta argumentação. Estas duas professoras, trocada que foi a diretoria da escola, prendidas a um artigo do Estatuto do Magistério em vigor, não têm a possibilidade de transferência a não ser no final do período escolar, no final do ano, de uma incompatibilidade de funcionamento harmonioso entre a diretora e elas, professoras. Qual seria a norma e qual seria o objetivo para com a educação, quando mais adiante em um dos incisos encontramos que quando há interesse da Educação e da Administração, essa transferência possa ser efetivada. E queríamos de V. Exa. em pedidos desta natureza, qual seria o posicionamento da Secretaria de Educação, quando da incompatibilidade, entre uma nova direção implantada em ~~certa~~ educandário e com as professoras que ali vêm desempenhando as suas funções. Era esta a única pergunta a fazer. Fora isso, a nossa satisfação, creio que da maioria desta Casa, pelas argumentações por V. Exa. apresentadas neste plenário. Obrigado.

O SR. SECRETÁRIO – Inicialmente, nobre Deputado, somente a certeza de que os propósitos de V. Exas. somam-se aos nossos, o que nos encorajou a ponto de atender o chamamento desta Casa para discorrer sobre os problemas do Ensino de nosso Estado.

Agradecemos as palavras de V. Exa. e temos a certeza de que elas servirão, como estão servindo, de estímulo para que realmente possamos enfrentar as sérias dificuldades que sabemos iremos ter na Pasta de Educação e Cultura de nosso Estado, mas que enfrentaremos com satisfação porque entendemos que é uma parcela que deve conter a todos aqueles que, como os Senhores, querem bem ao Estado.

No que diz respeito à pergunta específica de V. Exa. é evidente que deve ser uma preocupação contínua de nossa pasta, que haja uma perfeita harmonia nos estabelecimentos de Ensino, para que esta administração venha a preservar os princípios que devem nortear e orientar a administração do Estado.

Há possibilidade de ajuste em termos de assistência técnica para determinados estabelecimentos particulares, através do qual a Secretaria fornece professores, porque é um dos objetivos do Governo auxiliar também a educação em outros campos e em atividades particulares. Nada impede que se faça isto com estabelecimentos particulares de Ensino – já que foi feito e deu resultados – para favorecer e auxiliar determinados estabelecimentos de Ensino que, em contrapartida, dão ao Estado algumas vagas. Era esta uma das solicitações de V. Exa.

Também sentimos realmente necessidade da utilização de professores em outros estabelecimentos de Ensino e poderiam ser colocados para prestar serviços, desde que não estivessem em regência de classe, para não criar dificuldades.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Estou satisfeito. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Sr. Secretário de Educação, inicialmente quero dizer que é uma satisfação ver V. Exa. hoje nesta Casa, ocupando esta tribuna que tantas vezes já ocupou, trazendo assuntos de interesse de nosso Estado, das regiões tão bem apresentadas por V. Exa. e hoje, na Pasta da Educação, também brilhantemente aqui e a está representando.

Queria, nesta oportunidade, fazer duas perguntas e, dado o adiantado da hora, farei em seguida as duas, para fazer que V. Exa. as responda.

Gostaria de saber qual a previdência de gastos para aulas suplementares em 1976.

Com referência à outra pergunta que quero fazer, tenho recebido pedidos de informações de vários professores de nosso Estado. É que o professor primário que depois de nomeado procurou se aperfeiçoar, frequentando faculdades e hoje Curso de Filosofia, estaria, além do padrão primário, com aulas suplementares, mas só poderia lecionar 14 horas, ao passo que o suplementarista pode dar 32 horas de aula. Este professor primário que se aperfeiçoou só pode lecionar quatorze aulas e não tem condições de dar dedicação exclusiva ao Magistério. Se aumentassem o número de aulas a estes professores, eles poderiam se dedicar ao Ensino. Se equiparasse ao valor que recebe o professor suplementarista, que muitas vezes não tem dedicação exclusiva ao Ensino.

O SR. SECRETÁRIO – Primeiramente, quero agradecer as ponderações feitas por V. Exa., porque é realmente para nós, uma satisfação dialogar com V. Exa. E temos feito com muito prazer, muitas vezes.

Com relação à primeira pergunta, no quadro em que eu detalhava, mês a mês, os gastos com aulas suplementares, observar-se-ia que nos meses de julho a dezembro deste ano, prevíamos um gasto de 32 milhões de cruzeiros.

Espera-se que, para o próximo ano, tenhamos um total de 32 milhões de cruzeiros mensais, para aulas suplementares.

Talvez possa haver um acréscimo com a implantação da Expansão 3, em 86 municípios. Nesses municípios, há uma predominância de professores que estão recebendo aulas suplementares. Daí a nossa primeira previsão de que esse acréscimo não será tão substancial. Estimamos em 32 milhões de cruzeiros mensais, a partir do próximo ano.

Devo dizer que já está em conciliação essa possibilidade de aproveitamento desses professores que têm essa especialização. A Secretaria de Recursos Humanos está fazendo um levantamento para que possamos dimensionar qual esse potencial de fator humano que temos à disposição, para que então possamos oferecer a esses elementos condições de trabalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Agradecemos as respostas às nossas perguntas.

Quero dizer que esperamos, com satisfação outras oportunidades para V. Exa. aqui voltar. E voltar para nos trazer, em definitivo, aqueles estudos que estão sendo feitos e que se referem ao Estatuto do Magistério, e apresentar “slides” dos trabalhos feitos, para que todos os Srs. Deputados possam ouvir, para que todos possamos avaliar o que V. Exa., juntamente com sua equipe, está procurando fazer em benefício da Educação, no Paraná.

Muito obrigado a V. Exa. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria. (Pausa). Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO – Prezado Secretário Borsari Neto, não é necessário que diga da amizade e da estima que tenho por V. Exa., porquanto esta Casa o sabe muito bem.

Teria três perguntas a fazer a V. Exa. e dentre elas uma que me fora solicitado pelo Deputado Leopoldo Jacomel. Mas, considerando o adiantado da hora, em vez das perguntas, quero, porque todas eles fizeram ouvir nesta Casa, dirigidas a V. Exa., quase todas abordaram problemas da administração do Estado.

E V. Exa. as respondeu com conhecimento de causa, de maneira quase surpreendente para mim, considerando V. Exa. estar frente à Secretaria há tão pouco tempo.

Mas, gostaria que V. Exa. nos dissesse o que de positivo trouxe ou pode trazer da reunião anual havida em Brasília, sob a Presidência do Ministro da Educação, Ney Braga, a que compareceram todos os demais Secretários de Educação do Brasil. Possivelmente deve V. Exa. ter algo de importante a anunciar a esta Assembléia, assim, em vez de perguntar, eu me restrinjo a fazer essa sugestão a V. Exa.

O SR. SECRETÁRIO - Nobre Deputado, talvez fosse até desnecessário dizer que o convívio que tivemos durante 4 anos nesta Casa, quando o seu gabinete era ao lado do meu, e esse contato embora não tão frequente como mantivemos antes, estabeleceu uma sólida amizade, que deverá por muito durar.

V. Exa. me dá uma ótima oportunidade de relatar o que pude trazer de positivo do encontro de Secretários realizado há poucos dias em Brasília. Começarei por dizer da grande satisfação tenho que trazer a esta Casa e, portanto, ao Paraná, a notícia do alto conceito que tem o nosso Estado na esfera federal, especialmente no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, quando lá, além do paranaense ilustre que se encontra à frente do Ministério, Ministro Ney Braga, mais de uma dezena de paranaenses se encontram levando seus conhecimentos auferidos aqui no Paraná, demonstrando que realmente nosso Estado pode, hoje, com satisfação e com orgulho, destacar os valores que dispõe este Estado.

Pude também observar, quando visitei, como faço sempre que vou à Brasília, nossos parlamentares, que na Câmara Federal, como no Senado, demonstram a dedicação e o interesse que têm na defesa dos interesses do Paraná. Observei, Sr. Deputado, naquele encontro, a premente preocupação de todos os Estados, e já relatei isso quando falei há pouco que quase todos os Estados também estão altamente preocupados com a implantação do seu Estatuto do Magistério. Mesmo aqueles que já têm o seu Estatuto, nos moldes da 5692, estão interessados na sua aprovação.

Outro aspecto de importância capital, debatido naquele encontro, foi o que diz respeito ao curriculum mínimo para implantação da reforma de Ensino. Ênfase especial e que nosso grupo de assessores trouxe, foi a que diz respeito ao estudo de custos e qualidade de ensino, que está sendo desenvolvido por uma equipe de técnicos, vinculados ao setor de treinamento do Magistério.

Parte alta do encontro, foi a aprovação e discussão do parecer 66/75, no qual tive oportunidade de me deter quando respondi a uma pergunta ao Deputado Muggiati Filho, que abre uma nova abertura para a implantação gradual da lei 5692, no 2º grau. Dando uma abertura e uma possibilidade a que os Estados possam realmente implantar essa reforma, dentro de suas possibilidades e dentro das necessidades da área específica em que se encontra.

Satisfação a nossa, também, naquela oportunidade, por ter S. Exa. o Sr. Presidente da República afirmado sua intenção, a intenção da lei 5692, no sentido de que ela fosse aplicada gradualmente e dentro das possibilidades do Estado.

Acho que, sinteticamente, pude dar a V. Exa. alguns detalhes a respeito da nossa reunião.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - Sr. Presidente, pretendo, segundo a motivação desta convocação e por orientação do Sr. Presidente desta Casa me ater exclusivamente ao Estatuto do Magistério.

Reverenciando a tolerância do Secretário Borsari Neto queremos, como primeira pergunta, observar que numa das publicações da nossa imprensa está a informação de que, até agora, já se concluíram três ante-projetos de Estatuto do Magistério.

A publicação dá uma série de detalhes e informa:

"Assim o primeiro e o segundo ante-projetos simplesmente deixaram de existir". A explicação: "Havia mudança de Secretário da Educação, mudava-se, também, o ante-projeto do Estatuto".

Quanto ao último, o de 73, que inclusive está em nossas mãos, os professores tomaram conhecimento e segundo a própria opinião deles, continha muitos aspectos bons, mas dependia de emendas.

Com referência a este mesmo Estatuto compilado na gestão do Ex-Secretário Cândido Manoel Martins de Oliveira, o Sr. Véspero Mendes, na época Secretário do Governo, qualificou o ante-projeto de demagógico e inviável. Com referência ao ante-projeto proposto pelo Deputado Luiz Gabriel, a Associação dos Professores do Paraná da sua sub-sede de Londrina declarou, hoje, à imprensa, que esse ante-projeto deve ser rebatido porque se constitui numa idiotice.

Pois bem, Sr. Secretário, gostaria de perguntar qual a sua opinião a respeito e se V. Exa. teve oportunidade de examinar os trabalhos anteriores e qual a sua opinião a respeito.

O SR. SECRETÁRIO - Permita V. Exa. em primeiro lugar, que eu pondere que as dificuldades na aprovação final para o encaminhamento final desses projetos de Estatuto do Magistério tenham, no meu entender, mais uma comutação vinculada naqueles itens a que me referi anteriormente, quais sejam: a dificuldade de uma perfeita definição da implantação da lei 5692 e como afirmei a V. Exa., ainda há pouco, está sofrendo transformações e também o próprio decreto que regulamentava essa lei e que estabelecia o prazo certo para a implantação, pelos Estados, foi também elaborado com o reconhecimento de que se está em fase de implantação e há necessidade de estudo e de melhor observação do comportamento da implantação desta Lei 5692.

Por outro lado, no caso específico do Paraná afirmei e isto é uma realidade, da necessidade que temos não só de termos que fazer um levantamento completo de todo o pessoal vinculado à Secretaria de Educação e da Cultura, como também de levantar a sua real situação a nível de graduação, para podermos aquilatar o que isto representa financeiramente, ao Estado. Mostrei por outro lado e aqui me perdoe V. Exa. e me permita, que não concorde em debitar ao ilustre ex-Secretário dos Negócios do Governo, Dr. Véspero Mendes, a citação a respeito de um estudo que foi enviado por um colega seu de administração, da Secretaria da Educação. O que realmente houve foi um grupo-tarefa, como eu expus, que fez um estudo completo do Estatuto, e que verificou que em apenas naquelas elevações de 2 níveis propostos, haveria um aumento de 170 milhões de cruzeiros novos para a Pasta da Educação. Isto em 1974, sem considerar os aumentos subsequentes que houve, para o funcionalismo do Estado.

No que respeita ao Estatuto apresentado pelo nobre Deputado Gabriel Sampaio, devo confessar a V. Exa. que eu realmente desconhecia que o Sr. Deputado apresentaria este projeto; apresentado o projeto, procurei obter uma cópia; obtive uma cópia mas a remeti a este grupo que está estudando a sua minuta, e confesso que não tive a oportunidade de estudá-lo na sua totalidade.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO - Sr. Secretário, nós deixamos bem claro que as opiniões com referência aos trabalhos anteriores não são as nossas opiniões.

Somente eu gostaria de perguntar a V. Exa., se, para a execução deste trabalho pelos Secretários anteriores, houve este cuidado de se preparar uma equipe de pesquisas para se determinar os dados, os quais V. Exa. agora está tendo o cuidado de determinar.

O SR. SECRETÁRIO - É evidente que eu não posso responder com precisão isto, porque somente os titulares da época poderiam responder com precisão, a esta pergunta de V. Exa. O

que eu posso assegurar é que, grupos-tarefas vinculados à Educação foram nomeados e designados para desempenharem esta função. A maneira como eles elaboraram, realmente eu não tenho elementos para fornecer.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Com esta resposta, V. Exa. pode deixar claro que pode estar ocorrendo uma repetição no trabalho já efetuado?

O SR. SECRETÁRIO – Desconheço. A verdade é que o estudo que nós pretendemos elaborar deverá ter, como premissa, aqueles elementos que eu me referi, sem o que é temerária, eu entendo, a remessa de uma minuta à douta apreciação desta Casa de Leis.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Sr. Secretário, eu gostaria de lhe lembrar que o Governador Jayme Canet Junior foi nomeado com 1 ano de antecedência, e aqui, e V. Exa. já deixou bem claro isto, tanto da parte do Governador como de parte de V. Exa., hoje no entanto o Governador, com referência ao Estatuto do Magistério, o coloca como um dos pontos prioritários do início da sua gestão. Assim, o Estatuto vem sendo tema de seguidas reuniões entre V. Exa. Secretário da Educação e Cultura, e Gastão Abreu Pires, Secretário de Recursos Humanos, atendendo determinações do Governador do Estado. Estão colhendo subsídios para atender esta antiga reivindicação dos professores. Bem, somente um planejamento cuidadoso do futuro Governador e já a tomada de certas medidas prioritárias, como eu disse com bastante antecedência, justificaria a indicação de um Governador, com 1 ano de antecedência. Então nós achamos que, o Governador, ao divulgar esta intenção de caráter prioritário ao estudo do Magistério, deveria já ter realizado estes trabalhos de consulta e pesquisa, e quem sabe aproveitar trabalhos que originaram estudos anteriores, obtendo evidentemente, através dos economistas, uma certa projeção no campo econômico-administrativo, para que este trabalho já pudesse estar com um certo desenvolvimento básico considerável.

E a gente ouve agora V. Exa. detalhar o serviço que está sendo feito para elaborar este Estatuto do Magistério e nós ficamos um tanto ou quanto preocupados, primeira da possibilidade de ocorrer o que já duas ou três vezes anteriores houve: mudança de Secretário de Educação, muda-se também o ante-projeto do Estatuto e em segundo lugar, ficamos assim um tanto ou quanto desinformados se V. Exa. já possui uma projeção para nos dar, pelo menos, uma idéia de que época mais ou menos o Governo do Estado irá honrar esta Casa de Leis e principalmente os professores do Paraná, enviando para cá o ante-projeto de lei originado na sua gestão, frente à Secretaria de Educação.

O SR. SECRETÁRIO – Muito bem, Srs. Deputados, eu quero em primeiro lugar, significar a V. Exa., sei que isto realmente é da intenção de V. Exa. porque conheço muito bem V. Exa. na atividade em sua função, de que não se pode negar de que realmente o Secretário de Recursos Humanos e o Secretário de Educação tivessem, nesse período, procurado obter subsídios e elementos para a elaboração do Estatuto. É fácil observar isto, sem o que não poderia provavelmente trazer elementos que trouxe hoje a esta Casa, elementos que trouxe como sempre tenho procurado fazer e pautado minha atividade em todos os cargos públicos porque passei, com absoluta lealdade, com absoluta informação correta dos dados que procurei praticá-los. Entendo a preocupação de V. Exa. de que esses elementos deveriam ter sido levantados anteriormente, já que o Sr. Governador teria sido eleito a mais tempo, mas recordo a V. Exa. que afirmei isto aqui quando respondi a pergunta de um Sr. Deputado que o Governador Emílio Gomes estabeleceu que a implantação da Lei 6636 devia ser aplicada após 15 de março, uma atitude elogiável para que os novos titulares pudessem dar a sua feição à nova estruturação de suas pastas e após isto é que foi possível estabelecer as atividades pelo menos no que diz respeito à minha pasta. Pergun-

ta também V. Exa. quanto à possibilidade de uma troca de Secretários e que esse possa criar dificuldades, realmente concordo com V. Exa., sempre que há troca de um Secretário, há esta possibilidade de que ele queira dar pelo menos a sua observação, o seu parecer sobre os projetos que possa estar sendo elaborado, ou projetos elaborados porque passa ser responsável pelo encaminhamento daquele projeto. Devo dizer a V. Exa., com a tranquilidade que tenho me pautado na vida pública, que estou a frente da Secretaria de Educação e Cultura até que eu possa observar que a minha estada lá seja no sentido de contribuir, e nisso me permita V. Exa., que diga com satisfação, não tenho medido esforços, em contribuir para desenvolver e levar parcela da minha colaboração, para o Ensino, a Educação e a Cultura do Meu Estado.

É evidente, o cargo que ocupo, é um cargo de confiança, e portanto, a decisão também, fica nas mãos de S. Exa. o Sr. Governador. Mas conheço a retidão de propósitos de S. Exa., e sei do seu desejo de que a sua equipe seja uma equipe de permanência. Atendida esta premissa, e atendida a minha observação de que eu esteja, às vezes com sacrifício, mas com satisfação, contribuindo para o Ensino da minha terra, eu continuarei à frente da Secretaria de Educação e da Cultura.

Que me permita o nosso Ser Superior, que eu possa realmente, lá desenvolver um trabalho para o benefício do Paraná, não há nenhuma outra pretensão a não ser esta, que eu possa, realmente, desenvolver um trabalho que venha beneficiar a juventude, os alunos da nossa terra, que serão aqueles que haverão quem sabe até bem breve, nos substituir nos diferentes cargos que ocupamos.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Quero deixar patente ao Sr. Secretário que reconheço plenamente a sua personalidade, seu espírito equilibrado de homem público e que não desconheço também, o trabalho árduo, o sacrifício imenso que V. Exa. vem fazendo para tentar equacionar problemas no nosso setor educacional.

Formulei também uma pergunta anteriormente, se V. Exa. poderia dentro desta projeção de trabalho, informar a esta Casa e ao Paraná, se o Estatuto virá ainda este ano.

O SR. SECRETÁRIO – Sr. Deputado, estaremos envidando todos os esforços, e observo mais uma vez, que há que se considerar que esta minuta deverá receber a audiência dos representantes de classe, da Secretaria do Planejamento, da Secretaria de Finanças e Recursos Humanos.

Nós estaremos todos nós, empenhadíssimos, para que ele chegue ainda nesta casa no segundo semestre deste ano.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Muito bem.

Sr. Secretário, acho que V. Exa. já respondeu a próxima pergunta, eu queria lhe formular, se V. Exa. estaria condicionando a vinda do ante-projeto do Estatuto à implantação de reforma através da Lei 5692.

O SR. SECRETÁRIO – Fiz uma ampla exposição de como vem sendo conduzida a ampliação da reforma, ela tem que ser gradual, é esse, inclusive, o espírito do Ministério da Educação. Tanto assim, que o Sr. Pode observar na explanação que fiz, que nós implantamos a primeira, a segunda e a quinta série. Depois a terceira e a quarta, e a sexta.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Mas a vinda do Estatuto está completamente desvinculada desta implantação.

O SR. SECRETÁRIO – Mas a terceira e a quarta...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Mas, finalizando, Sr. Secretário, gostaria...

O SR. PRESIDENTE – A Mesa comunica que são três perguntas por Deputado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – As perguntas foram sintéticas e queria formular a última, se V. Exa. permitir.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa concede.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Queria abordar o aspecto técnico do Estatuto do Magistério, mas lamentavelmente seriam duas perguntas e o Presidente me concedeu apenas mais uma.

Com referência ao Estatuto de hoje, a Lei nº 5871, temos aqui um decreto, número 71.244, de 11 de outubro de 1972, do Governo Federal. “O Ministério da Educação e Cultura, de acordo com decreto assinado ontem pelo Presidente da República, somente concederá auxílio financeiro aos Estados dentro do que determina a nova Lei de Ensino. Se o Estatuto do Magistério Estadual fixar condições julgadas imprescindíveis, principalmente a remuneração condigna”.

V. Exa. parece que observou antes que evidentemente a reforma do Estatuto viria, com a sua implantação, se credenciar para receber determinados recursos do Governo Federal. E aqui está no decreto.

Aqui na série de condições imprescindíveis: “paridade da remuneração dos professores especialistas, com a fixada para outros cargos a cujos ocupantes se exige idêntico nível de formação”.

Ainda uma série de itens que não estão sendo cumpridos.

A letra G do decreto diz assim: “Que o Estatuto estabeleça normas sobre o regime jurídico e o campo de aplicação. Conceitos que definam pessoal do Magistério e suas atividades.” “Direitos e vantagens especiais da carreira do Magistério, incluindo promoção, acesso e regime de trabalho. Preceitos éticos especiais. Critério de admissão e movimentação do pessoal. Deveres e proibições especiais da administração das unidades escolares”.

Aqui, Sr. Secretário, no Artigo 236 da Lei 5871, no item 5º, diz assim:

“O regime de promoção por merecimento e antiguidade, evidentemente em decorrência do decreto presidencial, de modo a estimular o permanente aperfeiçoamento profissional e cultural do professor, na forma do regulamento.”

E aqui, no artigo 241: “O Poder Executivo expedirá dentro de 360 dias, contados da data da publicação deste Estatuto, todos os regulamentos necessários para sua fiel execução”.

Com referência ao item 5º do artigo 236, queria perguntar a V. Exa. se o Poder Executivo expediu...

O SR. PRESIDENTE – A Mesa suspenda a sessão para pôr em apreciação da Casa um requerimento de prorrogação por mais uma hora, apresentado pelo Deputado Ivo Thomazoni, do seguinte teor: (Lê):

“Sr. Presidente.

Requeiro, com fundamento no Art. 76, do Regimento Interno, prorrogação da presente sessão, por mais 1 (uma) hora.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1975.

a) IVO THOMAZONI.”

Em votação. – APROVADO.

Com a palavra o Sr. Secretário da Educação e da Cultura. O SR. SECRETÁRIO – Sr. Deputado, em primeiro lugar eu estaria de pleno acordo com V. Exa. no que diz respeito a este decreto federal, quando foi lida uma série de itens e letras, entretanto, logo a seguir, ainda em 72, o Decreto 71.633, praticamente altera completamente estas condições impostas neste decreto, e eu já li este decreto, li o artigo 1º, e este artigo elimina a letra “e” do decreto que V. Exa. leu.

“Fixação pelos órgãos competentes do sistema estadual. Porisso, disse que o Paraná, está ainda recebendo cota federal. Não há, portanto, nenhuma conotação dessa natureza. Mas, essa não deve ser a finte que devemos nos ater.

V. Exa. pergunta se foram firmados alguns itens subsequentes a esse Estatuto do Magistério. Uma série deles, realmente, o foram.

Entretanto, alguns não foram colocados em prática.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Mais especificamente a letra “g”, promoção, acesso, etc.

O SR. SECRETÁRIO – Alguns foram despachados dentro dos 360 dias previstos; outros, por solicitação das entidades de classe, deixaram de ser regulamentados.

No que diz respeito a esse acesso, não ocorreu nenhum dentro da carreira do Magistério. Mas, o que existe realmente, é a preocupação de que seja fornecido ao professorado do Paraná a possibilidade de que ele realmente se especialize e tenha a sua habilitação profissional. Todos os Secretários têm proporcionado uma série de cursos, através do Centro de Treinamento do Magistério, em convênio com o próprio Ministério da Educação e Cultura...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Não seria esse o regulamento, já que estabelece condições para promoção e acesso?

O SR. SECRETÁRIO – Esses cursos têm que ser realizados.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Porque, senão temos que concordar que o Artigo 241, do Estatuto do Magistério, a Lei 5871, foi evidentemente cumprida pelo Poder Executivo.

O SR. SECRETÁRIO – Tem sido dada essa oportunidade. Inclusive, vários professores têm se habilitado, têm recebido auxílio do Governo para realização desses cursos até no exterior.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – Sr. Secretário, sou muito grato pela sua tolerância, tendo permanecido tanto tempo em pé, nos dando as explicações formuladas.

Evidentemente, o problema do Ensino do Paraná não é brincadeira, exige muita ousadia, muito sacrifício, muita coragem e muita boa vontade.

Gravei muito bem o que V. Exa. formulou, apesar de colocar estas condições. E, quem sabe, ainda no segundo semestre, receberemos aqui o ante projeto de lei do novo Estatuto do Magistério, trazendo as legítimas e justas reivindicações da classe do professorado.

Nós, caso contrário, voltaremos ao assunto.

Muito obrigado.” – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO. – Para poupar a todos nós, ilustre engenheiro Borsari Neto, me permitiria apenas ratificar todos os elogios já proferidos neste plenário, desde às 15 horas, para podermos, desta forma, adiantar e abreviar os trabalhos desta sessão.

Professor Borsari, eu tinha preparado uma série de perguntas, mas com o desfilar de Deputados, por mais de 4 horas, naturalmente, esgotou não só V. Exa., como também quase o assunto.

Mas, faria algumas considerações, se V. Exa. me permitir.

O SR. SECRETÁRIO. – Pois não.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Sr. Secretário, nós quando fomos Secretário da Educação, tivemos a feliz oportunidade de continuar um trabalho, o que é muito difícil de se fazer em administração pública.

Pegamos o Estatuto já com cerca de 60 por cento concluído, do então Secretário Roberto Linhares da Costa, concluímos. E foi a única forma, em apenas 4 meses, de aproveitar a administração feita, elaborada por aquela Secretaria, e remetemos, na oportunidade, ao Governador do Estado. Mas, o que temos observado é que levantamentos se sobrepõem. E o maior exemplo, talvez seja o da Pró Carta, que foi um projeto ambicioso de nível estadual, para levantar dados sobre educação.

E vemos que, com a sequência de secretários, com a sequência de governos, os levantamentos são realizados novamente, e tudo começa de uma forma, pelo menos em tese, na estaca zero.

Acredito, Sr. Secretário Borsari Neto, que talvez seja superado o problema financeiro, talvez a solução fosse a lei da reforma, que se vem aplicando, através de um progresso passo a passo, nos diversos municípios do Paraná e do Brasil. Talvez pudéssemos aplicar no quadro específico do novo enquadramento sala-

rial, que vem a ser a consequência do enquadramento nas diferentes carreiras do quadro próprio do Magistério, pudéssemos, repito, programar uma gradativa implantação em termos também de vencimentos, etc., dando condições para que a estrutura jurídica funcione, que é realmente a parte mais importante e fundamental do Estatuto, que muitos professores têm confundido com aumento salarial, o que temos procurado esclarecer na medida do possível, que se assim não fosse, seria muito mais prático e cômodo ao Governo do Estado simplesmente aumentar em X por cento o vencimento dos professores.

Tenho a impressão, Sr. Secretário, de que seria uma pergunta talvez repetitiva, mas que seria bem próprio, para encerrarmos esta tarde que já é noite, e sua resposta viria compensar a viagem que fiz de 3 mil quilômetros, porque fui surpreendido em Mato Grosso, através da "Folha de Londrina", que V. Exa. estaria aqui hoje; um dia, no meu ver, impróprio, uma vez que é o último dia do período contínuo do primeiro ano desta Sessão Legislativa, e que estaria reservado a relatórios, tão somente.

Mas, nós como autores do requerimento de sua convocação, usando da prerrogativa que a Constituição nos dá, não podíamos ficar ausentes desta reunião e, repito, sua resposta, talvez, compense essa minha longa viagem, a fim de que aqui estivesse presente, hoje. Porque é importante para o professor e aqueles que não têm estabilidade jurídica que V. Exa., em nome do Governo do Estado, dissesse realmente ao Paraná, dessa forma oficial em que se encontra nesta Assembléia, quando, realmente os Professores do Paraná terão seu novo Estatuto.

Acho, Sr. Presidente, que tudo se restringe a detalhar alguma coisa, mudar uma ou outra coisa, mas fundamentalmente, têm o mesmo esqueleto, o mesmo corpo e, portanto, seria importante que V. Exa., que se portou nesta Casa com tanto brilhantismo, durante tanto tempo, dissesse, para encerrar, que realmente em setembro, em outubro, em dezembro ou em janeiro, estaria nesta Assembléia o projeto oficial do Governo do Estado, para deixar de uma vez por todas, os professores do Paraná em paz e tranquilidade.

O SR. SECRETÁRIO – Permita-me, primeiramente, Sr. Deputado, que eu agradeça a reunião feita por V. Exa., em todas as situações anteriores e todos meus agradecimentos pela oportunidade de ter sugerido que viesse a esta Casa.

Reconheço e sei que V. Exa. o fez com o mais legítimo propósito de beneficiar o professorado da minha terra e a Educação deste Estado. Mas, Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, também, V. Exa. a certeza de que não vai nenhuma veleidade de nossa parte de querer fazer algo que seja nosso para trazermos à apreciação desta doughty Assembléia Legislativa. Repetimos, e todos são testemunhas, com a anuência de três outras Secretarias do Estado para que juntos e através de S. Exa. o Sr. Governador seja encaminhada a minuta do anteprojeto de lei do Estatuto do Magistério a esta Casa de Leis.

Entendo perfeitamente e cumprimento V. Exa. por ter procurado sempre se pautar neste sentido de continuar o trabalho daqueles que o antecederam. E não tem sido outra a nossa preocupação a não ser também aproveitar tudo aquilo que houve. O SR. GABRIEL SAMPAIO – Sr. Secretário, a crítica não é a V. Exa.

O SR. SECRETÁRIO – Procurei, Sr. Deputado, e tenho procurado aproveitar tudo o que de bom existe e foi feito naquela Secretaria. Realmente, encontrei muitas coisas boas e estou procurando conservá-las e aproveitar o trabalho daqueles que me antecederam.

Quanto ao levantamento que V. Exa. se referiu vai me permitir, Sr. Deputado, que esses levantamentos são necessários e o trabalho que V. Exa. se referiu me permita que fizesse a esta Casa a entrega hoje de um completo levantamento do que existia em 1972 no Estado do Paraná. Mas, entendo, também, que pela dinâmica que, graças a Deus impera em nosso Estado, há uma necessidade constante de uma reavaliação de todos esses dados.

Esses dados mudam de ano para ano e é necessário que tenhamos um perfeito conhecimento da situação praticamente a nível anual, para que possamos realmente pisar num terreno firme e sólido, quando se trata, em especial, de um assunto tão importante como é o assunto do Magistério. Faço votos, Sr. Deputado, que a viagem de 3.000 km de V. Exa. não tenha sido em vão. Para mim foi uma satisfação enorme contar com V. Exa. e dialogar com V. Exa. Esteja certo V. Exa., que eu faria tranquilamente 3.000 km para ter a oportunidade de vir dar uma satisfação a esta Casa de Leis como me propus a vir hoje, porque reconheço o significado e a importância desta Casa de Leis perante o Paraná e perante o povo do Paraná.

Agradeço mais uma vez esta oportunidade que, através de um requerimento de V. Exa. me foi dada, e espero que eu possa recompensar o que fez V. Exa., dizendo, que eu envidarei os meus esforços para que realmente, no segundo semestre esta Casa receba o Estatuto do Magistério. – (Sem revisão do orador).

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Era isto que nós queríamos ouvir, no término da sua exposição, belíssima por sinal.

Com relação aos 3.000 km Sr. Secretário a alusão não foi dirigida a V. Exa. Eu disse, e as pessoas que deveriam ouvir ouviram. Portanto, Sr. Secretário, eu viajaria até a pé, para poder ouvir aqui, uma coisa que eu mesmo provoquiei.

Meus parabéns e nós queríamos ouvir exatamente isto, que no 2º semestre o Paraná terá o novo Estatuto do Magistério. – (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO CAMARGO – Só resta à Presidência, em nome da Assembléia, agradecer ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e da Cultura, que, com tanta clareza, com tanta proficiência, com tanta inclusive urbanidade, tendo respondido durante 4 horas e meia, em pé, desta tribuna, sem haver deixado pergunta alguma nesta inquirição, sem resposta.

Perdoe-nos o Sr. Secretário, esclareceu-nos a contento. Temos certeza que proximamente, a nosso convite S. Exa. estará novamente nos esclarecendo sobre o que a Assembléia do Paraná necessita saber.

Suspendo a sessão por alguns instantes, para que os Srs. Deputados tenham a oportunidade de acompanhar o Sr. Secretário até a saída da Casa.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE – Está reaberta a sessão. O Sr. 1º Secretário lerá o requerimento dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Muggiati Filho, líderes da ARENA e do MDB, do seguinte teor: (Lê):

"Sr. Presidente.

As bancadas da ARENA e do MDB, pelos seus líderes que este subscrevem, requerem à Mesa se consigne em ata a manifestação de apoio, em forma de voto de solidariedade, a S. Exa. o Presidente Ernesto Geisel, pela celebração do acordo Brasil-Alemanha sobre cooperação no setor dos usos pacíficos da energia nuclear, que representou, a um só tempo, inequívoca demonstração de independência política, no presente, e de soberania econômica, em relação ao futuro.

Sala das Sessões, 30 de junho de 1975.

aa) IVO THOMAZONI
Líder da Arena

MUGGIATI FILHO
Líder do MDB"

Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Tem a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI – Para encaminhar a votação;

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Por honrosa delegação da Liderança do MDB, nesta Casa, assumo à tribuna a fim de ratificar a posição favorável que emprestamos ao Acordo de Colaboração para aproveitamento de

Energia Nuclear, firmado no último dia 27 com a República Federal da Alemanha.

Antecipadamente, assim como o MDB fez no Congresso Nacional quando se identificou favoravelmente à assinatura do acordo, agora também se coloca na mesma condição, porque conhecidas as cláusulas de bilateralidade e igual tratamento entre os contratantes, inclusive com a expressa declaração de que os signatários "DECLARAM-SE PARTIDÁRIOS DO PRINCÍPIO DA NÃO PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS NUCLEARES, mister é que nos pronunciemos em nome do povo que representamos. Em assim sendo, temos a honra de falar no plano político pela maioria do Estado quando nas últimas eleições voltou-se pela nossa agremiação, buscando mesmo no entendimento de alguns um protesto ao atual governo, queremos agora, representando esta maioria, dizer que ela também se afina com o nosso governo central, pela posição corajosa assumida neste episódio histórico.

Histórico, porque nenhuma decisão governamental tem o tempo e espaço firmar-se na história de um povo, se não representar literalmente a consciência desta Nação. Quando se desencadeou na década de 50, a campanha do "PETRÓLEO É NOSSO" e firmou-se historicamente no tempo e espaço a obra do então Presidente Getúlio Vargas com a criação da Petrobrás e do monopólio de nossas reservas petrolíferas, era, como hoje, a grande perspectiva da Nação que antevia. Estereotipou-se a figura de Ernesto Geisel, com esta medida, como um dos Presidentes que ao lado do grande estadista gaúcho, marcarão indelevelmente nossa independência econômica. Hoje, sob o "slogan" o "O ÁTOMO TAMBÉM É NOSSO", podemos dizer que soubemos com coragem e dignidade lutar em defesa de inalienável e sagrado direito que nossa Nação tem em buscar a qualquer custo a energia para nosso desenvolvimento e sobrevivência futura.

Finalizando, Sr. Presidente, o MDB do Paraná, expressa aqui a sua solidariedade com a consciência de que o faz, porque merecedor dela se tornou o nosso governo ao assumir com as demais nações, e, principalmente, com o povo brasileiro, o compromisso de só utilizar esta energia para fins pacíficos. Vemos neste detalhe, a índole pacífica e não agressiva dos brasileiros, o motivo de nos trazer à tribuna e congratular-se com o Governo, mesmo sendo homens da Oposição, eis que a posição assumida pelo Brasil retrata o espírito mais autêntico de brasilidade, ou seja, um povo que busca desesperadamente a ordem e o progresso. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É tão grande a emoção do deputado que tem o privilégio de se dizer defensor dos postulados da Revolução de 1964, por verificar que o Governo Central tem sabido manter a soberania deste País, de tomar decisões tão sérias para o futuro da Nação, que, me passem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devedor de um pronunciamento, que quero crer, o faço em nome da minha bancada para significar a grandiosidade do acontecimento sintetizado na assinatura do acordo Brasil-Alemanha sobre cooperação no cetro dos usos pacíficos da energia nuclear. Não acreditásemos nos propósitos sadios do Presidente Ernesto Geisel, não tivéssemos sido nas Legislaturas anteriores, defensores, das atitudes, soberania nacional, defendidas e postas em prática pelos eminentes presidentes revolucionários, e é possível que este contentamento não nos possuísse neste instante. E lamento tão somente, Sr. Presidente, que não tivéssemos tido igual oportunidade, no Grande Expediente, próprio para grandes pronunciamentos, não tivéssemos tido a oportunidade de analisar os aspectos deste acordo histórico. Mas, quer me parecer, Sr. Presidente, para o regime dos Anais desta Casa, deve a liderança fazer constar alguns fatos históricos que colimaram com a assinatura deste documento. Que foi por alguns, considerado temerário, mas que

deve ser por brasileiros e alemães, enaltecido, porque ele representa sem sombra de dúvida, um ato de soberania, de um povo que já não se considera mais, graças a Deus, pertencente ao rol dos países subdesenvolvidos.

Estas fontes energéticas, desde as mais rudimentares, desde as mais complexas, têm merecido uma série de estudos e considerações tecnológicas, objetivando-se ao mais eficiente aproveitamento, não só com relação aos problemas tecnológicos a ela inerentes, como principalmente a economicidade da produção de energia. Sr. Presidente, se fosse falar do que representa este tratado, por certo haveria de me demorar nesta tribuna por várias horas, mas temos, Sr. Presidente, o dever de formar alguns conceitos.

"A finalidade da política brasileira no setor está consubstanciada em diferentes termos, alguns dos quais faço questão de enumerar."

"Promover, no Brasil, com alta prioridade, o emprego da energia nuclear, em todas as suas formas de utilização pacífica, a serviço do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico nacionais, bem como do bem-estar do povo brasileiro."

O desenvolvimento da energia nuclear no Brasil coube, inicialmente, ao Conselho Nacional de Pesquisas, criado em 1951. Cinco anos depois, o Governo Federal constituiu a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), cujas atribuições foram, mais tarde, reordenadas à luz da Lei 4118, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a Política Nacional de Energia Nuclear.

Em 1968, foi decidida a instalação, no Brasil, da primeira usina nuclear, marco histórico do desenvolvimento no setor, que viria também assinalar os passos iniciais na direção do urânio enriquecido - opção que, se naquela ocasião parecia sujeita a algumas interrogações, hoje está com bases bastantes sólidas em termos de experiência em países de tecnologia mais avançada.

Consciente da realidade nacional, o Governo resolveu completar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento dos programas nucleares, criando, em 1971, a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), à semelhança de organizações congêneres existentes em países mais desenvolvidos tecnologicamente.

À medida que as perspectivas desenvolvimentistas iam se consolidando, sentiu o Governo brasileiro a necessidade de um reajustamento no seu principal órgão executivo, criando, em fins de 1974, em substituição à CBTN, a Empresas Nucleares Brasileiras SA., NUCLEBRÁS, com possibilidades e recursos mais amplos e, assim, com melhores condições operacionais.

Observe-se que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) consigna as seguintes referências a propósito do assunto:

"O Programa Nuclear objetiva, de um lado, preparar o Brasil ao estágio dos anos 80, em que a energia nuclear gerada no País (cerca de 10 milhões de KW, até 1.990). E, de outro lado, a continuar trabalhando no campo de outras aplicações da ciência nuclear, como seja: a utilização de isótopos na agricultura, medicina e indústria, e de examinar possibilidade do uso da energia nuclear na indústria siderúrgica. Esforço maciço será realizado na área de prospecção de minérios nucleares, para avaliar, no menor prazo possível, as reais disponibilidades no Brasil quanto a urânio.

Na construção das centrais nucleares, a utilização, dentro do atual quadro de tecnologia do setor, de reatores de água leve, com urânio enriquecido, considerou não apenas o fato de ser esse o tipo de reator adotado em mais de 85 por cento das usinas existentes, como o de já se estar dessiminando a tecnologia de enriquecimento do combustível, que já está sendo aberta inclusive, para empresas privadas, nos ESTADOS UNIDOS, EUROPA E JAPÃO.

Dos contatos estabelecidos com vários países amigos, emergiu como mais ampla e profunda a cooperação oferecida por um grupo de firmas alemãs ocidentais, todas de grande experiência e capacidade técnico-financeiras. A existência de um excelen-

te programa de cooperação científica e técnica, entre as instituições nucleares dos dois países, desde 1969, certamente contribuiu para a rapidez e o êxito das negociações."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Poderia detalhar com dados ricos, as negociações com a República Federal da Alemanha.

Poderia me estender sobre a validade e, principalmente, sobre as perspectivas para a NUCLEBRÁS, que a curto e médio prazo, colocam o Brasil, hoje, dentro do clube das nações que dispõem de tecnologia nuclear. Dizer dos antecedentes. Parabenizar o trabalho corajoso deste Governo, dizer da participação do Brasil nos tratados de não proliferação nuclear.

Poderia fazer alguns comentários para responder algumas perguntas, "porque as negociações foram mantidas em sigilo"; "qual a atitude do Governo Brasileiro diante dessa manifestação feita por alguns eminentes senadores norte-americanos"; "porque as críticas de alguns setores de imprensa de alguns países considerados desenvolvidos?"

E responderia talvez a algumas delas, Sr. Presidente, o sigilo mantido para evitar exploração e pressão por parte de organismos e organizações que teriam seus interesses comerciais prejudicados.

Tal razão ficou bem clara diante das manifestações de inconformismo demonstrados pela imprensa e por autoridades de alguns países quando tiveram conhecimento da ultimização das negociações entre os dois países.

O Governo Brasileiro guardou tranquilidade, demonstrando, porém, que se considerava invulnerável a pressões externas descabidas num caso em que estavam em jogo, apenas, os interesses nacionais do BRASIL e ALEMANHA.

Procurou manter-se discreto, para não prejudicar as negociações, mas agiu com altivez e independência, fazendo ver aos outros Estados que o BRASIL é um País sério e responsável, que sabe o que quer e cumprirá, como sempre cumpriu, os compromissos assumidos, as prescrições do tratado assinado com a ALEMANHA.

Rapidamente, Sr. Presidente, deve-se dizer que as negociações tiveram início ainda no primeiro semestre de 1974. Em julho, começaram os entendimentos de forma mais objetiva, conduzidos inicialmente pelo Ministro das Minas e Energia, com assistência do Itamaraty, e acompanhados por parlamentares da ARENA.

Convém notar, por outro lado, que os termos do acordo nuclear assinado estão perfeitamente enquadrados dentro do "Programa Nuclear" previsto pelo II PND. Um ajuste internacional só pode ter êxito quando é bom para as partes contratantes. O que permitiu chegar-se à conclusão do atual acordo, de tão alta importância para o Brasil é que suas cláusulas são igualmente valiosas para a Alemanha. É o resultado de negociações sérias entre dois países sérios.

Finalizando, Sr. Presidente, talvez citando que o do Brasil disse HANS DIETRICH, Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, por ocasião da assinatura do acordo, contém expressões desvanecedoras para com o Brasil e seu povo. Entre outras, vale citar duas passagens:

Falando na "impressionante prosperidade econômica e progresso social do Brasil" disse ele que "A habilidade e a dedicação de seus trabalhadores, bem como o espírito empreendedor de seus industriais, produziram o chamado MILAGRE ECONÔMICO brasileiro".

Referindo-se à nova posição brasileira no concerto internacional, afirmou: "O peso do Brasil na política internacional, aumenta a cada dia. Num mundo cheio de inquietação e contradições, a conduta de seu País, Senhor Ministro, aparece como fator de estabilização e equilíbrio".

Esta é a razão, Sr. Presidente, de estarmos jubilosos por verificar que temos à frente desta Nação, um Governo que sabe definir-se quando frente a assuntos de tamanha grandeza para o futuro deste País.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Em votação o requerimento. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO MANOEL DOS SANTOS, ocorrido em Ponta Grossa. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. ALYRIO DE JESUS DIPP, ex-Juiz de Direito da Comarca de Pitanga. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário de Segurança Pública, assim como ao Chefe do Gabinete da referida Secretaria, e demais componentes da Assessoria Civil, pela maneira delicada e eficaz com que vêm sendo atendidos os problemas afetos àquela Pasta. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Dr. LOT GARCEZ DO NASCIMENTO, pelos serviços prestados ao combate à aftosa. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que autorize ao DETRAN, a instalação em Iporá, de uma "CIRETRAN". - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Netto, constante do Expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial destinada a elaborar sugestões aos Projetos de lei ora em tramitação na Câmara dos Deputados, que tratam do Código Civil, Penal, de Processo Penal e Lei das Contravenções Penais. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a inserção em ata de voto de descontentamento e desaprovação pela maneira deselegante e desatenciosa com que o Sr. Presidente da SANEPAR vem tratando a maioria das partes que o procura.

O SR. DÁCIO LEONEL - (pela ordem) Solicito, Sr. Presidente, verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE - Deferido o requerimento.

(É feita a verificação).

A Mesa registra apenas a presença de 18 Srs. Deputados. Nestas condições, não há quorum para votação. Fica transferida para a próxima sessão.

Suspendo a sessão por alguns minutos, a fim de que seja lavrada a Ata dos trabalhos da presente Sessão, a ser aprovada ainda nesta reunião.

- (É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a Sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da presente Sessão, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, e igualmente encerrando o presente período ordinário de sessões, convocando nos termos constitucionais esta Assembléia para se reunir no dia 1.º de agosto do corrente ano, para a abertura do segundo período ordinário de sessões, salvo convocação desta pelo Sr. Governador do Estado em caráter extraordinário.

Levanta-se a Sessão.

**DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA**

**Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Oitava Legislatura**

S I N O P S E

Dos Trabalhos Legislativos e Administrativos do Período Ordinário, compreendido entre 1º de março a 30 de junho de 1.975.

Presidente PAULO A. A. CAMARGO
1º Secretário AGUINALDO PEREIRA LIMA
2º Secretário MAURICIO ROSLINDO FRUET

Sessões de Instalação	01
Sessões Preparatórias para Eleição da Mesa	02
Sessões Ordinárias	71
Sessões Extraordinárias	39
Sessões Solenes	06
Projetos de Lei Apresentados	85
Projetos de Lei Aprovados	113
Projetos de Lei Sancionados	37
Projetos de Lei Vetados pelo Governo do Estado	35
Projetos de Lei Rejeitados em Plenário	23
Projetos de Resolução Apresentados	09
Projetos de Resolução Aprovados	92
Projetos de Resolução Rejeitados pelo Plenário	01
Requerimentos dos Srs. Deputados	712
Votos de Pesar Apresentados em Plenário	72
Votos de Louvor Apresentados em Plenário	87
Visitas Ilustres	19
Resoluções Promulgadas pelo Sr. Presidente	49
Mensagens do Governador do Estado	30
Ofícios do Sr. Governador do Estado	64
Ofícios das Câmaras Municipais	68
Ofícios das Prefeituras Municipais	03
Ofícios de Diversos	29
Telegramas	06
Portarias baixadas pelo Sr. Diretor Geral	131
Relatórios dos Serviços Internos	02

Curitiba, 30 de junho de 1.975

M E S A

Presidente PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO
Primeiro Vice-Presidente LUIZ G. GUIMARÃES SAMPAIO
Segundo Vice-Presidente JOSÉ ANTONIO DEL CIEL
Primeiro Secretário AGUINALDO PEREIRA LIMA
Segundo Secretário MAURICIO ROSLINDO FRUET
Terceiro Secretário FIDELCINO TOLENTINO
Quarto Secretário JOÃO LEOPOLDO JACOMEL

DEPUTADOS ESTADUAIS

Aguinaldo Pereira Lima
Alfredo Gulin
Aragão de Mattos Leão Filho
Basilio Zanusso
Dácio Leonel de Quadros
David Federmann
Egon Pudell
Ezequias Losso
Fabiano Braga Cortes

Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto
Francisco Escorsin
Fuad Nacli
Gabriel Manoel
Gilberto Rezende de Carvalho
Ivan Santos Rüppel
Ivo Thomazoni
João Leopoldo Jacomel
João Cioni Netto
Jorge Sato
José Lázaro Dumont
Jurandir Avahé Messias
Luiz Alberto Martins de Oliveira
Luiz Gabriel Guimarães Sampaio
Luiz Roberto Nogueira Soares
Paulo Affonso Alves de Camargo
Quielse Crisóstomo da Silva
Rosário Pitelli
Werner Wanderer
Wilson Figueiredo Fortes
Adalberto Daros
Antonio Facci
Benedito Lúcio Machado
Deni Lineu Schwartz
Domício Scaramella
Edilson Alencar Barbosa
Enéas Eugênio Pereira Faria
Ernesto Dal'Oglio
Ernesto Gnoato
Fidelcino Tolentino
Hélio Manfrinato
Jayme Rodrigues Carvalho
José Antonio Del Ciel
José Domingos Scarpelini
José Muggiati Filho
Lineu Mansani Turra
Luiz Carlos Stanislawzuk
Maurício Roslindo Fruet
Nelson Buffara
Nilso Romeu Sguarezi
Osório Valter Pietrângelo
Oswaldo Evangelista de Macedo
Otássio Pereira da Silva
Trajano Bastos de Oliveira
Waldenício Barbalho

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente Accioly Netto
Vice-Presidente Waldenício Barbalho
Membros Efetivos: Fabiano Braga Cortes, Accioly Netto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Enéas Faria, Adalberto Daros.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente Quielse Crisóstomo
Vice-Presidente Lúcio Machado
Membros Efetivos: Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell
Vice-Presidente: Jayme Rodrigues Carvalho
Membros Efetivos: Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Domício Scaramella.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente Aragão de Mattos Leão

Vice-Presidente Ernesto Dal'Oglio
Membros Efetivos: Quielse Crisostomo, David Federmann, José Domingos Scarpelini.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente Nelson Buffara
Vice-Presidente Gilberto Carvalho
Membros Efetivos: Wilson Fortes, Jurandir Mesaias, Adalberto Daros.

COMISSÃO de orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente Jorge Sato
Vice-Presidente Antonio Facci
Membros Efetivos: Fuad Nacli, Wilson Fortes, Egon Pudell, Trajano Bastos, Domicio Scaramella.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente Luiz Alberto Oliveira
Vice-Presidente Otássio Pereira
Membros Efetivos: Alfredo Gulin, Lázaro Dumont, Ernesto Dal'Oglio.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente Rosário Pitelli
Vice-Presidente Nelson Buffara
Membros Efetivos: Jurandir Messias, Werner Wanderer, Edilson Alencar.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente Werner Wanderer
Vice-Presidente Jayme Rodrigues Carvalho
Membros Efetivos: Rosário Pitelli, João Cioni Netto, Nilso Sguarezi.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente Basílio Zanusso
Vice-Presidente Lineu Turra
Membros Efetivos: Francisco Escorsin, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente Francisco Escorsin
Vice-Presidente Ernesto Gnoato
Membros Efetivos: Gabriel Manoel, Basílio Zanusso, Hélio Manfrinato.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente Alfredo Gulin
Vice-Presidente David Federmann
Membros Efetivos: Fuad Nacli, Lineu Turra, Valter Pietrângelo.

SECRETARIA GERAL

Diretor Geral -- JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor do Departamento Administrativo
Dr. CLOVIS STADLER DE SOUZA
Diretor do Departamento Legislativo
Dr. ALBERTO CARAZZAI NETO

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, APLAUSOS E REGOZIO:

17 de junho de 1975:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações pela posse da nova Diretoria da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

17 de junho de 1975:

Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em Ata de

um voto de congratulações aos autores do Livro "Biografia de Vila Velha" e seu recente lançamento.

25 de junho de 1975:

Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em Ata de um voto de aplauso aos vencedores do Concurso Operário Padrão 1975, realizado na cidade de Arapongas.

27 de junho de 1975:

Do Sr. Alfredo Gulin, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao Comando da Polícia Militar do Estado, pela oportuna iniciativa de alertamento quanto aos perigos de incêndio no período das festividades Juninas.

03-06-75:

Do Sr. Aguinaldo Pereira Lima, solicitando a inserção em Ata de um voto de aplauso a EBCT, pelo lançamento de selos comemorativos da Série Preservação da Fauna e Flora.

03-06-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias, pela realização do 2º Ciclo de Atualização Agrária.

03-06-75:

Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao jornal "Fronteira do Iguaçu", pela sua expansão e dinamismo.

04-06-75:

Do Sr. Werner Wanderer solicitando a inserção em Ata de um voto de aplausos à Associação Comercial do Paraná.

04-06-75:

Do Sr. Aragão de Mattos Leão, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações à Diretoria da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná.

04-06-75:

Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em Ata de um voto de solidariedade desta Casa ao Deputado Federal Alencar Furtado, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Multinacionais.

05-06-75:

Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor pelos trabalhos apresentados no I Encontro Nacional sobre Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, que se realiza em Brasília.

06-06-75:

Do Sr. Domicio Scaramella, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, que dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais do Estado.

09-06-75:

Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações pela eleição da Srta. Maria Aparecida Alves de Oliveira, Miss Paraná 75..

10-06-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozio à "Gazeta do Povo", pela sua edição nas 2ªs feiras.

10-06-75:

Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações a "Gazeta do Povo", pela sua edição nas segundas-feiras.

13-06-75:

Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações à Coordenadoria Regional do INCRA, na forma e como especifica.

13-06-75:

Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em Ata

de um voto de louvor à LBV, pela passagem do seu 20º aniversário de fundação.

08-05-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em Ata de regozijo pela passagem, no dia de hoje, do "Dia da Vitória".

09-05-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao Sr. Reinold Stephane, Presidente do INPS, pela sua brilhante atuação frente àquele órgão.

09-05-75:

Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em Ata de um voto de confiança aos Srs. Deputados Federais que integram a Bancada do Paraná, na Comissão Parlamentar de Inquérito das Multinacionais.

13-05-75:

Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações à Editora Bloch, pelo lançamento da revista "Agricultura de Hoje".

13-05-75:

Do Sr. Basílio Zanusso, solicitando a inserção em Ata de um voto de aplausos à TV Iguaçu Canal 4, pela apresentação de programa político feito pelo Sr. Cândido M. Oliveira.

14-05-75:

Do Sr. Adalberto Daros, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações à ACARPA, pela instalação de um escritório na cidade de Antonina.

14-05-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações à Primeira Igreja Batista de Curitiba, pela passagem do 61º aniversário de sua organização.

16-05-75:

Do Sr. Lineu Turra, solicitando a inserção em Ata de um voto de aplausos ao Padre Emir Caluf, pelas palestras que o mesmo profere na TV Canal 12, desta Capital.

15-05-75:

Do Sr. Gabriel Sampaio, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações pela organização do 2º Ciclo de Atualização Agrária, a ser realizado pela Universidade Federal do Paraná.

15-05-75:

Do Sr. Egon Pudell, solicitando em Ata a inserção de um voto de congratulações ao Sr. Vice-Presidente do T.C., pela realização do programa denominado "Ação Administrativa", na cidade de Toledo.

19-05-75:

Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao Lions Club de Curitiba, pela realização nesta semana, da 22ª Convenção Nacional do País.

28-05-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações à Igreja Batista do Cajuru, pela passagem do seu aniversário.

14-04-75:

Do Sr. Ivó Thomazoni, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações pela eleição da nova Diretoria da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

15-04-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações pela eleição da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Castro.

15-04-75:

Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em Ata de um voto de louvor ao Sr. Superintendente do IPE, pela futura

instalação de um posto daquele Instituto no Município de Pitanga.

17-04-75:

Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações aos Srs. Prefeito e Diretor do Forum da cidade de Apucarana, pela passagem do aniversário de instalação-daquela Comarca.

17-04-75:

Do Sr. Lúcio Machado, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo, à TV-Iguaçu, pela apresentação do Programa "Jogo Aberto".

23-04-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando um voto de congratulações pelo encontro de Jovens realizado nesta Capital pela Igreja do Evangelho Quadrangular.

23-04-75:

Do Sr. Aragão de Mattos Leão, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações no próximo dia 26, das novas instalações do Núcleo Residencial dos internados da Colônia Penal Agrícola "Manoel Ribas".

28-04-75:

Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em Ata de um voto de aplausos ao Sr. Governador do Estado, pelas medidas adotadas para a conclusão da Rodovia "Parigot de Souza", no trecho que especifica.

28-04-75:

Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em Ata de um voto de regozijo ao Poder Municipal de Clevelândia, pela iluminação do Estádio Max Stalchmidt.

30-04-75:

Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em Ata de um voto de congratulações ao jornal "Diário dos Campos", pela passagem do seu 69º aniversário.

05-05-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção de um voto de congratulações ao Sr. Ovidio Franzoni, pela sua nomeação ao cargo de Superintendente do Funrural do Paraná.

04-04-75:

Do Sr. Dácio Leonel solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, ao engenheiro Luiz Gonzaga Pinto, condecorado com a medalha do Mérito Municipal.

04-04-75:

Do Sr. Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Bal. José Brasil Camargo, pelo lançamento do seu livro "Doutor Agrícola".

04-04-75:

Do Sr. Antonio Facci, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem do aniversário de fundação do Jornal de Maringá.

04-04-75:

Do Sr. Lineu Turra, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, pela passagem do centésimo quinquagésimo sexto aniversário da Cidade de Palmeira.

07-04-75:

Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Cia. de Teatro Roberto Menghini, pelos relevantes serviços que vem prestando à arte do Paraná.

08-04-75:

Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela inauguração de uma indústria em Conrélio Procópio.

08-04-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Sociedade Auxiliar de Senhoras da

1ª Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba.

08-04-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, pela inauguração do serviço de DDD, no município de Doiz Vizinhos.

09-04-75:

Do Sr. Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Bal. José Brasil Camargo, pelo lançamento do seu livro "Doutor Agrícola".

10-04-75:

Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso, ao Sr. Governador do Estado pela autorização de ponte sobre o Rio Ivaí.

11-04-75:

Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao GEMA da cidade de Cianorte e ao jornal "Diário do Norte do Paraná", da cidade de Maringá pelo lançamento do periódico "O Raça".

21-03-75:

Do Sr. Aragão de Mattos Leão, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Secretário Geral da Secretaria Especial do Meio Ambiente, por sua tomada de posição no que diz respeito a um navio Filandês, que pretendia lançar arsênico na orla sul do Oceano Atlântico.

21-03-75:

Do Sr. Gabriel Sampaio, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso, ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, pela sua brilhante atuação frente àquele órgão.

31-03-75:

Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, ao Jornal "Diário do Paraná", pela passagem do seu aniversário (21º anos) de Fundação.

31-03-75:

Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, pela passagem no dia 29 do corrente do aniversário de Emancipação Política de Curitiba.

01-04-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à União das Igrejas Batistas em Renovação Espiritual no Paraná pela realização do conclave "prontidão por Cristo".

01-04-75:

Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações aos condecorados da Ordem da Solidariedade e a Legião Garibaldi.

02-04-75:

Do Sr. Wilson Fortes, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem do 75º aniversário de fundação do município de Jacarezinho.

02-04-75:

Do Sr. Otássio Pereira, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao jornal "Diário do Paraná" pela passagem do seu 29º aniversário de fundação.

02-04-75:

Do Sr. Otássio Pereira, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem do aniversário de fundação do jornal "Diário da Tarde".

02-04-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem do 23º aniversário de fundação da Rádio Cultura do Paraná.

03-04-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de

um voto de regozijo, pela inauguração do serviço de DDD, no município de Francisco Beltrão.

04-04-75:

Do Sr. Domingos Scarpelini, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Lino Bortolino que foi empossado no cargo de juiz na comarca de Toledo.

14-03-75:

Do Sr. Aguinaldo Pereira Lima, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado pela inauguração da Estrada de Ferro Central do Paraná.

17-03-75:

Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, pela criação de uma agência daquele estabelecimento no município de Enéas Marques.

17-03-75:

Do Sr. Adalberto Daros, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Deputado Antonio Martins Anibelli, recém-eleito para a vice-presidência da Comissão de Agricultura da Câmara Federal.

18-03-75:

Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. João Gomes Moreira, pela sua eleição na Presidência do Centro de Comércio do Café do Norte do Paraná.

18-03-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção de em ata um voto de congratulações à Associação dos Municípios do Paraná, pela eleição do Conselho Deliberativo e de sua Diretoria Presidida pelo Sr. Pinto Dias.

20-03-75:

Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações aos Bibliotecários do Paraná pela passagem do seu Dia.

20-03-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Petrelli Gastaldi, pelo lançamento do seu livro "Estudos de Problemas Brasileiros - Realidade Econômica e Social do Brasil".

21-03-75:

Do Sr. Werner Wanderer, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Gronau, pela instalação de suas indústrias em nossa Capital na Cidade Industrial.

21-03-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Colégio Novo Ateneu, pela passagem do seu Cinquentenário de Fundação.

21-03-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações aos Prof. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho e Luiz Roberto Werner Rocha, pela realização do 1º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo em nosso Estado.

03-03-75:

Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Revista "Paraná em Páginas" pela passagem do seu Décimo Aniversário.

03-03-75:

Do Sr. Werner Wanderer, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor, ao jornal "Estado de São Paulo" pela passagem do seu primeiro aniversário de Fundação.

03-03-75:

Do Sr. Gabriel Sampaio, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Prof. Rene Dotti, pela sua brilhante

te atuação no 5º Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins.

03-03-75:

Do Sr. Otássio Pereira, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Editora Tíbagi, pelo lançamento do jornal "Panorama".

04-03-75:

Do Sr. Adalberto Daros, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo, pelo transcurso do 16º aniversário do jornal "Diário Popular".

04-03-75:

Do Sr. Dário Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações e regozijo pela passagem do 12º aniversário do jornal "Diário do Paraná".

05-03-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações aos integrantes da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Curitiba, eleitos no dia 1º do corrente.

11-03-75:

Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de aplausos e agradecimento ao Povo de Carlópolis.

11-03-75:

Do Sr. Luiz Gabriel Sampaio, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações aos atletas paranaenses pela brilhantes atuações no campeonato de natação realizado em Arica no Chile.

13-03-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Agência Umuarama Publicidade, pela conquista da medalha de Ouro, categoria "Melhor Mensagem de Natal".

13-03-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações, pela eleição da nova Mesa Executiva de Iporã.

13-03-75:

Do Sr. Jorge Sato, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Francisco Acioly R. C. Filho, pela sua eleição para a presidência da C.C.J. do Senado Federal.

VOTOS DE PESAR:

12-06-75:

Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Lunardelli.

12-06-75:

Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Lunardelli.

13-06-75:

Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Boris Goifmann.

18-06-75:

Do Sr. Luiz Alberto de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Arnaldo Flestler.

18-06-75:

Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Virgínia Baraiter.

23-06-75:

Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Vitorio Francklin.

25-06-75:

Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um

voto de pesar pelo falecimento do Professor Sandoval Ribeiro Ribas.

20-05-75:

Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio R. Loures.

21-05-75:

Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. David Tatim Filho.

22-05-75:

Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. David Tatim Filho.

28-05-75:

Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Ambrósio Scarpim.

30-05-75:

Do Sr. Otássio Pereira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Resala Simão.

04-06-75:

Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Karam.

04-06-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Elias Karam.

05-06-75:

Do Sr. Nilso Squarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Luz Fistarol.

06-06-75:

Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Abdala.

06-06-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Zechi Fadel.

09-06-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Angelo Darolt.

10-06-75:

Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Hermindo Basso.

10-06-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Valter Gerardi.

11-06-75:

Do Sr. Jayme R. Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Nelson Faleiros.

11-06-75:

Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Lunardelli.

12-06-75:

Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guítherme de S. Valente.

12-06-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Paulo Villela.

28-04-75:

Do Sr. Fabiano Braga Cortes, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Amilcar S. Pires.

28-04-75:

Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Eugênio J. Bocchi.

05-05-75:

Do Sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em ata de voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Luiz Vieira.

05-05-75:

Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Carlos R. Macedo.

05-05-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Osires Zaparollo Paqueta.

07-05-75:

Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Francisca Bertolini Carrazai.

07-05-75:

Do Sr. Del Ciel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vasco Otávio Andrade.

08-05-75:

Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. José Darú.

09-05-75:

Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Spartaco Gambasi.

09-05-75:

Do Sr. Alfredo Gulin, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. José Darú.

09-05-75:

Do Sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Germano Fanchin.

09-05-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Maysés de Mello.

13-05-75:

Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Leontina Contin.

13-05-75:

Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Conceição C. Pacheco.

13-05-75:

Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Ceslava Kovaleski.

19-05-75:

do Sr. Mauricio Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Pedro Kampa.

20-05-75:

Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Aldo S. Lobo.

03-04-75:

Do Sr. Jorge Sato, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Washington S. Carvalho.

03-04-75:

Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Lauro Zak.

03-04-75:

Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Eudoxia Carvalho Gomes.

03-04-75:

Do Sr. Luiz Alberto Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Eurico Mainardi Gomes e Normiria Gomes.

04-04-75:

Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Idalina Pessutti.

07-04-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ermídio Santin.

07-04-75:

Do Sr. Wilson Fortes, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Gabriel Esperidião.

08-04-75:

Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do jovem Waldomiro de Freitas Filho.

15-04-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Carlos Ribeiro de Macedo.

16-04-75:

Do Sr. Ivan Ruppel, solicitando a inserção de em ata um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nivaldo Beira Fontoura.

17-04-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Otilo Daniel Henz.

18-04-75:

Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Carlos A. Savoia Bader e Jorge Luiz Viana Holleben.

22-04-75:

Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Fernando Botarelli.

23-04-75:

Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Jonas Rufino Silva.

23-04-75:

Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Reinaldo de Oliveira Mendes.

03-03-75:

Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento dos Srs. Alvir Riesemberg e Elias Labegalini.

05-05-75:

Do Sr. Otássio Pereira da Silva, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Pedro Aleixo.

07-03-75:

Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Percy Schreiner.

10-03-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Bernardo José Krasinski.

11-03-75:

Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Virgílio Jorge.

13-03-75:

Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Darcy Caprilhone.

14-03-75:

Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Leão Emiro Bettega.

17-03-75:

Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. José Alencar Barbosa.

18-03-75:

Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Feruthio Prezendo.

18-03-75:

Do Sr. Edilson Alencar, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. José Alves.

19-03-75:

Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Edison Schatz.

20-03-75:

Do Sr. Domingos Scarpetini, solicitando a inserção em ata, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Lemos.

21-03-75:

Do Sr. Egon Pudell, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Ferreira.

21-3-75:

Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Irene Almeida Tomaszewski.

01-04-75:

Do Sr. Fabiano Braga Cortes, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Olavo Del Claro.

02-04-75:

Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Eduardo Martins.

RESOLUÇÕES PROMULGADAS PELO SENHOR PRESIDENTE

48/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios de Assaí, Mandaguaçu e Chopinzinho, na forma que especifica.

49/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Cianorte, na forma que especifica.

1/75:

Instituindo o Ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros com a finalidade que especifica.

02/75:

Aprovando os termos de convênio celebrado entre o Estado e o município de Corbélia, na forma que especifica.

03/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios de Amaporã e Santa Cecília do Pavão, na forma que especifica.

04/75:

Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União na forma que especifica.

05/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado e os municípios de Floresta, Ivaí, Kaloré e Palmeira, na forma que especifica.

06/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios de Itambé, Mandaguari, Mandagauçu, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge do Oeste, na forma que especifica.

07/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado e os municípios de Paranaguá, na forma que especifica.

08/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado

e os municípios de Mirador e Santa Helena, na forma que especifica.

09/75:

Aprovando os termos de convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios que especifica.

10/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios de Ipiranga, Joaquim Távora, Pinhão e Rebouças e Rio Bom, na forma que especifica.

11/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios de Moreira Sales e São Sebastião da Amoreira, na forma que especifica.

12/75:

Aprovando termo aditivo firmado ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e a SUDESUL, na forma que especifica.

13/75:

Aprovando termos do convênio celebrado entre o Governo do Estado e os municípios de Piên e Leopólis, na forma que especifica.

14/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, na forma que especifica.

15/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Quatro Barras, na forma que especifica.

16/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios de Alto Paraná, Pérola do Oeste, Piraí do Sul e Roncador, na forma que especifica.

17/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios de Corbélia, Nova Cantu, Nova Fátima, e São Pedro do Paraná, na forma que especifica.

18/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Cianorte, na forma que especifica.

19/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios de Barbosa Ferraz, Cafeara e São Carlos do Ivaí, na forma que especifica.

20/75:

Dispondo sobre o número de Assessores nos Gabinetes da Presidência, 1ª Secretaria e 2ª Secretaria deste Poder.

21/75:

Acrescendo incisos que especifica, no Art. 39, do Regimento Interno deste Poder.

22/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado com os municípios que especifica.

23/75:

Aprovando os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios de Bocaiúva do Sul, Icaraima e Quedas do Iguaçu, na forma que especifica.

24/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, e a Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação do Estado, na forma que especifica.

25/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Boa Esperança, na forma que especifica.

26/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado, e os Órgãos que especifica federais.

27/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica.

28/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Ministério da Saúde, na forma que especifica.

29/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, na forma que especifica.

30/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Cambé, Campina da Lagoa e Catanduvas, na forma que especifica.

31/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Estado do Paraná e os municípios de Tapejara, na forma que especifica.

32/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de N. S. das Graças, na forma que especifica.

33/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios de Nova Esperança e Matinhos, na forma que especifica.

34/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Pérola, na forma que especifica.

35/75:

Aprovando convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e municípios que especifica.

36/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado e os municípios de General Carneiro e Inácio Martins, na forma que especifica.

37/75:

Reestruturando o Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, cria o Departamento de Pessoal e dá outras providências.

38/75:

Aprovando acordo nº 07/73, celebrado entre a SUDESUL e o Estado do Paraná, na forma que especifica.

39/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Paranaíba, na forma que especifica.

40/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Curitiba, na forma que especifica.

41/75:

Aprovando Termo Aditivo ao Convênio de 28 de Dezembro de 1973, celebrado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Tapejara, na forma que especifica.

42/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Verê, na forma que especifica.

43/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Telêmaco Borba, na forma que especifica.

44/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura de Faxinal, na forma que especifica.

45/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado e o INCRA, na forma que especifica.

46/75:

Aprovando convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná, na forma que especifica.

47/75:

Aprovando o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Rancho Alegre, na forma que especifica.

LEIS PROMULGADAS PELO SENHOR PRESIDENTE:

Nº:

01/75:

Autorizando o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Comunidade Evangélica Luterana Santíssima Trindade, com sede em nossa Capital.

02/75:

Autorizando o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação Interconfessional de Curitiba, com sede nesta Capital.

03/75:

Declarando de utilidade pública a Loja Maçônica Fátima e Caridade, com sede na cidade de Nova Fátima.

04/75:

Mandando incluir na Lei nº 6641/74, de 9 de dezembro de 1974, o ocupante do Cargo de Taquígrafo de acordo com o § 4º do Artigo 28 da Constituição Estadual.

DISCURSOS DO DEPUTADO ADALBERTO DAROS:

03-04-75:

Ocupa a tribuna para tecer comentários criticando o parecer da CCJ, desta Casa que outorgou ao Deputado Alfredo Gulin, o direito de votar na sessão de amanhã, destinada à eleição do Prefeito de Curitiba.

07-04-75:

Ocupa a tribuna para criticar ao Governo pela forma que os nossos dirigentes encaram a situação dos Servidores Públicos do Estado.

08-04-75:

ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a necessidade de o Governo do Estado proceder reparos no aumento concedido aos funcionários do Estado.

23-04-75:

Ocupa a tribuna para tecer considerações sobre a política discriminatória com relação ao Livro Didático e o uniforme escolar no ensino de nossa Capital.

14-05-75:

Ocupa a tribuna para relatar viagem que fez ao interior do Estado objetivando a reestruturação do seu Partido MDB, nos municípios que percorreu.

18-06-75:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a paralização do Porto de Antonina.

DISCURSOS DO DEPUTADO ACCIOLY NETO:

31-03-75:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a passagem do 11º aniversário da Revolução de Março de 1964.

25-04-75:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a reunião realizada entre o Ministro dos Transportes e os responsáveis por aquelas pastas no âmbito Estadual.

10-06-75:

Ocupa a tribuna para solicitar a criação de um posto do INPS no município de Ibaíti.

18-06-75:

Ocupa a tribuna para dizer da inveracidade da notícia de seu rompimento com o Sr. Governador do Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO ANTÔNIO FACCI.

05/03

Ocupa a tribuna para dizer, inicialmente, das suas intenções em bem servir o povo do Paraná como seu representante nesta Casa.

DISCURSOS DO DEPUTADO ALFREDO GULIN

02/04

Ocupa a tribuna para dizer da sua posição favorável à eleição do Sr. Prefeito Municipal da Cidade de Curitiba.

DISCURSOS DO DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSI

05/05

Ocupa a tribuna para registrar o 21º aniversário de Emancipação Política do Município de Alto Paraná.

05/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a incidência do cancro-citrício na lavoura do nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO ARAGÃO DE MATTOS LEÃO.

11/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as arbitrariedades comentadas pelo Sr. Deputado Lúcio Machado.

25/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a possibilidade de instalação em nosso Estado de um Polo Petroquímico.

DISCURSOS DO DEPUTADO DOMICIO SCARAMELLA

22/04

Ocupa a tribuna para congratular-se pela passagem do 15º aniversário da fundação de Brasília.

DISCURSOS DO DEPUTADO DEL CIEL

14/03

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as solenidades do Sr. Prefeito Municipal da Cidade de Ponta Grossa, e dos incidentes ocorridos naquelas Solenidades.

20/03

Ocupa a tribuna para registrar o seu protesto pelos fatos ocorridos em Ortigueira, pelos desmandos administrativos praticados pelo seu atual prefeito Municipal.

13/05

Ocupa a tribuna para tecer comentários com relação a irregularidades, que vem ocorrendo no Paraná, notadamente no município de Assaí.

11/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre possíveis arbitrariedades que estariam sendo perpetradas na cidade de Londrina.

24/06

Ocupa a tribuna para tecer críticas ao Sr. Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

DISCURSOS DO DEPUTADO DÁCIO LEONEL

03/03

Ocupa a tribuna para dizer inicialmente dos seus propósi-

tos de bem servir o povo do Paraná como seu representante. A seguir tece comentários sobre a visita do Sr. Presidente da República em nosso Estado.

13/03

Ocupa a tribuna para fazer um apelo ao Sr. Deputado Otássio Pereira, para que traga a esta Casa o nome dos Srs. Deputados que de acordo com seu pronunciamento em sessão anterior vem efetuando prisões e perseguindo companheiros daquele parlamentar, bem como, o nome dos Municípios onde estes fatos vem ocorrendo.

14/04

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre acidente automobilístico ocorrido com os Srs. Del Ciel, Osvaldo Macedo e Álvaro Dias.

14/05

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a vacinação contra a Menengite, que vem se realizando em nosso Estado.

02/6

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a realização da Primeira Semana de Estudos de Direito Penitenciário.

03/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o 3º curso de Formação Política promovido pelo Diretório Municipal da Arena de Curitiba.

04/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a realização de obras escolares feitas pela Fundepar na cidade de Londrina.

12/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a possibilidade do Sr. Hosken de Novaes ir para o S.T.F., finalizando fala sobre bárbaro crime ocorrido em Londrina.

19/06

Ocupa a tribuna para comentar críticas dirigidas ao Sr. Prefeito da Cidade de Londrina.

DISCURSOS DO DEPUTADO DENI SCHWARTZ

16/04

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a reativação da Comissão Interpalamentar do Extremo Sul.

03/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o elevado índice de acidentes envolvendo ônibus de diversas empresas ceifando a vida de um elevado número de pessoas.

09/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre possíveis arbitrariedades que vem ocorrendo na cidade de Francisco Beltrão, por parte da Polícia daquele Município.

11/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual Política Estadual e Federal.

DISCURSOS DO DEPUTADO ENÉAS FARIA

06/03

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre aspectos políticos de sua conduta na vida pública.

21/03

Ocupa a tribuna para uma explicação pessoal, prestar esclarecimento sobre a prisão de um cidadão no recinto deste Plenário, ocorrido dias atrás.

07/03

Ocupa a tribuna para dar conhecimento ao plenário da decisão tomada pela C.C.J. desta Casa com relação ao andamento dos projetos durante o período de suas votações.

10/04

Ocupa a tribuna para fazer uma análise da atual situação em que se encontra o ensino em nosso País.

04/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o Projeto de Lei do Magistério Público.

12/06

Tece comentários sobre a Urbs e irregularidades que na mesma vem ocorrendo.

26/06

Ocupa a tribuna para refutar ataques desferidos contra sua pessoa por comentarista político.

DISCURSOS DO DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO

07/03

Ocupa a tribuna para cumprimentar seus colegas parlamentares ao mesmo tempo em que diz das suas intenções e do trabalho que pretende desenvolver nesta Casa.

19/03

Ocupa a tribuna para solicitar às autoridades um mais eficaz policiamento em nossa Capital em virtude dos inúmeros assaltos e roubos que aqui estão se verificando.

04/06

Ocupa a tribuna para congratular-se com o Sr. Prefeito de Curitiba e a Direção da Rede Ferroviária Federal pela assinatura de termo aditivo, que especifica.

08/04

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a eleição e posse do Sr. Saul Raiz, como prefeito de nossa Capital.

22/04

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atuação do Sr. Secretário de Segurança Pública pela medida que o mesmo tomou com relação ao aumento de criminalidade em nossa Capital.

04/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a instalação no Brasil de uma usina Nuclear.

04/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a conferência realizada pelo Sr. Dr. Francisco Pereira Filho sobre a importância da imprensa na política atual.

09/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o preço dos telefonemas que a Telepar baixou em nova Tabela.

12/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre CPI, instalada para apurar irregularidades da URBS.

16/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre reunião realizada pela Arena e da composição da Chapa Integração.

17/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a CPI, realizada sobre a URBS pelos vereadores de nossa Capital.

20/06

Ocupa a tribuna para discorrer sobre a participação da Igreja Evangélica nos Setores de Assistência Social e Educativa em todo o Território Nacional.

27/06

Ocupa a tribuna, para fazer uma homenagem póstuma à memória do General Raul Munhoz, cujo centenário de nascimento será em data de amanhã.

DISCURSOS DO DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO

10/03

Ocupa a tribuna para dizer da sua posição política nesta Casa, como representante do povo da cidade de Cascavel.

13/03

Ocupa a tribuna para congratular-se com sua bancada pelo comportamento e assiduidade de seus pares à sessões plenárias deste Poder.

17/03

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a não participação de nossas empresas na construção da Usina de Itaipu.

20/05

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a total paralisação do Porto de Antonina.

03/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a visita do Sr. Ministro da Agricultura a nosso Estado.

17/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a validade do Decreto 619 de 5 do corrente e que fala sobre gratificações de funcionários do Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO FABIANO BRAGA CÔRTEZ

14/03

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a posse do Sr. Prefeito da cidade de Ponta Grossa, e dos incidentes ocorridos naquela solenidade.

05/06

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a instalação de telefones na cidade de Faxinal.

DISCURSOS DO DEPUTADO FUAD NACLI

17/06

Ocupa a tribuna para discorrer sobre problemas de terras que possivelmente estariam ocorrendo no município de Guaraniaçu.

DISCURSOS DO DEPUTADO GABRIEL MANOEL

25/04

Ocupa a tribuna para transmitir convite para assistir os festejos do primeiro centenário do município de Jaguariaíva.

05/05

Ocupa a tribuna para discordar com a política administrativa que vem sendo adotada pelo Sr. Secretário de Educação e Cultura de nosso Estado.

08/05

Ocupa a tribuna para congratular-se com o Governo do Estado, pelo trabalho que vem desenvolvendo no Norte Pioneiro, notadamente no setor da Saúde e Rodoviário.

30/05

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a criação de um Polo Petroquímico no Estado do Paraná.

DISCURSOS DO DEPUTADO GILBERTO CARVALHO.

070375:

Ocupa a tribuna para fazer alguns reparos sobre a interpretação dada pelo jornal "O Estado do Paraná", em sua edição de hoje, e que versa sobre a divulgação e o destaque dos atos criminosos publicados pela imprensa.

05-05-

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atuação do Sr. Secretário de Educação e Cultura em nosso Estado.

0505

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a reorganização da Associação dos Serventuários da Justiça do Paraná.

10-06

Ocupa a tribuna para apoiar as reivindicações da classe dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná.

19-06-75:

Ocupa a tribuna para agradecer, em nome dos cafeicultores, do Estado, os benefícios dados aos mesmos pelo Ministério de Indústria e Comércio.

19-06:

Ocupa a tribuna para discorrer sobre a atenção que o Governo do Estado vem dispensando a diversos setores da Administração Estadual.

-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a criação de Distritos Administrativos e Judiciários.

DISCURSOS DO DEPUTADO GABRIEL SAMPAIO

05-03-75:

Ocupa a tribuna para cumprimentar inicialmente os Srs. Deputados com assento nesta Casa. Finalizando, tece comentários sobre a cotonicultura em nosso Estado.

15-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre aditorial publicado no jornal "A Folha de Londrina" e emitido pelo Sr. Prefeito Municipal da cidade de Maringá.

10-06:

Ocupa a tribuna para discorrer sobre problemas do Magistério Público de nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO IVO THOMAZONI

03-03:

Ocupa a tribuna, para inicialmente, cumprimentar os Srs. Deputados do MDB, e a seguir, tece comentários sobre as novas perspectivas políticas do nosso País, face ao resultado das últimas eleições.

05-03:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a inauguração da Cidade Industrial pelo Sr. Governador do Estado.

01-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre requerimentos de autoria do Deputado Adalberto Daros, considerando-o intempestivo.

02-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre arbitrariedades que estariam sendo cometidas por policiais, nas regiões fronteiriças de nosso Estado com países limítrofes.

16-04:

Ocupa a tribuna para dizer da sua satisfação pela assinatura entre o Estado do Paraná e o Banco Central, para a concessão de verbas para a construção de armazéns, dentro do programa de Armazenagem Agrícola do Paraná.

18-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a situação em que se encontram os proprietários de terras a serem inundadas com o fechamento das comportas da Usina de Salto Osório.

23-04:

Ocupa a tribuna para divulgar a assinatura de convênios pelo Governo do Estado para dar combate à erosão na região Noroeste do Estado.

15-05:

Ocupa a tribuna para discorrer sobre a dedicação da Administração do Sr. Jayme Canet, no setor cafeeiro do Estado.

12-06:

Em Explicação Pessoal, discorre sobre documento apresen-

tado pelo Sr. Governador do Estado sobre sua administração nos próximos quatro anos.

23-06:

Ocupa a tribuna para desmentir notícias que possivelmente o Sr. Governador do Estado estivesse a renunciar.

23-06:

Ocupa a tribuna para dizer do esforço do Governo do Estado para aumentar a capacidade armazenadora do nosso Estado, e que para tanto criou o PROPAZEM.

24-06:

Ocupa a tribuna para parabenizar-se com o Governo do Estado e a Café do Paraná, pelas medidas saneadoras que tomara em matéria que especifica.

DISCURSO DO DEPUTADO EGON PUDELL

14-04:

Ocupa a tribuna para agradecer ao Sr. Governador do Estado, pela visita que o mesmo fez a diversos municípios de sua região.

17-04:

Ocupa a tribuna para trazer ao conhecimento da Casa de contrato firmado entre o BNH e a Prefeitura de Toledo, e tece outros comentários.

21-05:

Ocupa a tribuna para protestar contra alguns políticos e a imprensa que vem desferindo ataques ao Sr. Mauricio Schulmann Diretor do BNH.

DISCURSO DO DEPUTADO HÉLIO MANFRINATO

03-04:

Ocupa a tribuna inicialmente para saudar os Srs. Deputados com assento nesta Casa. Finalizando, tece comentários sobre editorial publicado em jornal desta Capital, e que versa sobre a união do exército em torno do Sr. Presidente da República.

DISCURSO DO DEPUTADO EDILSON ALENCAR

28-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a reforma administrativa em nosso Estado e a posição dos funcionários públicos de nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO NILSO SQUAREZI

23-03:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, e que versa sobre a prestação de contas das Companhias Mistas à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado.

10-04:

Ocupa a tribuna para dizer da sua revolta contra aqueles que vêm fazendo propaganda para adoção por brasileiros de órfãos vietnamitas.

15-04:

Ocupa a tribuna para protestar contra injustiças que estão sendo praticadas pela Eletrosul e Copel na desapropriação de terras com a inundação da Usina de Salto Osório.

18-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentário sobre o 92º aniversário de nascimento do Sr. Getúlio Vargas.

05-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a demissão do Sr. Jayme Lerner, pelo Governo da Guanabara.

23-06:

Ocupa a tribuna para alertar as autoridades competentes

sobre o perigo do desabamento do Viaduto do Capanema, em nossa Capital.

DISCURSOS DO DEPUTADO NELSON BUFFARA

02-04:

Ocupa a tribuna para discorrer sobre memorial que está sendo dirigido ao Sr. Diretor do Porto de Paranaguá, Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, solicitando o alargamento do Canal da Galheta, na entrada do Porto de Paranaguá.

29-04:

Ocupa a tribuna para ressaltar problemas que estão surgindo em Paranaguá, com o acúmulo de caminhões carregados com soja naquela cidade e tece outros comentários.

28-05:

Ocupa a tribuna para narrar fato ocorrido com sua pessoa de que, segundo técnicos da SSP, após coleta de material, estaria o mesmo contaminado de difteria, posteriormente fez o mesmo exame particularmente e nada foi constatado, lamentando na oportunidade a falta de preparo daqueles técnicos.

30-05:

Ocupa a tribuna para congratular-se com o Sr. Governador do Estado, pela nomeação do Sr. Antonio José Santana Lobo, para Diretor da Paranatur.

28-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os exames psicotécnicos realizados para motoristas amadores.

DISCURSOS DO DEPUTADO MAURICIO FRUET

03-03:

Ocupa a tribuna para reafirmar sua confiança na legislatura que ora se inicia. Finalizando, tece comentários sobre o pagamento de vencimento dos Srs. Vereadores.

07-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a reforma administrativa do Estado do Paraná.

16-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a situação em que se encontra o Sindicato dos Bancários do nosso Estado.

25-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a nova intervenção na Cooperativa Mista dos Servidores do Estado.

09-05:

Ocupa a tribuna para comunicar que o MDB vem realizando uma série de palestras de alto caráter cívico, e para tanto convida os Srs. Deputados a participarem da mesma.

07-04:

Ocupa a tribuna para registrar nos Anais da Casa da necessidade da reformulação da Lei 6636, e que trata da reforma administrativa do Estado.

16-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual situação em que se encontra o Sindicato dos Bancários que se encontra sob regime de intervenção.

DISCURSOS DO DEPUTADO MUGGIATI FILHO

06-03:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a administração do futuro Governador do Estado.

16-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a cafeicultura em nosso Estado.

27-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre matéria

publicada pela imprensa e de autoria do Deputado Federal, Ulisses Guimarães.

DISCURSOS DO DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK

03-03:

Ocupa a tribuna para discorrer sobre a situação política atual e a representação da região dos Campos Gerais neste Governo.

14-03:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a posse do Sr. Prefeito Municipal da Cidade de Ponta Grossa.

Ocupa a tribuna para, em explicação pessoal, trazer novos detalhes do caso havido em Ponta Grossa quando o seu nome e do Deputado David Federmann, foram omitidos nas festividades de Posse do Prefeito daquela cidade.

07-04:

Ocupa a tribuna para reclamar do Governo e da SANEPAR pela falta de cumprimento de compromissos assumidos na cidade de Ponta Grossa.

09-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre acidente ocorrido na Estrada do Café, do qual acidentou-se o Deputado David Federmann.

18-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários de como são inauguradas as obras oficiais do nosso Estado.

22-04:

Ocupa a tribuna para congratular-se com a passagem nesta data do Dia da Aviação e do 15º aniversário de fundação de Brasília.

04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a necessidade da concessão de um salário mínimo mais justo para atender às mínimas necessidades do trabalhador.

30-04:

Ocupa a tribuna para relatar sua participação juntamente com diversas autoridades de sua cidade junto ao Sr. Governador e que se relaciona com a criação do Curso de Engenharia Agrária na cidade de Ponta Grossa.

05-05:

Ocupa a tribuna para reclamar do Governo do Estado, melhores condições para as nossas estradas e em especial as que ligam o município de Uraí.

07-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o lançamento da Campanha de Vacinação contra Meningite, lançada pelo Sr. Governador do Estado.

19-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a instalação de estação repetidora da Cidade de Ponta Grossa (TV).

20-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a entrega das cédulas de identidade, dizendo que a realização deste trabalho é por demais moroso.

02-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a situação política de sua região. (Ponta Grossa).

03-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a situação difícil em que se encontra nosso esporte amador.

09-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre conagração de caráter benéfico realizado por deputados deste

Poder, e vereadores do município de Siqueira Campos.

10-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a Segurança Pública em nosso Estado.

17-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a situação funcional dos homens que prestam serviços de vigilantes junto aos Bancos e Casas Comerciais.

24-06:

Ocupa a tribuna para solicitar ao Governo do Estado a sua participação na construção das vias expressas da cidade de Ponta Grossa.

25-06:

Ocupa a tribuna para apelar ao Sr. Presidente da República para que revogue o art. 4º da Lei 5182, de 17 de dezembro de 1.965.

27-06:

Ocupa a tribuna para dizer da concorrência desonesta que vem sofrendo as indústrias de telha e tijolo, no município de Ponta Grossa, e tece outros comentários.

DISCURSOS DO DEPUTADO LÚCIO MACHADO

13-03:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a edição de jornal "O Estado do Paraná", na página Jornal Econômico, sobre a expressão Euforia no INPS.

20-03:

Ocupa a tribuna para analisar notícia publicada no jornal "O Estado do Paraná", envolvendo a Secretaria de Educação e Cultura, sob o título "Estas Carteiras Fazem Falta".

21-03:

Ocupa a tribuna para agradecer os esclarecimentos trazidos pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, na presente Sessão e tece críticas sobre matéria divulgada pelo Jornal "O Estado do Paraná", e que a seu ver são inverídicas.

31-03:

Ocupa a tribuna para explicação pessoal, fazer reparos no pronunciamento do Deputado Gabriel Manoel.

22-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre fatos relacionados com a arrecadação do ICM em nosso Estado.

24-04:

Ocupa a tribuna para dar conhecimento de expediente que recebeu dos moradores do distrito de Figueira, no qual solicitam o seu desmembramento do município de Curiúva.

29-04:

Ocupa a tribuna para congratular-se com o DESP, pelas medidas adotadas na regularização do uso dos veículos oficiais.

05-05:

Ocupa a tribuna para reclamar sobre pedido de informação de sua autoria e que versa sobre a Assistência Social deste Poder.

07-05:

Ocupa a tribuna para refutar notícias do jornal "O Estado do Paraná", com o título bancadas do MDB e Arena fizeram reunião secreta.

08-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as consequências do crescimento demográfico no País na atual conjuntura social.

14-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a vacinação que vem sendo feita em nosso Estado devido a um surto de

meningite.

28-05:

Ocupa a tribuna para discorrer sobre as rodovias do Estado do Paraná.

02-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a situação política do município de Santo Antonio da Platina.

10-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre possíveis arbitrariedades policiais que estariam sendo cometidas no município de Inácio Martins.

11-06:

Ocupa a tribuna para voltar a abordar as arbitrariedades policiais no município de Inácio Martins.

12-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a política desenvolvida pelo BNH.

16-06:

Ocupa a tribuna para congratular-se com a publicação nas segundas-feiras do jornal de nossa Capital, "Gazeta do Povo".

23-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual situação política do nosso País.

25-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre possíveis irregularidades no BNH.

DISCURSOS DO DEPUTADO LUIZ ROBERTO SOARES

15-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento feito pelo Sr. Afonso Arinos, e que versa sobre a atualidade política de Brasil.

21-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual censura feita em nosso País.

DISCURSOS DO DEPUTADO LÁZARO DUMONT

13-03:

Ocupa a tribuna para dizer da importância da agricultura em nosso Estado e tece comentários sobre a matéria.

31-03:

Ocupa a tribuna para narrar episódios arbitrários cometidos pela polícia do Sudoeste do Estado e tece outros comentários.

17-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários dos benefícios que irá trazer ao nosso Estado a instalação do Tribunal Regional do Trabalho.

30-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a entrega de títulos de terras a ser feito pelo Ministro de Agricultura nas regiões de Foz do Iguaçu e Palotina.

05-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a criação da Secretaria de Recursos Humanos.

09-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o problema da cafeicultura em nosso Estado

10-06:

Ocupa a tribuna para agradecer ao Governo do Estado pela criação de um Centro Nacional em nosso Estado para a pesquisa do Soja.

DISCURSOS DO DEPUTADO LEOPOLDO JACOMEL

10-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a criação, pelo Governo do Estado, do Curso de Moral e Cívica.

16-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre sua participação nas comemorações de mais um aniversário da Lapa.

DISCURSO DO DEPUTADO LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

16-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários aos problemas energéticos em nosso País.

DISCURSO DO DEPUTADO LINEU TURRA

16-04:

Ocupa a tribuna para tecer considerações sobre manifestação de agrado do Sr. Presidente da República, com relação à atuação do MDB na política atual de nosso País.

DISCURSOS DO DEPUTADO JURANDIR MESSIAS

07-05:

Ocupa a tribuna para protestar contra as Campanhas Financiadoras do nosso Estado pelos extorsivos juros que as mesmas vem cobrando dos seus usuários.

12-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a forma de se expressar de alguns dos seus pares neste Poder.

DISCURSOS DO DEPUTADO JOÃO CIONI NETTO

14-03:

Ocupa a tribuna para dizer da sua conduta política nesta Casa ao assumir a cadeira de Deputado nesta Casa.

05-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários elogiosos ao Sr. Arnaldo Busato, atual Secretário da Saúde Pública.

DISCURSOS DO DEPUTADO JURANDIR MESSIAS

08-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual situação da cotonicultura em nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO JAYME RODRIGUES

13-03:

Ocupa a tribuna para cumprimentar os Srs. Deputados com assento nesta Casa.

03-04:

Ocupa a tribuna para em explicação pessoal, tecer críticas ao pronunciamento do Sr. Fabiano Braga Cortes.

DISCURSOS DO DEPUTADO OSVALDO MACEDO

04-03:

Ocupa a tribuna para tecer considerações em torno do memorial recebido de Guarapuava, sobre a posição política do MDB neste Governo.

26-06:

Ocupa a tribuna para tecer críticas ao Poder Executivo Estadual, através de um amplo retrospecto analítico das realizações governamentais até a presente data.

DISCURSOS DO DEPUTADO OTÁSSIO PEREIRA

03-03:

Ocupa a tribuna para dizer dos seus propósitos de bem desempenhar seu mandato neste período legislativo.

Ocupa a tribuna para fazer um minucioso relato sobre a crise da agricultura em que atravessa nosso Estado notadamente sobre a produção de algodão.

14-03:

Ocupa a tribuna para dizer qual será seu comportamento frente ao novo Governo que assumirá os destinos do Paraná e tece outros comentários.

17-03:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a posse do Sr. Governador do Estado.

20-03:

Ocupa a tribuna para reclamar do Governo do Estado, para que estenda as vantagens do salário de produtividade a todas as classes de servidores do Estado.

01-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a eleição do Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, Saul Raiz.

03-03:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual situação dos Funcionários Públicos do Estado.

07-04:

Ocupa a tribuna para analisar notícias publicadas ontem no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "A Fome das Crianças nas Escolas".

08-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o aumento das passagens dos coletivos de nossa Capital.

18-04:

Ocupa a tribuna para exaltar a Independência do Brasil, quando da passagem da data destinada a comemorar a figura de Tiradentes.

30-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários quanto à concessão do salário mínimo do trabalhador.

14-05:

Ocupa a tribuna para solicitar do Sr. Governador para que envie a este Poder, mensagem para aumento dos vencimentos dos funcionários do Estado.

15-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento feito pelo Sr. Nacim Bacila, Presidente do TC e que versa sobre as Companhias de Economia Mista.

19-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atuação da Arena e seu Líder nesta Casa.

20-05:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre entrevista concedida ao jornal de Londrina "Panorama", pelo Sr. Senador Accioly Filho.

03-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o elevado número de acidentes que ocorrem em nossas estradas.

94-04:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a distribuição dos comandos políticos feita pelos Deputados da Arena.

09-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a onda de violência que vem ocorrendo no município de Londrina.

10-06:

Ocupa a tribuna para criticar a URBS, pelo preço abusivo que vem cobrando pelo asfaltamento de ruas da nossa Capital.

11-06:

Ocupa a tribuna para solicitar ao Governo do Estado a realização de diversas obras rodoviárias.

12-06:

Ocupa a tribuna para congratular-se com a passagem de mais um ano de aniversário da cidade da Lapa.

18-06:

Ocupa a tribuna para dar conhecimento à Casa de matéria publicada em jornal de Londrina e que fala sobre a subnutrição em que vivem oitenta mil crianças no município de Londrina.

19-06:

Ocupa a tribuna e tece comentários sobre a construção de vias expressas na cidade de Londrina.

20-06:

Ocupa a tribuna para analisar diversos problemas da nossa Polícia Civil.

23-06:

Ocupa a tribuna para dirigir críticas ao Governo do Estado, pelas incursões demagógicas que vem fazendo no interior do nosso Estado.

26-06:

Ocupa a tribuna para dizer da necessidade do asfaltamento da estrada que liga Lapa a Porto Amazonas.

DISCURSO DO DEPUTADO TRAJANO BASTOS

05-03:

Ocupa a tribuna para inicialmente cumprimentar os Srs. Deputados com assento nesta Casa.

DISCURSOS DO DEPUTADO QUIELSE CRISÓSTOMO

17-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o problema da instalação em nosso Estado de um Polo Petroquímico.

24-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a instalação de um Polo Petroquímico em nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO

06-03:

Ocupa a tribuna para tecer críticas sobre editorial publicado no jornal "O Estado de São Paulo", no dia 23 de fevereiro contendo declarações do futuro Governador do Estado.

31-03:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a comercialização do soja em nosso Estado.

28-05:

Ocupa a tribuna para desfazer acusações que tinha dirigido à COPEL pela falta de luz em um grupo escolar da cidade de Maringá, constatando posteriormente que a culpa era da FUNDEPAR.

10-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a censura da TV em nosso Estado.

DISCURSO DO DEPUTADO WALDENÍCIO BARBALHO

02-06:

Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a distribuição dos comandos políticos feitos pelo Sr. Governador.

DISCURSO DO DEPUTADO WERNER WÄNDERER

15-04:

Ocupa a tribuna para apresentar sua satisfação ao Governo do Estado, pelas medidas que vem tomando na sua região dentro do programa da PRODOPAR.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PORTARIAS BAIXADAS PELO SENHOR DIRETOR GERAL

Nºs:

73/75:

Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Manoel Aguir Filho, funcionário da Secretaria deste Poder,

74/75:

Designando Lindamir E. Caran, funcionária da Secretaria deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança desse MDB.

75/75:

Designando Mary O. L. Petit, funcionária ora a disposição deste Poder, para prestar serviços junto ao Gabinete da Liderança da Arena.

76/75:

Designando para prestar serviços na liderança da Arena o Funcionário Sebastião D. Souza, ora à disposição deste Poder.

57/75:

Autorizando de acordo com a Lei nº 6174, de 16 novembro de 1970 o pagamento de gratificação extraordinária aos funcionários deste Poder, que especifica.

58/75:

Autorizando o pagamento de gratificação de acordo com a Lei nº 6174, aos funcionários deste Poder, que especifica.

59/75:

Revogando o Item II da Portaria 137/73.

60/75:

Designando para prestar serviços no D.A. o funcionário João Maria de Freitas, ora à disposição deste Poder.

61/75:

Designando os funcionários Ronaldo Catarino e Leônidas da Silva, ora à disposição deste Poder, para prestarem serviços junto ao Gabinete da Presidência deste Poder.

62/75:

Designando os funcionários Clarice F. Mirando e José A. Coelho, para prestarem serviços junto ao Gabinete da Liderança do MDB.

63/75:

Designando Rafael L. Sobrinho, funcionário deste Poder, para prestar serviços junto ao Gabinete da Liderança do Governo.

64/75:

Designando para prestar serviços no Gabinete da Presidência Vilma Aparecida N. Tonenelo, ora à disposição deste Poder.

65/75:

Designando para prestar serviços no Gabinete da Presidência o funcionário Jorge Kudry, funcionário da Secretaria deste Poder.

66/75:

Designando Silvio Rodolfo Liegel, para prestar serviços junto ao Gabinete da Liderança da Arena.

67/75:

Concedendo a Nelson Augusto Araujo, funcionário da Secretaria deste Poder, 15 dias de férias referentes ao exercício de 1975.

68/75:

Concedendo a Elida Daitchamnn, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1974.

69/75:

Lotando Antonio Garcia, funcionário deste Poder, no Serviço de Assistência Judiciária.

70/75:

Lotando o Funcionário deste Poder, Alcides Zonato, no Departamento Administrativo da Secretaria deste Poder,

71/75:

Designando para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria os funcionários Dino José Bronze de Almeida e Dilmar Abílio Archegas, ambos da Secretaria deste Poder.

72/75:

Designando a funcionária Nilva M. Moro, da Secretaria deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Arena.

40/75:

Designando Walfrido R. Camargo, funcionário da Secretaria deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.

41/75:

Designando para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria os funcionários Otávio G. Castelan, Manoel Dias e Sebastião Cordeiro dos Santos, todos à disposição deste Poder.

42/75:

Designando para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria os funcionários Hamilton G. Carneiro e Dirceu Silva, contratados deste Poder.

43/75:

Designando José Angeli, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria deste Poder.

44/75:

Designando os funcionários deste Poder, que especifica, para prestarem serviços junto ao Gabinete da Presidência.

45/75:

Designando os funcionários Vilson da Silva Natal e Alberto Miguel, ora à disposição deste Poder, para prestarem serviços no gabinete da Presidência.

46/75:

Designando Wilfried Kaester e Renato Miguel, funcionários contratados deste Poder, para prestarem serviços junto ao Gabinete da Presidência.

47/75:

Designando Walter José Pexer, funcionário da Secretaria deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.

48/75:

Designando Iracy S. Rudnik, funcionária deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

49/75:

Lotando no Serviço de Assistência Judiciária os funcionários deste Poder, que especifica.

50/75:

Designando para prestar serviços no Gabinete do Diretor Geral os funcionários deste Poder, Joaquina L. José e Antonio Ceccon.

52/75:

Determinando normas de serviços internos na Secretaria deste Poder.

53/75:

Designando para prestar serviços na Liderança do Governo o funcionário Fausto Luiz Abry da Secretaria deste Poder.

54/75:

Designando para prestarem serviços no Gabinete da 1ª Vice-Presidência os funcionários Ricardo S. Khury e Maria L. Santos, ambos da Secretaria deste Poder.

56/75:

Autorizando ao funcionário Paulo C. Pacheco, a prestar

serviços extraordinário na Secretaria deste Poder, percebendo gratificação correspondente.

24/75:

Concedendo a Albino B. Freire, funcionário da Secretaria deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1975.

25/75:

Concedendo a Carmem Aparecida Fregoneze, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1973.

26/75:

Revogando a Portaria 234/74, na parte que especifica.

27/75:

Concedendo a Darcy Kliemann, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referente ao ano de 1973.

28/75:

Designando para prestar serviços no D.A. o funcionário Wilson O. Piovezan ora a disposição deste Poder.

29/75:

Designando Bolivar C. Barros, para prestar serviços junto ao Gabinete da Arena.

30/75:

Lotando Ronaldo Batista, funcionário da Secretaria deste Poder, no D.L.

31/75:

Concedendo a Merchid Belich Filho, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1973.

32/75:

Concedendo a Lindamir Gonçalves Borgonovo, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias conforme especifica.

33/75:

Concedendo a Angelina G. Pacheco, funcionária da Secretaria deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1974.

34/75:

Concedendo a Rogério A. Nascimento, funcionário da Secretaria deste Poder, 15 dias de férias referentes ao ano de 1974.

35/75:

Designando Celso C. Camargo, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência desta Casa.

36/75:

Designando para prestar serviços no Gabinete da Presidência, o funcionário Antonio F. F. Costa Filho, ora à disposição deste Poder.

37/75:

Concedendo a Jacira Machado Bini, funcionária deste Poder, 15 dias de licença para tratamento.

38/75:

Designando o funcionário Adilson Vicentini, da Secretaria deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Arena.

39/75:

Designando os funcionários que especifica do quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder, para prestarem serviço no Gabinete da Primeira Secretaria.

06/75:

Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Antonio da Silva, funcionário da Secretaria deste Poder.

08/75:

Designando para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo o funcionário Alziro Santin, da Secretaria deste Poder.

09/75:

Concedendo a Marian Cunha Martins, funcionária da Secre-

- taria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 10/75:
Concedendo a Celso M. Santos, funcionário da Secretaria deste Poder, 5 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 11/75:
Revogando a Portaria nº 230/71, e dá outras providências.
- 12/75:
Designando Maurício Cesar Pereira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços junto ao Gabinete do Deputado Nelson Buffara.
- 13/75:
Concedendo a Solon F. Rodrigues, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1974.
- 14/75:
Concedendo a Paulo H. A. Gonçalves, funcionário da Secretaria deste Poder, 15 dias de férias, referentes ao ano de 1975.
- 15/75:
Concedendo a Maria da Luz A. Soares, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 16/75:
Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Joaquim Vieira da Silva, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 17/75:
Concedendo a Ney Rodrigues, funcionário da Secretaria deste Poder, 90 dias de férias, digo licença para tratamento.
- 18/75:
Concedendo a Dimitria Pirih Maranhão, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 74.
- 19/75:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Gilberto B. Fontoura, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 20/75:
Designando para compor grupo de trabalho que especifica os funcionários deste Poder, Nelson S. Salles, João M. J. C. Araujo, Marcos Uniga, Sérgio V. Antanuccio, Eleovan C. Ribeiro Almir Santos e Blumer Bosquilla.
- 21/75:
Revogando todas as Portarias que designaram os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços aos Gabinetes da Comissão Executiva.
- 22/75:
Revogando todas as Portarias que designaram todos os funcionários Adidos, a essa Assembléia Legislativa, para prestar serviços nas Lideranças da Arena e do MDB, junto aos Gabinetes dos Deputados e Gabinetes da Comissão Executiva.
- 23/75:
Revogando todas as Portarias que designaram os funcionários deste Poder, para prestar serviços nas Lideranças da Arena e do MDB, junto aos gabinetes dos Deputados.
- 01/75:
Concedendo a José S. Lacerda, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias, referentes ao ano de 1975.
- 02/75:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria A. C. C. de Oliveira, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 03/75:
Designando o funcionário Ivo Machado, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria desta Casa.
- 04/75:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Joaquina L. José, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 05/75:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Luciano A. Bittencourt, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 310/74:
Revogando a Portaria 88/74, de 8 de abril de 1974.
- 311/74:
Revogando a Portaria nº 154/74, de 4 de junho de 1974 e dá outras providências.
- 312/74:
Colocando à disposição do TRE, o funcionário Antonio Gebran da Secretaria deste Poder.
- 313/74:
Concedendo a Rosália L. Azevedo, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1974.
- 314/74:
Designando Lirio Tonetti, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Arena.
- 315/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Paulo de Souza, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 316/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Paulina Scherner Simões, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 317/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José Ader, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 318/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Luiz Fernando Flores, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 319/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nilce Macedo Figueiredo, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 320/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Cenira Silveira da Costa, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 321/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria Alba M. Silva, e Gastão Barbosa Xavier, ambos funcionários da Secretaria deste Poder.
- 322/74:
Revogando o item II da Portaria nº 175.
- 323/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria Aparecida do Rocio Gebran do Amaral, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 324/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários Laertes Luiz Foggiani, Aleli dos Santos e Ophir Fabelino de Souza, todos da Secretaria deste Poder.
- 325/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José Afonso Coelho, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 326/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Sérgio Manoel Poplade Cercal, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 327/74:
Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Luiz Douglas Ferreira, funcionário da Secretaria deste Poder.

328/74:

Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a João Alberti Andreta, funcionário da Secretaria deste Poder.

329/74:

Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Lelio G.S. Maior, funcionário da Secretaria deste Poder.

330/74:

Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Amado Zonato, funcionário da Secretaria deste Poder.

331/74:

Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Gioachino Sugamoto, funcionário da Secretaria deste Poder.

332/75:

Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nevinha P. Cardoso, funcionária da Secretaria deste Poder.

333/74:

Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários Alexandre Radichewski, Orlando Sabotto, Rogério Antonio Souza do Nascimento e Rubys de Souza, todos da Secretaria deste Poder.

334/74:

Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Casemiro Marques, funcionário da Secretaria deste Poder.

335/74:

Revogando a Portaria nº 192/74, de 11 de julho de 1974, que designou o funcionário Juarez Tibiletti, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do MDB e dá outras providências.

RELATÓRIOS

Movimento do Protocolo registrado na Seção de Controle e Movimentação de processos realizado durante o período Ordinário do ano de 1974.

Projetos de Lei	12
Projetos de Resolução	2
Ofícios do Governo	25
Ofícios Senhores Deputados	72
Requerimentos Senhores Deputados	77
Ofícios Senhores Funcionários	88
Requerimentos Senhores Funcionários	145
Comissões	9
Ofícios Diversos	94
Requerimentos Diversos	108
Prestação de Contas	14
Expediente	2
Ordem Interna de Serviços	3
Telegrama	3
Carta	3
Proposta	2
Frequência	2
Demonstrativos	2
Laudo Médico	1
Despacho lançado nas respectivas fichas "KARDEX" correspondentes às GUIAS DE TRÂNSITO	2.750
Cargas Protocolo	667
Cargas da Presidência	61
Cargas 1ª Secretaria	386
Cargas 2ª Secretaria	106
Cargas 4ª Secretaria	2
Cargas da Diretoria Geral	473
Cargas Departamento Administrativo	427
Cargas Departamento Legislativo	181
Cargas Dept. Finanças, Cont. Pessoal (DFCP)	83
Cargas Gabinete Assistência Técnica (GAT)	17
Cargas Divisão Ordem Dia e Autografia	75

Cargas Serviço Cont. Movimentação Legislativo	108
Cargas Serviço Oficina e Manutenção	3
Cargas das Comissões	17
Cargas Divisão Pessoal	129
Cargas Relações Públicas	8
Bibliotecas	1
Cargas Liderança ARENA e MDB	4
Cargas Consultoria Jurídica	1
Cargas Divisão Material e Patrimônio	1
Atendimento "GUICHÊ"	744
Atendimento "TELEFONE"	420

Movimento registrado no SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO, durante o mês de novembro de 1974:

Ofícios expedidos pelo Senhor Presidente	150
Ofícios expedidos pelo Senhor 1º Secretário	7.058
Ofícios expedidos pelo Senhor 2º Secretário	2.403
Ofícios expedidos e pagos pelos Senhores Deputados	345
Ofícios expedidos para as Secretarias de Estado do Governo	-
Ofícios expedidos ao Senhor Governador	45
Ofícios expedidos de Frequência	-
Ofícios expedidos para Diversos	-
Telegramas	136
Rádiogramas	167

Movimento do Protocolo registrado na Seção de Controle e Movimentação de processos realizado durante o período ordinário do ano de 1974.

Mensagens	11
Projetos de Lei	13
Ofícios do Governo	27
Emenda	1
Ofícios Senhores Deputados	99
Requerimentos Senhores Deputados	75
Ofícios Senhores Funcionários	94
Requerimentos Senhores Funcionários	101
Comissões	5
Ofícios Diversos	99
Requerimentos Diversos	135
Prestação de Contas	7
Expediente	3
Ordem Interna de Serviço	1
Frequência	2
Despacho lançados nas respectivas fichas "KARDEX" correspondentes às GUIAS DE TRÂNSITO	3.306
Cargas do Protocolo	674
Cargas da Presidência	57
Cargas da 1ª Secretaria	734
Cargas da 2ª Secretaria	65
Cargas da Diretoria Geral	510
Cargas Departamento Administrativo	509
Cargas Departamento Legislativo	177
Cargas Depart. Finanças, Cont. Pessoal (D.F.C.P.)	133
Cargas Gabinete Assistência Técnica (GAT)	27
Cargas Divisão Ordem Dia e Autografia	77
Cargas Serv. Cont. Movimentação Legislativa	82
Cargas Divisão Serviço Gerais	6
Cargas Serviço Oficina e Manutenção	11
Cargas das Comissões	27
Cargas Divisão do Pessoal	201
Cargas Relações Públicas	15
Cargas Liderança ARENA e MDB	1
Atendimento "GUICHÊ"	749
Atendimento TELEFONE	475

Movimento registrado no SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO, durante o mês de dezembro de 1974:

Ofícios Expedidos pelo Senhor Presidente	1.106
------------------------------------------------	-------

Ofícios Expedidos pelo Senhor 1º Secretário	9.934
Ofícios Expedidos pelo Senhor 2º Secretário	1.515
Ofícios expedidos e pagos pelos Senhores Deputados ...	1.332
Ofícios expedidos para as Secretaria de Estado de Governo	-
Ofícios expedidos ao Snr. Governador	69
Ofícios expedidos de Requência	-
Ofícios expedidos para Diversos	-
Telegramas	229
Radiogramas	-

DECRETO LEGISLATIVO Nº 458/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2878/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANTONIO CARLOS DANTAS, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, em que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 459/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2608/75, de 31 de março de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de MARIA DE LURDES BIZETTO REQUE, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 460/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2869/75, de 3 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LUPERCINA SELEME ROCHA, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo

de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 461/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3103/75, de 8 de abril de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de JULIO XAVIER VIANNA, ocupante do cargo isolado, de provimento efetivo, de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, em que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 462/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

autorizar o pagamento da gratificação, prevista pelo Decreto Estadual nº 6153, de 21 de julho de 1967 e no disposto pelo Art. 4º, do Decreto Legislativo nº 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, aos funcionários NEUZA ALVES DE OLIVEIRA E LÚCIA MARIA DA VEIGA, a partir do mês de maio do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 463/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

- I – colocar à disposição da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, o funcionário ALSTON XAVIER DA SILVEIRA, ocupante do cargo de nível PL "23", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1º de março do corrente ano;
- II – revogam-se as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 30 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 464/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

Art. 1º - O Art. 3º do Decreto Legislativo nº 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - A Gratificação de Representação será atribuída aos funcionários ocupantes dos Cargos de Técnico em Administração, Auxiliar Técnico, Economistas, Contadores, Médicos e Dentistas, pelo efetivo exercício do Cargo".

Art. 2º - Fica incluído no Art. 1º do Decreto Legislativo nº 420/70, de 31 de julho de 1967, a seguinte Gratificação de Representação:

a) Médico e Dentista Cr\$ 1.000,00.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de junho de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 465/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

Art. 1º - Dispensar a pedido, das funções de Auxiliar de Plenário, o funcionário JOSÉ CARLOS JANJÃO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL "17", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Art. 2º - Designar o funcionário acima citado, para exercer as funções de Chefe da Secção de Segurança, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 466/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e dos poderes que lhe foram outorgados pelo Art. 3º, item IV, § 4, da Resolução nº 37/75, deste Poder,

R E S O L V E :

designar de acordo com a Resolução nº 37/75, o funcionário BLUMER BOSQUILIA, ocupante do cargo de Advogado, nível PL "28", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Diretor do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 467/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5948/75, de 16 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

Art. 1º - Dispensar I HOR BARANHUK, ocupante do Cargo de Oficial Legislativo nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Oficial de Gabinete da 1ª Secretaria.

Art. 2º - Dispensar JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, ocupante do Cargo de Oficial de Serviços Gerais nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, das funções de Auxiliar de Gabinete da 1ª Secretaria.

Art. 3º - Designar JOAQUIM VIEIRA DA SILVA para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 468/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5947/75, de 16 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar CÉLIA MARIA GRACIA HATSCHBACH, ocupante do cargo de Oficial de Administração nível PL "23", do Grupo Ocupacional Administrativo, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 1ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de junho de 1975

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

PORTARIA Nº 330/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5821/75, de 12 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários BERTOLDO SCHWARZBACH, CESAR AUGUSTO AGOSTINI PINTO NUNES, NELSON ANDRÉ DE ARAUJO, SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE, e SINHORINHA BERNARDI, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral

PORTARIA Nº 331/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5755/75, de 12 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

I - designar, ALDINAR MUNIZ CORREIA DE FREITAS, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado EZEQUIAS LOSSO;
II - autorizar o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis e sessenta e sete por cento, de seus vencimentos, perfazendo o teto máximo previsto pelo parágrafo 1º, do Art. 176, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO - Diretor Geral